

EDUCAÇÃO SUPERIOR

TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E
CRIATIVIDADE

Gabriel Mario Rodrigues



ABMES
EDITORA

EDUCAÇÃO SUPERIOR

**TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E
CRIATIVIDADE**

Copyright© by Gabriel Mario Rodrigues

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução de qualquer parte deste livro

Supervisão e coordenação editorial

Cecília Eugenia Rocha Horta

Lidyane Lilian Lima

Prefácio

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco

Projeto Gráfico

Grau Design Gráfico

Ilustrações

Gabriel Mário Rodrigues

Revisão

Luciana Pereira

Ficha Catalográfica

E244 Educação Superior: tecnologia, inovação e criatividade/
Gabriel Mario Rodrigues. – Brasília:ABMES Editora, 2016.
194pg. ;30 cm.

ISBN 978-85-89597-05-0

1. Ensino Superior. 2. Ensino Superior – Instituições. 3.
Ensino Superior – Estatísticas- I. Rodrigues, Gabriel Mario. II.
Título: Educação Superior: tecnologia, inovação e criatividade.

CDU 378.1(45)

ABMES Editora

SCS Quadra 07 Bloco “A” sala 526

Edifício Torre do Pátio Brasil Shopping

Brasília- Distrito Federal

CEP: 70307-901

61-3322-3252

www.abmes.org.br; abmes@abmes.org.br

Educar para a produção de uma nova moral é uma questão central para as instituições de ensino superior brasileiras. Diante dessa necessidade, alguns esforços já se manifestam, visando à busca de novas formas de convivência entre os homens, que sejam sadias e com objetivos éticos. Cada gesto e cada palavra, dentro de uma casa de ensino, têm de ser precedidos da indagação de suas finalidades. Trata-se de alcançar um plano superior, o que nos obriga a pensar não apenas nas coisas em si, mas em sua verdadeira significação dentro da História. (Milton Santos, 1988.)

Sumário

Apresentação	7
Prefácio	11
Artigos.....	19
A representatividade do ensino superior.....	21
Como são fabricados as leis, as salsichas e os <i>rankings</i> universitários.....	24
Para onde vão as nossas universidades?.....	28
A modernidade obriga a repensar os modelos de avaliação educacional existentes.....	30
Ideias de Domenico de Masi para mudar o mundo e a universidade	33
A tecnologia não é tudo... E depende de gente	38
Tecnologias, tendências e desafios no ensino superior até 2018	43
A Universidade de Nalanda e a universidade dos novos tempos: duas visões .	48
O poder da internet como demolidora de mitos	53
O simulacro da avaliação do ensino superior brasileiro	58
IES brilham no Dia da Responsabilidade Social.....	61
Por uma nova educação para o século XXI.....	65
Globalização, universalização do ensino superior e novas tecnologias de educação.....	68
Educação como matriz de desenvolvimento do país.....	72
Educação particular: o filho adotivo do sistema	76
Seis tendências apontam a nova realidade universitária.....	81
Transformação do papel do professora na era da internet	87
As mensalidades devem ser gratuitas nas universidades públicas?.....	91
O Plano Nacional de Educação e o parto da montanha.....	97
A seleção perdeu a Copa, mas ela não é o Brasil... ..	102
Inovação — questão bastante falada e pouco entendida.....	107
Criatividade e inovação aplicadas ao ensino superior	114
O desafio de melhorar o Ensino Básico público brasileiro.....	120
Mesmo com aquisições e fusões de IES... a vida continua	126
Educação – maior protagonista da era da comunicação	131

Qualidade e expansão no atual cenário da educação superior brasileira.....	136
Brasil, Pátria Educadora – qualificação sim, exclusão não	140
Ensino superior: o setor privado é parte da solução, não do problema	144
A propósito de atitudes, valores, escola da vida e sucesso profissional	149
A “Pátria Educadora” agoniza?	154
Empreendedorismo caboclo: a vontade de empreender é grande, mas a vontade de ser grande é pequena.....	158
O descompasso entre universidade e realidade empresarial.....	163
A crise brasileira, as instituições de ensino e a formação para a cidadania	168
Economia colaborativa não é o futuro, é o agora!.....	174
<i>Crowdfunding</i> arrecada milhões na internet	179
Cidades criativas — importância no desenvolvimento urbano e regional	184
Competências e lideranças — inatas ou aprendidas na escola e na vida.....	189
Fotos.....	195

Apresentação

O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.
(Guimarães Rosa)

Cecília Eugenia Rocha Horta¹

Este livro “Educação Superior: tecnologia, inovação e criatividade” reúne artigos elaborados pelo presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Gabriel Mario Rodrigues, publicados no Blog ABMESeduca, no período compreendido entre 4 de outubro de 2009 e 1º de dezembro de 2015.

A seleção feita, ainda que sob a orientação do autor, não constituiu tarefa para iniciados, considerando a complexidade, a relevância e a importância do conteúdo dos textos. Buscou-se voltar os olhos para aqueles que tratassem dos temas mais recorrentes no discurso e nas ações de Gabriel, como forma de demonstrar as ideias, os valores, as propostas e as preocupações deste educador, na verdadeira acepção da palavra, com toda uma vida dedicada à educação. Nesta área ele “nada de braçadas” ou, em outras palavras, parafraseando a poetisa mineira Adélia Prado, poder-se-ia dizer: Gabriel “sabe sabendo que, se for preciso, na hora H, nadará com desenvoltura, pois guarda sabedorias no almoxarifado”.

Ao compor o seu quadro de referências, tanto para os seus escritos e projetos quanto para os embates na arena política — na qual é grande articulador, vocacionado visceralmente para o diálogo —, Gabriel tem como pontos fundamentais, entre outros, a representatividade do ensino

1 Professora aposentada da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e diretora acadêmica da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

superior particular no sistema federal de ensino, a preocupação constante com a busca da valorização do setor privado pelo Estado e pela sociedade, a segurança jurídica das instituições como condição fundamental para o cumprimento das normas legais em vigor e a avaliação da qualidade do ensino, em consonância com a realidade e especificidades das escolas.

Nesse universo amplo, como um grande mosaico, seus artigos se abrem para as mais diversas abordagens. Sem especificar e esgotar todos os temas abordados — até porque se pretende reservar ao leitor o elemento surpresa —, Gabriel analisa com rigor a educação tomada nos seus aspectos políticos e nas suas relações com o Estado; a educação como formadora de recursos humanos para atender ao desenvolvimento do país e como fator de inclusão social; a educação como espaço de produção e transmissão de conhecimentos; a educação como veiculadora de valores, atitudes e de formação para a cidadania; e a educação como conhecedora e viabilizadora do uso das novas tecnologias, da inovação, da criatividade para permitir que a humanidade realize o seu sonho milenar de uma convivência harmoniosa e feliz.

Preocupa-se Gabriel com a formação do indivíduo forte e de um novo profissional para uma nova vida e para um novo mundo. Com isso, ele ombréia o mestre Milton Santos, que diz:

o indivíduo forte é aquele que resiste, e o faz exatamente como Homem, palavra que precisa urgentemente voltar à moda; (...) é aquele que diante do futuro é capaz de escolher por si mesmo; de elaborar a sua visão do mundo, do seu país, do seu lugar, da sociedade e dele próprio como ser atuante.

Para Gabriel é essa a fortaleza do homem e a base da cidadania e esta, por sua vez, é para ele igualmente fundamental na produção de uma nação.

Embora saiba dos problemas que assolam a sociedade brasileira — crise econômica, política e moral, explosão social, pobreza, desemprego, entre outros —, Gabriel mantém a fé e a esperança no Brasil, com base na crença de que é preciso reorientar o rumo do país, para alcançar uma

educação de qualidade para todos.

O leitor atento verificará que, em alguns artigos os dados estatísticos referentes ao ensino superior não foram alterados, considerando que este livro quer também preservar o momento histórico em que Gabriel elaborou as suas ideias.

As referências contêm também todos os links indicados nos artigos, caso os interessados queiram se aprofundar nos temas abordados.

Esta “Apresentação” se completa com o belíssimo “Prefácio” de Édson Raymundo Pinheiro de Sousa Franco, renomado educador, ex-presidente da ABMES e amigo fraterno de Gabriel.

Finalmente, a Equipe ABMES, que esteve envolvida em todas as etapas deste trabalho, agradece ao Professor Gabriel Mario Rodrigues pelo aprendizado constante na edição de seus textos, originais e inovadores, e pela possibilidade de, sob a sua firme, séria, ética e competente gestão, colaborar para o reconhecimento da Associação como entidade ímpar na representação das instituições particulares de ensino superior do país.

Brasília, 3 de maio de 2016.

Prefácio

O livro é uma extensão da memória e da imaginação.
(Jorge Luis Borges)

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco¹

Este Prefácio, dividido em quatro partes, não segue a mesma linha de todos os outros que escrevi ao longo da minha vida. Sua linguagem é coloquial, pois se trata de algo destinado a introduzir o livro “Educação Superior: tecnologia, inovação e criatividade”, coletânea de textos de Gabriel Mario Rodrigues, um grande amigo e companheiro de caminhada na estrada da educação superior, desde a década de 1970. Trata-se de um texto diferente do usual, bem na linha do que escreve Gabriel, que tudo faz para não ser sempre igual. E nem poderia ser de outra forma: escrevi olhando para a praia de Copacabana, a praia dos cariocas, festejada por todos os brasileiros, neste começo do ano da graça de 2016 — que confiamos ser de misericórdia e de esperança para nós, embora nosso querido Brasil esteja envolvido em duas monumentais crises, a econômica e a política. E incluo nesse contexto recente cartão de Natal que recebi de Gabriel, contendo uma bela mensagem de Mahatma Gandhi — “Se queremos progredir, não deveremos repetir a história, mas fazer uma história nova” —, além de outro pensamento de Jorge Luis Borges, pedindo perdão aos meus leitores para dizer: “Não releio o que escrevo. Prefiro viver em função do futuro”.

1 Ex-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior e diretor-geral da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (Feapa)

Na primeira parte — “A confissão” — reflito sobre uma frustração minha e de Gabriel de não havermos até agora escrito juntos dois trabalhos, já bastante pensados e prometidos (que detalharei mais à frente), e reafirmo minha esperança em concretizá-los.

Na segunda — “O homem Gabriel”— declaro que tentei montar quadrinhos, como se fazem quadrinhos com grandes desenhos e com peças de brincar, para me referir ao homem que dispôs seus pensamentos nestes artigos, tão gostosos de serem lidos.

Na terceira parte— “A obra de Gabriel”—, considerada por mim como fruto de seu pensar sobre os caminhos percorridos pela educação por mais de meio século, expresso a minha admiração pelo seu empenho e dedicação em semanalmente nos brindar, no Blog ABMESeduca, com suas reflexões sobre temas inovadores, fruto que são de seu estilo inquieto, criativo e propositivo. Gabriel enxerga longe e está à frente de seu tempo.

Na quarta parte — “A lembrança dos descendentes”— rememoro algumas das mais ternas lembranças de Gabriel, escapadas das profundezas do seu íntimo, em confissões para amigos, entre os quais me incluo.

Vamos a elas.

A confissão

Confesso que tenho uma frustração particular: a de não avançar com Gabriel para escrevermos duas obras dignas do conhecimento dos que gostam de educação.

Começo por uma delas, que ainda está no nascedouro, mas creio que se completará. Trata-se de um conjunto de depoimentos sérios, éticos e comprometidos — dignos de uma “Operação Lava Jato”, tomada no melhor sentido e jamais eivada de quaisquer delações. Falaríamos sobre os primórdios da Educação Superior brasileira, dos tempos do antigo Conselho Federal de Educação (CFE) da Avenida Graça Aranha, na cidade

do Rio de Janeiro e, depois, do denominado por nós mantenedores de “Queimadinho de Brasília” — onde brilharam as luzes de Raymundo Moniz Aragão, Deolindo Couto e tantos outros. Falaríamos das lembranças desses tempos inesquecíveis para muitos dos nossos grandes amigos.

A outra se refere a um projeto de Gabriel para escrevermos juntos “causos” de escolas, que envolvem problemas dignos de um consultório de psiquiatria, revelados por professores e alunos, e aqueles referentes à febre dos celulares e das redes sociais, tão característica da geração atual. Nem sei se, pela idade que temos, ainda contaremos com fôlego para desenhar nas letras esses “causos” verdadeiramente fantásticos que o nosso dia a dia nos permitiu presenciar e acompanhar.

O homem Gabriel

Escolhi alguns adjetivos mais fulgurantes de Gabriel para falar do homem – articulista, criativo, inquieto, marqueteiro, simbólico, carismático, que pensa mais rápido do que fala, iluminado, amante do ensino virtual e das novas tecnologias. Homem dos “finalmentes”, como sempre se proclama: “ao epílogo, por favor, senhores”. Político sagaz. Para mim, isso, e muito mais, é Gabriel! Na sua existência, ele se pauta pelo que Thomas Alva Edison, o “gênio da lâmpada”, tantas vezes ensinou: “O caminho mais certo para vencer é tentar mais uma vez”.

A prova do articulista está refletida na sua obra. Ele revelou de forma robusta a sua criatividade com a criação de cursos superiores para formar gente que nenhum educador havia sonhado em formar. Enfrentou o desafio de implantar a primeira Faculdade de Turismo no Brasil, no início dos anos 1970. Acreditou na Quiropraxia, depois de vislumbrar que a Gastronomia seria uma forma elegante de preparar especialistas de uma cozinha estilizada e sofisticada, que agora passou a “bombar” na televisão e nas revistas, com ares de gente ilustre e sapiente do paladar fino.

Ah, falar de marqueteiro é um pleonasmo para Gabriel, embora não veja nele nenhum Nizan Guanaes e nem mesmo um Washington Ollivetto. Ele

foi, e é, um inveterado homem de marketing na área educacional, com invenções pouco ortodoxas. Como tem essa veia exaltada no seu coração de educador, Gabriel é também simbolista por natureza. Não daqueles do jaez de um Alphonsus de Guimaraens, mas um simbolista mais próximo dos bons caricaturistas, daqueles de fazer inveja, pelas palavras, aos traços de um Paulo Caruso.

Tenho de confessar que Gabriel é um ser iluminado e assim o vejo. Foi certamente o primeiro a perceber a porta aberta para o ensino internacional (multinacional), escancarada por Paulo Renato Souza, quando ministro da Educação. Gabriel conseguiu ver mais longe do que muitos de nós, humanos e seus colegas. Percebeu o traçado impressionista das obras legais surgidas na época daquele ministro, caracterizada pela desmitificação das escolas estrangeiras no Brasil. Foi o primeiro a fazer a experiência internacional, se não me traem a história e a memória.

Gabriel pensa tão rapidamente que, algumas vezes, na tentativa de ilustrar suas manifestações oratórias, encaixa nelas pequenas “estórias”, as quais, por pensar mais rapidamente do que fala, acaba tendo de retomar desde o início para melhor entendimento de seus ouvintes. Cria expectativas com essas “estórias”, inclusive com a inesquecível e emblemática peça do “gato consultor”, que continuava saindo às noites, mas apenas para ensinar o que sabia.

Enquanto muitos educadores acreditavam ser impossível usar da virtualidade para ensinar e que esta seria um mero adereço à sala de aula, Gabriel conclamou amigos para fazerem uma sociedade sem sala de aula, uma sociedade *sui generis*, que o Ministério da Educação (MEC) até hoje não entendeu. Embora não tenha ainda dado certo, angariou seguidores que vão desbravando o conhecimento para mais de milhão de estudantes. Pena que o Governo não apadrinhe tais iniciativas com algum incentivo.

A propósito, pedindo licença a André Dahmer, deparo-me com uma tirinha que expressa a saída do convencional para o virtual. A primeira quadrinha diz: “Eu tinha um emprego convencional”. A segunda quadrinha completa:

“E meu primo era dono do próprio trabalho com a ajuda da internet”. Na primeira quadrinha aparece a figura de uma carroça. Na segunda, entre montanhas, surge um cavalo corredor. Tudo publicado pelo jornal O Globo, que ainda insiste, com vigor, nas tirinhas, graças a Deus.

Com os adjetivos que usei, concluo que Gabriel é um ser político por excelência e disso estou convicto. Ele é capaz de amansar educadores-juristas, seus colegas, segundo os quais os tribunais decidem sem política — o que é uma redonda ideia falsa. Como político, ele é articulador, aberto ao diálogo e não se dá por vencido quando não consegue êxito. Talvez pense assim: “Perdemos agora, mas ganharemos mais tarde”. Nessa seara, Gabriel é insuperável diante do Poder Público e daqueles que a ele querem ascender. Chega a gaguejar até para auxiliar o interlocutor a aceitar suas ideias, coisa de exímio vendedor.

Talvez não tenha esgotado todos os adjetivos. Mas o que acontece é prova sobeja da inquietude de Gabriel. Vejam só: convida amigos para serem debatedores de algum conferencista ilustre. Antes mesmo que o conferencista comece sua apresentação, e depois de tecer loas ao conferencista com base no currículo da pessoa, Gabriel logo precede os debatedores e propõe um questionamento basilar ao conferencista. Faz isso para cobrar depois... Faz isso pela sua veia publicitária, querendo entusiasmar o conferencista e provocar o auditório.

A obra de Gabriel

Gabriel é um incondicional defensor da livre iniciativa como prática da política democrática e isto justifica a permanência dele na liderança do setor de ensino superior particular no País. Entende que a não admissão da livre concorrência é um atentado à mesmice, contra a qual ele bravamente se insurge. A maior parte dos artigos desta coletânea justifica esse meu pensar. Mesmo quando algum desavisado educador se manifesta para exigir a contenção da concorrência, Gabriel assume uma postura de gladiador dos mais ferozes.

No entanto, e apesar de tudo, ele é um crítico esperançoso, empunhando o raminho da flor da Península Itálica, escolhida ao longo do caminho. Mesmo diante dos muitos “nãos” e dos muitos “talvezes” que já ouviu das autoridades governamentais, Gabriel continua lutando pela causa da educação particular.

Claro que ele tem uma perplexidade em tudo isto; basta ler alguns dos seus artigos que compõem esta coletânea. Inaceitável para ele é o trato desconfiado dos profissionais do Poder Público, imbuídos do espírito ideológico mais aguçado e inconsequente. Vejo Gabriel, já, já, desfraldando a bandeira contra o currículo único, minado pela ideologia presente nos governos. Não é tanto o “único” que o perturba. É o subconsciente ideológico que o ensaia e que falseia a história. E o pior de tudo é quando, comprovado o ideologismo, os seus defensores partem para a afirmação de que se trata de um trabalho para debates e nada mais que isso, quando na verdade sabe-se o que os dirigentes do MEC pensam e querem.

Só me vem à mente o que li, de uma entrevista do cineasta José Padilha, (“Negócios”, revista *Época*, janeiro de 2016): “O momento atual não pede ideologia. Pede honra e correção nas regras do jogo democrático”.

A paixão de Gabriel pela internet e pela virtualidade da comunicação e do ensino é evidente. Vanguardeiro nesse campo, ele não se basta em proclamar seus benefícios, não se exime de citar as vantagens que a prática permite, mas não perde tempo, nos artigos que constituem esta obra, para mostrar a sua erudição sobre o assunto, aproveitando das muitas deixas dos conferencistas que ele assiste e admira. Não é uma paixão desvairada, portanto. É sólida e fundamentada, alertando todos os leitores para o perigo dos julgamentos precipitados, do desconhecimento e dos preconceitos sobre as novas tecnologias e o ensino virtual. Com isso, Gabriel é atual na vanguarda desses temas, trombeteando o futuro, que já é presente.

Talvez a origem italiana de Gabriel seja responsável por essa sofreguidão que lhe é inerente, diante daqueles que, embora estudiosos e dedicados,

não estão se dando conta dos novos meios de aprendizagem que o mundo virtual nos revela.

Como articulista, claro que a obra do todo dia não chega a ter ares de imortalidade do panteão dos sábios. Contudo, é a revelação de um pensamento profundo, partilhado pelos educadores conscientes, tal como Gabriel é.

A lembrança dos descendentes

Gabriel, calma! Estou chegando ao fim desse prefácio revelador da nossa recíproca amizade. Lembro, assim, as preocupações que tiveste por muito tempo — e me revelaste quase em confissão — sobre os possíveis pensares dos teus netos e bisnetos, diante da obra educacional que fizeste: a Universidade Anhembi Morumbi. “Meu avô foi quem criou essa escola”, dirão teus netos e bisnetos ao passarem pela Rua Casa do Ator e pelos outros nichos em que a Anhembi fez história e ainda faz como universidade construída pelo teu pensar e pelas tuas mãos.

Ao final desse Prefácio sinto-me um pouco perplexo. Tenho sido convidado para apresentar tantas obras que acabo sem tempo para escrever aquilo que seria meu mesmo. Experimentei nos últimos dois anos um grande orgulho de prefaciá-lo pelo menos seis livros de diferentes autores. Junto agora esse, com especial dedicação ao amigo de todos os tempos. Gabriel, tu és “irrepetível”. Por isso tu não queres repetir a história e, sim, fazer sempre uma história nova para nós.

Rio de Janeiro, verão de 2016.



Artigos



A representatividade do ensino superior¹

Dia desses recebi, de uma associada da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), manifestação indignada mediante a desconsideração que o MEC possui em relação ao ensino superior particular. Ela sugeriu que deveríamos fazer um movimento nacional pedindo vagas universitárias para todos os brasileiros. Isso significaria fechar as nossas instituições e entregar as chaves para o Governo. Depois, sentaríamos na plateia e observaríamos como é que resolveriam o caso. Só mesmo assim para perceberem o valor do nosso trabalho.

Concordo com quase tudo, mas, falando francamente, não é o MEC que nos desprestigia e sim nós mesmos, que não sabemos nos valorizar. O Setor não sabe comunicar suas realizações e não consegue dar visibilidade aos seus eventos, e esses são pontos fundamentais.

No ano de 2008, só em São Paulo, as principais instituições gastaram mais de R\$ 150 milhões em propaganda; a concorrência é muito grande e todos precisam divulgar os seus cursos. No entanto, são ações individualizadas onde cada um quer mostrar que é melhor que o concorrente. Não há nada de errado nisso, mas se fosse necessário que cada um deles separasse um pequeno percentual de 2% de todo esse valor de marketing para uma campanha cooperativa institucional, com o objetivo de mostrar o valor econômico e social que o ensino superior particular representa, tenho quase certeza de que não se mostrariam interessados.

Nós, mantenedores de ensino superior, somos muito individualistas. Cada um está preocupado com seu território e seus problemas – somos todos pouco adeptos das causas corporativas. Porém, para fazer imagem institucional há necessidade de investimento. A Presidência da República que o diga: além de toda a comunicação espontânea e nata de seu líder

máximo, o presidente Lula, o Governo tem um orçamento anual de mais de R\$ 1 bilhão para mostrar o que faz.

Nossa associada tem razão. Será que alguém do Governo em algum momento fez as contas para analisar o que representamos numericamente e, ainda melhor, se não existíssemos?

Segundo os dados do Inep, de 2007, existem 252 instituições públicas que oferecem 5.598 cursos superiores. Já as instituições particulares são 2.243, com 16.892 cursos em diversas áreas. Estão matriculados 1,247 milhão de alunos nas IES públicas e nas particulares existem 3,639 milhões de alunos instalados em 920 dos municípios brasileiros, enquanto as públicas só estão em 228 municípios. O mesmo repete-se com o Ensino Tecnológico, onde as particulares atendem 283 mil alunos e as públicas, apenas 64 mil. Na Educação a Distância, de forma idêntica, temos 275 mil alunos atendidos pela rede particular e apenas 94 mil pela pública.

O mais importante é perceber que, se não existisse a participação da iniciativa privada no ensino superior, para atingir o mesmo número de alunos matriculados até 2008, o Poder Público deveria ter investido aproximadamente R\$ 788 bilhões desde 1960 – o que equivale a quase 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) total de 2008 – isso se considerarmos apenas as despesas com pessoal, sem levar em conta o custo dos investimentos com edifícios e instalações.

O setor particular superior tem um faturamento anual de R\$ 24 bilhões e uma massa salarial de 16 bilhões. Para se ter uma ideia melhor, há necessidade de um investimento anual de mais R\$ 1 bilhão com acervo de bibliotecas, equipamentos, obras e reformas para deixar as instalações atualizadas, conforme as exigências dos meios de comunicação de dados e tecnologia. Outro fator importante, que deve ser considerado, é a geração de renda indireta, que ultrapassa R\$ 1 bilhão, com alimentação, moradia, transportes e material escolar.

As instituições particulares executam mais de 24 mil projetos sociais a cada ano, atendendo mais de 20 milhões de pessoas. Esse dado qualitativo é

importante de ser considerado, pois mostra uma área extensionista que pouca gente conhece, porém precisa ter reconhecimento pelo valor social do serviço prestado. A demonstração disso é o *Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular*, criado pela ABMES. No ano de 2009, mais de 750 instituições estiveram presentes, com a participação de aproximadamente 170 mil professores e alunos, atendendo mais de um milhão de pessoas.

E se tudo ficasse por conta do Governo, conforme pensa a nossa associada, quanto isso custaria para a Educação Superior? Levando em conta que cada aluno da universidade pública custa R\$ 11 mil anuais, o custo ultrapassaria os R\$ 40 bilhões por ano, sem levar em conta outros elementos a estimar. Não resta dúvida de que, se não divulgarmos isso, a sociedade continuará ignorando o valor dos nossos serviços e a importância da nossa participação na Educação do país.

1. Publicado no Blog ABMESeduca em 04.10.2009 – www.blog.abmes.org.br/?p=10



Como são fabricados as leis, as salsichas e os *rankings* universitários¹

Quando o economista Jim O’Neal criou a sigla BRICS², mostrando a mudança na hierarquia das nações, era difícil imaginar quem a desprezaria. Nos últimos tempos, curiosamente, esse desprezo surgiu nos lugares mais imprevisíveis, como, por exemplo, nos célebres *rankings* mundiais entre universidades.

É tão estranho, mas os cantos do mundo que fizeram a economia mundial girar, antes e depois da crise do *subprime*, foram exatamente os que não ficaram bem na foto dos *rankings* de 2010, tanto na classificação da *Times Higher Education*³ como na do *QS World University Rankings*⁴ que colocou Harvard em segundo lugar, depois de Cambridge. Ainda pior é que, muitas vezes, faculdades isoladas movem o mundo ao seu redor e os *rankings* nem notam. Aliás, como medir o salto de qualidade na economia regional da chegada de uma pequena universidade, seja no interior da Tailândia, seja a duzentos quilômetros da capital da Paraíba?

Esses tropeços dos *rankings* pedem alguma ponderação: afinal, a economia chinesa, que é a segunda do mundo, merece ter sua maior universidade como a 37ª do planeta? Será que a China não precisou de boas universidades para ultrapassar o PIB japonês? Seria, portanto, apenas sensato que a palavra “relatividade” acompanhasse as festas, ou as choradeiras, que sempre aparecem depois das publicações desses *rankings*.

No entanto, não é o que acontece. Na verdade, acabamos convivendo com a impressão de que é melhor cuidar da posição no *ranking* do que, efetivamente, avançar no desempenho acadêmico. Esta segunda tarefa, melhorar o ensino, tem sentido bem claro: agregar, somar

valor ao conhecimento dos que investem tempo, dinheiro e vontade em educação superior.

Bismarck, severo militar alemão do século XIX, gostava de lembrar que se o povo soubesse como eram feitas as leis e as salsichas, certamente se decepcionaria. Se vivo fosse, certamente incluiria os *rankings* universitários na sua lista de critérios duvidosos e das coisas que ninguém sabe como são feitas. Aliás, o presidente Barack Obama não pensou em lista de *rankings* quando decidiu transferir US\$ 60 bilhões em ajuda às “faculdades comunitárias” (escolas menores e populares) para torná-las mais acessíveis a 8 milhões de novos estudantes.

Durante seis anos, quando falavam a mesma língua e tinham os mesmos interesses, as duas instituições publicavam um único *ranking*. Porém, neste ano, a QS rompeu o acordo com a *Times Higher Education* e cada uma publicou sua própria classificação.

Esquecer as universidades das economias emergentes nesses *rankings* tem muito a ver com disputas comerciais. Aliás, esses *rankings* são também muito eficientes para o marketing e para a captação de alunos do exterior. O jornal *The Guardian* mostrou que alunos estrangeiros representam uma contribuição anual de oito bilhões de libras para a economia britânica, sem maiores riscos⁵.

A cautela quanto à sacralização de *rankings* também vale para o contexto brasileiro. Para todos, a Universidade de São Paulo (USP) é o nosso mais importante centro de excelência. Mas há de louvar-se a autocrítica de seu reitor João Grandino Rodas, manifestada nas páginas amarelas da edição 2.188 da *Veja*, reconhecendo que sempre será preciso se aperfeiçoar: “(...) a USP tem muito que avançar para fazer frente às novas exigências que se colocam no século XXI. Obviamente, não podemos mais oferecer cursos nos mesmos moldes seguidos nos tempos do Império”.

Por outro lado, uma modesta faculdade de Rondônia tem enorme efeito multiplicador, impulsionando progresso e desenvolvimento em todo

o seu entorno. Essa transformação das mentalidades e dos negócios naquela área, depois da existência da faculdade, apenas não é captada pelos *rankings*.

Basta ver a importância que alcançou a regionalização na formação de doutores no Brasil na última década: em 1999, apenas 9% dos doutores eram formados no Nordeste. Em 2009, passaram a 15%. Norte e Centro-Oeste avançaram de 3% para 6%. É ainda pouco, mas, com certeza, quanto do atual *boom* econômico dessas regiões foi resultado da melhor formação de quadros técnicos por essas pequenas instituições? Nessas áreas – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, já existem perto de mil modestas faculdades, que exercem forte efeito multiplicador sobre toda a economia regional.

Como excluir, sem cometer grave injustiça, essa evolução dos critérios daqueles que avaliam instituições de ensino?

É preciso também observar que as faculdades e universidades particulares brasileiras, que recebem corpo discente com sérios problemas de formação educacional, devolvem ao mercado de trabalho profissional relativamente bem preparado: 86% da mão de obra com formação universitária no estado de São Paulo cursou uma instituição privada. Esse trabalho sequer é reconhecido como critério nas avaliações oficiais.

Na verdade, ninguém sabe o real conjunto de interesses escondidos nesses *rankings*. As falhas nos critérios classificatórios talvez tenham levado, por exemplo, o presidente Obama a dispensar *rankings* para “liderar pela educação”, decisão que provavelmente não foi uma escolha, mas apenas mero exercício de bom senso.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 18.01.2011 – www.blog.abmes.org.br/?p=1413
 2. Em economia, BRICS é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que juntos formam um grupo político de cooperação.
 3. www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2015/world-ranking#!/page/0/length/25
 4. www.topuniversities.com/university-rankings
 5. Os demais dados dessa matéria, sobre as vantagens comerciais de Cambridge ultrapassar Harvard em um dos rankings, podem ser encontrados em: www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/sep/16/overseas-students-vital-education-not-drain



Para onde vão as nossas universidades?¹

A respeito do artigo intitulado “Para onde vão as nossas universidades?”, de Ricardo Antunes², cabe tecer alguns comentários.

Para que as instituições particulares de ensino superior possam funcionar, contrariamente do que pensa o mencionado autor, têm que se submeter ao processo de autorização e avaliação de qualidade por parte do Ministério da Educação.

A dicotomia e o preconceito em relação às instituições particulares foram vencidos na Constituição Federal de 1988, que estabelece a pluralidade de projetos pedagógicos, a coexistência entre instituições públicas e privadas e a oferta do ensino por parte da iniciativa particular. Denota-se, assim, que o articulista desconsiderou conceitos estabelecidos na Constituição Federal aprovada dentro de um Estado Democrático de Direito.

O fato de as instituições públicas estarem, segundo Antunes, ministrando cursos em galpões ou com professores com salários baixos ou carreira mal estruturada não justifica o ataque gratuito às instituições particulares, desrespeitando sua comunidade acadêmica e os mais de 75% dos alunos matriculados.

O setor privado respeita e reconhece a importância da universidade pública, como também considera que o ensino básico de qualidade é fundamental para o desenvolvimento da cidadania.

Outro equívoco é sobre os benefícios aos cofres das instituições privadas com o Programa Universidade para Todos (ProUni), por meio do qual as IES oferecem bolsas de estudos em troca do não pagamento de tributos federais exclusivamente sobre receitas de mensalidades escolares. O programa, instituído em 2004 e destinado aos cursos com qualidade comprovada, revelou-se importante instrumento na expansão de oferta

de vagas e no acesso de alunos egressos de escolas públicas com renda familiar *per capita* de 1,5 e 3 salários mínimos.

Não há dúvida de que a visão do artigo é elitista e preconceituosa, além de desconsiderar os diversos tipos de organizações acadêmicas – universidades, centros e faculdades –, que definem seus projetos institucionais de acordo com as suas missões e especificidades.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 09.08.2012 – www.blog.abmes.org.br/?p=4309
 2. *Folha de S. Paulo*, 6 de agosto de 2012, pag. 3



A modernidade obriga a repensar os modelos de avaliação educacional existentes¹

A discussão sobre a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior (Insaes) caminha para ser aprofundada no Congresso e a expectativa de todas as instituições de ensino superior (IES) é que, ao tornar-se realidade, o Instituto cumpra a sua missão de bem avaliar a qualidade do sistema universitário brasileiro.

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior, do qual a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) faz parte, tem participado de forma importante dos debates realizados até agora sobre o anteprojeto de lei do Insaes, com destaque para a preocupação com as atribuições da futura autarquia e para a função dos seus integrantes, principalmente no que se refere ao atendimento das demandas requeridas pelo desenvolvimento educacional.

Preocupa-se também o Fórum com a transparência total dos atos da Autarquia e com a necessidade de que os métodos de trabalho a serem usados sejam consentâneos e apoiados pelas novas tecnologias da informática e da comunicação.

A transparência das atividades exigidas pelos servidores públicos é ação normal, decorrente do estágio atual existente nos organismos governamentais. Já saiu do plano das intenções e tornou-se realidade.

Porém, a questão relativa à tecnologia da informação é um fator a ser ainda contextualizado, porque não se pode mais avaliar cerca de 3 mil instituições e 30 mil cursos da mesma forma como tem sido feito até agora, isto é, com base em “achismos” estatísticos sem base técnica. O mundo mudou e a primeira iniciativa a ser tomada pelo Insaes deveria ser a revisão de todos os índices ultrapassados utilizados no processo de avaliação.

Atente-se para o que escreveram Maurício Garcia, Nadja Valverde Vianna e Letícia Suñé na introdução da publicação da ABMES Editora, “Erros e acertos da avaliação educacional no Brasil”:

O sistema brasileiro de avaliação está à beira de um colapso. O Inep/MEC realiza cerca de 5 mil visitas de avaliação in loco por ano, o que dá algo ao redor de 100 visitas por semana. A logística para suportar uma operação desse porte, em âmbito nacional, a cada dia assume proporções ciclópicas. Apenas para ilustrar, são mais de 400 trechos de passagens aéreas por semana, a serem agendadas, orçadas, emitidas e contabilizadas pelo Inep/MEC.

É uma barbaridade, dizemos nós. Não será fácil encontrar outra solução, para adequar o modelo de avaliação do MEC à realidade atual. Mas algo tem que ser feito com criatividade e seriedade, Caso contrário, tudo ficará igual ao que se fazia há cinquenta anos. Não tem cabimento o modelo de visitas in loco, tendo em vista o grande número de cursos de graduação existentes no país. A tecnologia existe para colaborar na descoberta de outros modelos de avaliação.

Ao participar recentemente de uma reunião onde estavam presentes alguns analistas econômicos do mercado educacional – que são os profissionais que acompanham todo o desenvolvimento do setor para as instituições financeiras –, ouvi um deles dizer que, em termos de qualidade, é difícil saber qual é o melhor curso universitário. Para ele, porém, seria uma operação fácil: era só conhecer o índice de evasão dos estudantes por curso, isto é, se tivéssemos um índice histórico da evasão de cada curso, seria fácil compará-lo com o índice do curso que se quer analisar.

Apenas para exemplificar: se o índice de evasão padrão para um curso de administração em determinada região for de 8,32%, ficaria fácil fazer uma classificação para se conhecer quem está acima ou abaixo, tendo como princípio que a qualidade de um curso está sendo medida pelo maior número de alunos que o concluíram.

Sei que existem outras formas de verificar o desempenho dos egressos universitários, mas o que desejo consignar é que essa é uma opção nova,

que obriga a necessidade de se “pensar fora da caixa” e encontrar alternativa diversa das existentes para a avaliação presencial de uma instituição.

A ideia que desejo apresentar precisa ser, evidentemente, aperfeiçoada, porque diz respeito à supressão das Comissões de Avaliação para as instituições já autorizadas. Não há necessidade de visita presencial. É possível construir uma estrutura de dados perfeitamente informatizados que contenham todos os elementos institucionais, pedagógicos, qualitativos, quantitativos e audiovisuais, objetos de qualquer avaliação. Poderiam estar num portal para permitir que as IES fossem alimentando e registrando todo o seu funcionamento.

Com essa estratégia, a responsabilidade total pelas informações seria da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que cumpriria assim seu papel legal de acompanhar o Projeto de Desenvolvimento de sua instituição. E, com isto, estaria sendo valorizado o mecanismo mais saudável existente nas escolas superiores, capaz de perceber suas forças e fraquezas e trabalhar para um planejamento sustentável e qualitativo.

Sem dúvida alguma, a CPA contém todos os agentes responsáveis pelo progresso institucional, pois é formada por professores, funcionários, coordenadores, alunos e representação comunitária. Os membros da Comissão de Avaliação acompanhariam tudo pela internet e de suas cidades se pronunciariam a respeito das instituições e cursos.

Se a modernidade nos obriga a repensar os modelos de avaliação educacional existentes, por que não caminhar nessa direção?

1. Publicado no Blog ABMESeduca em 26.02.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=5253



Ideias de Domenico de Masi para mudar o mundo e a universidade¹

Nas grandes e médias cidades o nascer da manhã é percebido pelos milhares de carros, ônibus e motocicletas que trafegam em todas as direções por ruas e avenidas levando pessoas para o trabalho. Da mesma forma, durante o dia, os aeroportos, as estações de metrô e as ferroviárias despejam centenas de milhares de trabalhadores das mais diversas profissões com vista ao mesmo objetivo: perfazer a sua jornada laboral.

São bilhões de seres humanos interagindo nessa fabulosa rede de bens e serviços que funcionam 24 horas por dia, 52 semanas por ano, formando o mecanismo da engrenagem que move o mundo – a economia global. É a luta de cada dia, com suas glórias, seus dissabores e infortúnios, onde cada um cumpre o “castigo” de trabalhar imposto pelo Criador, segundo dizem, ao expulsar Adão e Eva do paraíso terrestre. E, na maioria das vezes, o trabalhador, esteja onde estiver na estrutura organizacional, cumpre completamente descontente e desacorçoado o que faz.

O sociólogo italiano Domenico De Masi, professor da Universidade La Sapienza, de Roma, tornou-se famoso após publicar, em 1995, o livro “O ócio criativo”. Na obra, De Masi defende uma vida mais equilibrada entre trabalho, estudo e lazer. “Às vezes, as pessoas fazem confusão. Ócio criativo não significa fazer nada. É o trabalho prazeroso, que, aliado ao estudo e ao lazer, torna-se uma tarefa alegre e criativa”. De Masi morre de amores pelo Brasil.

As ideias contidas neste artigo são de uma entrevista com o sociólogo feita no início deste ano no programa *Roda viva*, da *TV Cultura*². Ele disse

que o Brasil não é o melhor mundo possível, mas é um dos melhores mundos existentes. Diante dessa afirmação, além da entrevista, resolvi comprar o livro e comentar suas ideias.

O que ensina De Masi

Quem ler “O ócio criativo” verá que os pensamentos ali contidos apresentam-se perfeitamente viáveis para uma aplicação no atual momento da humanidade. Mas, como falar sempre foi mais fácil do que fazer, o livro não cai na tentação de mudar o mundo, apenas se limita a mostrar o presente torto enquanto está sugerindo novas ideias para endireitá-lo.

Neste momento, estamos trabalhando e estudando, mas não estamos nos divertindo. Pelo contrário, muitos estão até sofrendo. O livro ensina que podemos ter as três coisas juntas, de maneira prazerosa, por meio do ócio criativo, ou seja, desenvolver um profissional capaz de, simultaneamente, criar riqueza, conhecimento e bem-estar, sem nada a ver com o tempo livre nem com o desemprego.

Chegou a hora de desenvolver algum modelo de vida que sirva para tornar toda a humanidade mais feliz. Esse poderia ser um caminho para definir a missão de uma universidade.

O novo trabalho

Em 1930, Keynes afirmou que, se diminuíssemos a carga de trabalho, aumentaríamos o tempo livre. Mas isso não aconteceu. Com as sucessivas introduções das novas tecnologias deveríamos, gradativamente, reduzir as horas dedicadas ao trabalho, aumentar a quantidade de horas livres e dar oportunidade para mais pessoas trabalharem. Não fizemos e, sem perceber, fomos criando um monstro: o desemprego.

Keynes também afirmava que, com o passar dos anos, cada indivíduo deveria trabalhar menos e menos, para que o mercado pudesse absorver

toda a mão de obra disponível. Parece que ainda não aprendemos, pois, atualmente, cada empregado trabalha mais e mais para manter o seu emprego. Ficamos totalmente viciados em trabalho, aumentando o desinteresse pela família e pelos filhos, e nos desmotivando pelas atividades culturais e de lazer, e pelo lazer deixamos de ser inventivos e felizes.

Com os profissionais empregados exercendo as suas funções 10, 12, 14 horas por dia, as chances de um novato, um recém-formado ingressar no mercado de trabalho são escassas. Esse é um dos maiores problemas que a universidade vem enfrentando em um mundo em plena crise de identidade que afeta, principalmente, a Europa e os Estados Unidos. E que também respinga no Brasil.

De acordo com De Masi, a solução existe e é muito simples: diminuir as horas na empresa e desenvolver o teletrabalho. Profissionais exercendo as suas funções em casa, sem ter de comparecer fisicamente na empresa e sem enfrentar congestionamentos absurdos de duas, três, até quatro horas desperdiçadas no trânsito. Tecnologia para o emprego do teletrabalho o mundo tem de sobra. A solução poderia ser posta em prática já amanhã pela manhã. Sem exageros.

Os Estados Unidos da América, tais como os conhecemos, tornaram-se o país mais poderoso do mundo porque ganharam três guerras seguidas, praticamente. A Guerra da Secessão, uma guerra civil; a Primeira Guerra Mundial, fornecendo armamento; e a Segunda Guerra Mundial, participando diretamente. Muita coisa em menos de 100 anos. Diante do sucesso, exportou para todo o Ocidente um modelo que foi copiado por todos – Europa incluída –, mas que agora padece do seu próprio sucesso.

O Brasil, como ideia, nasceu para ser um eterno fornecedor de matérias-primas e de mão de obra. Os portugueses, na sua maioria, para cá vieram com o objetivo de trabalhar a terra e de extrair as suas riquezas naturais. No idioma português, a terminação “eiro” significa trabalhador. Exemplos:

padeiro, leiteiro, faxineiro, enfermeiro, açougueiro, camareiro e mais uma dezena delas. No que toca às nacionalidades, a palavra brasileiro é a única no idioma com essa terminação. Isso já diz tudo.

Mas, apesar da nossa vocação servil, o Brasil de hoje se tornou uma democracia de fato. De Masi observa: “é o país onde há um crescimento da economia muito grande e a distância entre ricos e pobres decresce; é uma democracia que vive em paz com os 10 países limítrofes”.

O Brasil atingiu um estágio em que não precisa mais copiar o modelo americano. Tem condições para formar cientistas e intelectuais capazes de criar um modelo próprio e oferecê-lo a toda a humanidade.

A formação já poderia estar mais desenvolvida nas universidades brasileiras. O Ensino a Distância, tal como o teletrabalho, pode ser uma ferramenta útil, para dar maior suporte ao ensino presencial. Não fosse a nossa teimosia em ministrar o ensino universitário como se estivéssemos ainda em pleno início do século XX, poderíamos estar um bocado mais à frente.

A boa nova, a graça

Nas sociedades cristãs, “graça” quer dizer “boa nova”. Foi por meio da “graça”, da notícia da ressurreição de Cristo que o cristianismo se disseminou pelo mundo ocidental.

Há uma revolução global em curso nos mundos do trabalho, do ensino e do bem-estar, pois os modelos utilizados até ontem e anteontem apresentam-se exauridos.

Com a introdução de novas tecnologias, como observa De Masi, “é preciso saber que, graças a elas, irá se reduzir o tempo dedicado ao trabalho e aumentará o tempo livre.” Teremos, então, que educar o jovem ao tempo livre e fazer com que ele não fique desempregado, mas se recicle para um novo trabalho. O Brasil é jovem. E o sociólogo continua: “portanto, acredito que possamos ser otimistas na ética, pois a sociedade pós-

industrial vive sob alguns valores: o da criatividade, o valor da vida intelectual, da subjetividade, da emotividade, da estética”.

Nesse contexto, o Brasil é a bola da vez. Estamos diante da oportunidade de contribuir para a formação de um novo modelo para a sociedade. Podemos dar um enorme passo, um pulo. Como fez o Japão no fim do século XIX, que passou do feudalismo para a modernidade, queimando as etapas do Renascimento e do Iluminismo. Se o Brasil não o fizer, outros países farão por ele.

Podemos dar graças por termos nascido nesta época e não em épocas anteriores. Ensinar que trabalho, educação e felicidade são compatíveis – e possíveis – deve ser o objetivo fundamental da universidade emergente.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 04.04.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=5507
 2. A entrevista com Domenico de Masi pode ser conferida nos endereços abaixo. Assista à entrevista e leia o livro – que é muito melhor.
Bloco 01 – www.youtube.com/watch?v=mfc67MO9Npl
Bloco 02- www.youtube.com/watch?v=MuyBxqJrjhA
Bloco 03- www.youtube.com/watch?v=JfAghDMUe74
Bloco 04- www.youtube.com/watch?v=R0g-gU7oUyw
Transcrição do programa
www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/compartilhamentos/transcricao_rodaviva.doc



A tecnologia não é tudo... E depende de gente¹

Quando o cinema surgiu, os pessimistas disseram que o teatro ia acabar. Quando lançaram o televisor, falaram que o cinema ia terminar. Com a internet, com os *smartphones* e os *tablets*, e seus formidáveis recursos, eles sentenciaram à morte a televisão e os livros. Agora apontam as suas baterias para a Educação. O alvo são as aulas presenciais, que – pela tecnologia – não vão mais precisar de professores. Ledo engano. Sem nós, humanos, a tecnologia não é nada; aliás, nem existiria. A história é pródiga em nos mostrar isso.

Examinemos o ocorrido na primeira metade dos anos de 1930, quando uma plêiade de educadores brasileiros conclamava a sociedade em relação aos rumos de modernidade, que devia alcançar a educação primária da época. Nossas escolas precisariam se beneficiar dos recursos do cinematógrafo, a última novidade daqueles tempos. Decorrente do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, o MEC – da época – decidiu colocar o cinematógrafo nas escolas². Para atender à “demanda”, o Governo investiu na aquisição de 250 projetores de cinema. E o que se pensava ser a maior inovação pedagógica tornou-se um retumbante fiasco. A iniciativa esbarrou logo de cara com problemas de energia, de infraestrutura e de recursos humanos qualificados para fazer funcionar o cinematógrafo. Por exemplo, ninguém tinha ideia de que o filme precisava ser trocado de vez em quando.

Aonde quero chegar: não adianta o governo querer distribuir *tablets* aos milhares nas escolas sem suporte adequado (banda larga decente, por exemplo) e sem conteúdo previamente planejado. E, quer queiram ou não, quem vai produzir os conteúdos educativos ainda é o professor. Isto é, sem “gente” para ensinar, nada acontece.

Por trás da tecnologia, precisamos de pessoal especializado que conheça o que deve ser ensinado e, com os recursos audiovisuais e tecnológicos, que faça tudo funcionar a contento, para de fato promover o aprendizado. Querem ver? O teatro não evoluiu no palco, na frente do espectador, evoluiu atrás do palco. O cinema e a televisão não evoluíram na frente das câmeras, evoluíram atrás delas. Criamos as novas tecnologias, que não passam de ferramentas para nos servir e para atender ao talento humano.

Antes da tecnologia, vêm o homem, o mestre, o professor, o treinador, o orientador, o tutor, o roteirista, o conteudista e o talento de quem sabe transformar um montão de ideias numa história que mostre um caso para o aluno aprender.

O aprendizado começou com a linguagem oral, que, para ser bem entendida, precisou de uma explicação feita por um desenho na parede da caverna; por um galho de árvore riscando o chão de terra ou de areia. Depois passou a ser transcrita sobre a argila ou esculpida na pedra. Mais adiante vieram o papiro, no Egito, e o papel, na China, nos quais os escritos eram feitos com carvão e depois com grafite. Até chegar à imprensa e aos livros, foram milhares de anos de evolução.

É lógico que hoje tudo isso pode estar unido na tela de TV, no computador, no *tablet* e no celular. Mais haverá sempre alguém por trás de tudo isto para transmitir o conhecimento.

Portanto, professor, o uso do caderno, do lápis e do livro não vai acabar. O que vai mudar é o meio de transmissão da linguagem oral para a imagem. O resto continua igual, sempre precisando de gente que saiba ensinar.

Volto a bater na mesma tecla. Não sei quantos mil *tablets* para melhorar a educação serão atirados no lixo eletrônico, caso não sejam tomadas algumas providências, tais como: definição de uma política de qualificação de professores e desenvolvimento de conteúdos específicos e de processos de aprendizagem e disponibilização de banda larga condizente.

Embora o governo federal esteja trabalhando a todo vapor para levar a internet em banda larga a todos os municípios brasileiros até 2014, tal propósito é difícil de ser alcançado, ainda mais com a promessa de elevar a penetração dos atuais 27% para 60% do total das casas com acesso rápido à rede.

Infelizmente, o governo terá que se preparar para evitar uma muito provável (e alarmante) banalização na utilização desses *tablets*. Se não tomarem as devidas precauções, os alunos terão acesso fácil ao mundo dos jogos e redes sociais, tudo patrocinado pelo governo. A transmissão do conhecimento por meio das novas mídias só será verdadeiramente possível se todos pensarem devidamente no objetivo primordial da razão de ser de tudo: o aprendizado de nossas crianças.

No futuro, os alunos utilizarão cada vez mais modelos híbridos, assistindo a videoaulas, participando de blogues e encontrando-se em grupos de discussão presenciais e virtuais. Daí a necessidade de dominar as ferramentas tecnológicas que permitem usar as mídias da internet.

Vale a pena conferir a lista do futurologista brasileiro em tecnologia Michell Zappa, com “As 33 habilidades digitais que cada professor do século XXI deve ter”³.

1. Criar e editar áudio e vídeo;
2. Usar redes sociais para compartilhar recursos com e entre os alunos;
3. Usar blogues e wikis para criar plataformas on-line para estudantes;
4. Explorar as imagens digitais para uso em sala de aula;
5. Usar conteúdos de vídeo para envolver os alunos;
6. Usar o infográfico para estimular visualmente os alunos;
7. Usar sites de redes sociais para se conectar com colegas e crescer profissionalmente;
8. Criar e fazer apresentações e sessões de formação assíncronas;
9. Compilar um digital e-portfolio para o seu próprio desenvolvimento;

10. Ter um conhecimento sobre segurança *online*;
11. Ser capaz de detectar trabalhos plagiados nas atribuições estudantis;
12. Criar vídeos de captura de tela e tutoriais;
13. Assessorar-se do conteúdo da web para a aprendizagem em sala de aula;
14. Usar e proporcionar aos alunos ferramentas de gerenciamento de tarefas para organizar seu trabalho e planejar sua aprendizagem;
15. Usar softwares de pesquisa para criar um teste em tempo real na sala de aula;
16. Fazer entender as questões relacionadas a direitos autorais e direitos de uso de materiais *online*;
17. Explorar jogos de computador para fins pedagógicos;
18. Usar ferramentas digitais de avaliação para criar *quizzes*;
19. Usar ferramentas de colaboração para construção e edição de texto;
20. Localizar e avaliar a autenticidade de conteúdos da web;
21. Usar dispositivos móveis, como *tablets*, por exemplo;
22. Identificar os recursos seguros para os alunos navegarem;
23. Usar ferramentas digitais para fins de gestão do tempo;
24. Usar o *YouTube* em suas diferentes formas na sua sala de aula;
25. Implantar o uso do bloco de notas para as ferramentas com conteúdos interessantes e compartilhar com alunos;
26. Anotar páginas da web e peças de destaque em textos para compartilhar com a classe;
27. Usar organizadores gráficos e *printables*;
28. Usar notas on-line para capturar ideias interessantes;
29. Utilização do elenco de ferramentas de tela para criar e compartilhar tutoriais;
30. Explorar o grupo de ferramentas para mensagens de texto em projeto de trabalho colaborativo;
31. Aplicar consultas de busca eficazes com o mínimo de tempo possível;

32. Realizar trabalhos de pesquisa usando ferramentas digitais;
33. Usar arquivo de ferramentas de compartilhamento para compartilhar documentos e arquivos com estudantes *online*.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 17.04.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=5559
 2. www.ancine.gov.br/legislacao/decretos/decreto-n-21240-de-4-de-abril-de-1932
http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_ministros_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Brasil
 3. Informações e fontes de pesquisa no Portal Porvir – www.porvir.org



Tecnologias, tendências e desafios no ensino superior até 2018¹

Viramos fósseis rapidamente! De repente não acompanhamos mais quase nada. Internet, novos produtos, novas tecnologias exigem de nós uma acelerada busca de atualização. A tendência é de nos acomodarmos por termos medo do novo, do desconhecido.

(Luis Almeida Marins Filho)²

Na conclusão da minha participação no painel sobre o tema “A Educação Brasileira no século XXI – papel e compromisso do setor particular de ensino”, realizado em 7 de maio na ABMES, fui enfático em declarar que o mundo muda muito e a educação muda pouco. Tal afirmação pode ser comprovada ao se analisarem as mudanças que a cada dia transformam nossas vidas – nas nossas residências, no trabalho, no transporte, no comércio, na indústria, na cidade e no campo.

As transformações são tão radicais que dificultam até a nossa capacidade de acompanhá-las. Facilmente perceptíveis são, por exemplo, as mudanças nos últimos anos no sistema bancário e as novidades que surgem a cada dia com a multiplicidade e lançamentos de celulares e *tablets*. Quem de nós saberia dizer onde foram parar os videocassetes?

Porém um fato é bem evidente: a sala de aula foi muito pouco atingida pela revolução digital. E há muita gente querendo romper com esses paradigmas, como diz o site *Porvir.com* que cito sempre como uma boa referência para todos nós. O *Porvir* traz notícias importantes sobre o que está acontecendo com a aplicação das tecnologias informacionais na educação. No fim do mês de abril, foi divulgada uma pesquisa feita por

uma publicação americana que trata das tendências e desafios com o uso das tecnologias aplicadas ao ensino.

O *Horizon Report 2013* analisa o desenvolvimento do ensino superior em relação à aplicação de tecnologias no ensino com base na pesquisa que realiza anualmente para identificar os progressos que influirão o setor, no horizonte de cinco anos. Para tanto, utiliza um grupo de especialistas composto por profissionais, pensadores e escritores das áreas de educação, de tecnologia informacional e de estudos do futuro. Reunidos pelo *New Media Consortium* e pela *Educuse Learning Initiative*, o grupo estabeleceu como meta questionar as tecnologias e os meios mais importantes para o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento criativo.

As perguntas foram preparadas por meio de uma complexa metodologia que envolveu a análise de bibliografia e a compilação de dados de forma colaborativa, cujos resultados são os seguintes:

Tecnologia

1. *Moocs* (1 ano). Os Cursos Massivos Abertos Online (*Massive Open Online Courses, Moocs*) tornaram-se populares a partir do ano passado, com o lançamento de iniciativas como *edX*, *Coursera* e *Udacity*. Os cursos utilizam todas as ferramentas da internet apoiados por vídeo, som e áudio, tendo como principais recursos a interatividade e as redes sociais.
2. *Tablets e smartphones* (1 ano). À medida que os *tablets* se tornaram mais baratos, passaram a ser aproveitados no universo educacional. Como são portáteis, facilitam o acesso à internet, permitem baixar aplicativos e compartilhar documentos em quase todos os ambientes.
3. *Games* (2 a 3 anos). Estratégia educacional baseada em jogos computacionais que têm por objetivo promover o engajamento dos alunos e desafiar seus conhecimentos para desenvolver

o aprendizado. O conceito de educação baseada em jogos foi ampliado incluindo ferramentas para apoiar a cultura e idiomas por meio da utilização de designs específicos.

4. *Análise do Aprendizado* (2 a 3 anos). Ferramenta usada para decifrar tendências e padrões a partir de central de dados disponível sobre o aprendizado dos alunos. É extremamente útil para fazer escolhas pedagógicas a partir da necessidade dos estudantes.
5. *Impressoras 3D* (5 anos). Ferramentas que oferecem uma forma muito mais barata e rápida de fazer os protótipos de projetos. No cenário educacional, têm sido usadas em pesquisas e laboratórios, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. A expectativa dos especialistas é que, em cinco anos, passem a ser amplamente usadas em outras áreas visando criar modelos tridimensionais.
6. *Tecnologia para vestir* (5 anos). Pela primeira vez no *Horizon*, a chamada *wearable technology* integra equipamentos eletrônicos a roupas e acessórios. Muitas dessas tecnologias já têm aparecido no mercado e mostram potencial para serem usadas no ensino e no aprendizado.

Tendências

Para produzir o relatório, os especialistas prospectam temas que se tornarão tendências. Muitas dessas tendências têm estreita correlação com as tecnologias aqui descritas.

1. *Educação aberta*. Conteúdos, dados e recursos disponíveis, assim como noções de transparência e acesso fácil a informação, estão se tornando um valor importante. Muito comumente confundida como educação gratuita, a educação aberta não só é grátis, mas replicável, readaptada e sem barreiras ao acesso e à interatividade.
2. *Cursos abertos e gratuitos*. Com a popularização dos *Moocs*, os cursos *online*, abertos e gratuitos passam a se fortalecer como uma alternativa ao estudo tradicional.

3. *Habilidades do mundo real.* O mercado de trabalho demanda dos recém-formados habilidades que são mais frequentemente adquiridas fora da escola, em situações de aprendizado informal.
4. *Novas fontes de informação.* Existe um crescente interesse em usar novas fontes de informação para personalizar e medir a experiência do aprendizado. Com o aumento das atividades on-line pelos alunos, há cada vez mais informações digitais que podem ser rastreadas pelo *Analytics* – ferramenta também em franco desenvolvimento.
5. *Novo papel para o professor.* O crescimento e a valorização do aprendizado informal e o aumento na quantidade de recursos de educação têm feito com que as funções dos educadores sejam repensadas. Agora, eles devem se portar muito mais como mentores e conectores de todas as informações disponíveis do que detentores do conhecimento.
6. *Novo paradigma.* A educação caminha para se tornar cada vez mais on-line, híbrida e calcada em modelos colaborativos.

Desafios

Tanto as tecnologias emergentes quanto as grandes tendências esperadas no campo da educação superior têm sua ocorrência atrelada a importantes desafios por que passam as universidades.

1. *Capacitação de professores.* Docentes ainda não estão sendo capacitados para agir na era digital.
2. *Novas formas de avaliação de pares.* A métrica que costumava ser usada para avaliar trabalhos científicos não consegue avaliar com precisão trabalhos difundidos via internet. Novas formas de revisão de pares, tais como notas de leitores, inclusão e menção em blogs influentes, *Twitter* e redes sociais começam a ser valorizadas.
3. *Resistência interna.* O processo educacional é atávico ao passado e resiste à adoção de novas tecnologias.

4. *Tecnologias e novas práticas.* Tecnologias capazes de oferecer um aprendizado cada vez mais personalizado têm sido muito demandadas, mas estão apenas começando a ser adotadas.
5. *Modelos tradicionais são questionados.* A popularidade e o alcance dos *Moocs* estão obrigando instituições tradicionais de ensino superior a repensarem o seu papel.
6. *Pesquisadores e uso de tecnologias.* Muitos professores e pesquisadores ainda não usam as tecnologias digitais para aprender, ensinar ou mesmo organizar a sua pesquisa.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 08.05.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=5642
 2. Pesquisador da área de Antropologia empresarial – www.novomilenio.inf.br/ano00/0005abps.pps



A Universidade de Nalanda e a universidade dos novos tempos: duas visões¹

A educação vive hoje um turbilhão de mudanças provocado pelo desenvolvimento tecnológico. De um lado, ela tem a responsabilidade de preparar o estudante para um mundo em constante mudança e crescentemente mais complexo. De outro, na prática da sala de aula, as mudanças não ocorrem na velocidade que se espera. Para entrarmos no futuro, essa dicotomia é o desafio a ser vencido.

(Michell Zappa)²

A Universidade de Nalanda, situada ao norte da Índia, foi um importante centro de ensino até ser saqueada por invasores muçulmanos, em 1193. Fundada por volta do século V, atraía estudiosos de toda a Ásia. Durante sua existência chegou a contar com mais de 10.000 estudantes e 1.500 professores – em sua maioria monges budistas, que saíam de China, Japão, Coreia e outros países asiáticos.

Estão em curso as primeiras iniciativas para a reconstrução de Nalanda, por meio de uma cooperação internacional formada pelos seguintes países: Índia, China, Cingapura, Japão e Tailândia, com o apoio de países do Sudeste Asiático, além de Austrália, Nova Zelândia, Rússia e Estados Unidos.

O projeto de transformação de Nalanda em um centro internacional de ensino está sendo revivido por um grupo de autoridades e estudiosos comandado pelo novo reitor, o ganhador do prêmio Nobel de economia Amartya Sen. “A antiga universidade levou 200 anos para chegar a um estado florescente. Não levaremos 200 anos, mas, pelo menos, algumas décadas”, afirma o reitor.

As instalações provisórias já estão funcionando e o departamento de pós-graduação convidou pesquisadores e acadêmicos de todo o mundo para participar de seus programas. As duas primeiras faculdades serão de história e ecologia e meio ambiente, e a primeira turma começa no ano que vem. Amartya Sen diz que haverá uma cooperação ativa com a escola de estudos florestais da Universidade de Yale, nos Estados Unidos; com o departamento de história da Universidade Chulalongkorn, de Bangcoc; e com as Universidades de Seul, na Coreia do Sul, e de Pequim, na China. A expectativa dele é de que, se tudo correr bem, a nova universidade seja capaz de fazer jus à boa reputação da antiga Nalanda, mesmo após um intervalo de mais de 800 anos³.

Percebe-se que há uma preocupação inusitada em recuperar o passado sem grandes preocupações com as novas práticas da realidade educacional atual. Será que estão no caminho correto? Difícil conjecturar, porque não conhecemos os planos de reconstrução. Mas parece-nos uma estratégia totalmente diversa, se comparada com a visão atual de educadores em relação aos desafios do futuro da universidade.

Para tanto, é importante conhecer as ideias expostas pelo senador Cristovam Buarque na Comissão “UnB.Futuro”, sob o patrocínio da Universidade de Brasília⁴.

O senador Cristovam foi muito claro ao dizer que a universidade foi criada há 1.000 anos para substituir os conventos, cuja missão era formar pessoas interessadas em estudar os dogmas religiosos. As universidades vieram para construir o conhecimento que, naquele tempo, diferentemente da temática espiritual, era necessário para alimentar o desejo de conhecer o mundo das novas ideias. A universidade passou a ocupar o papel de gerador do saber de nível superior, tendo em vista o despreparo e a incapacidade dos conventos diante das exigências da época.

O senador mostra a evolução da universidade como instrumento de interação com a realidade ambiental. Ao longo de quase mil anos, segundo ele, essa nova instituição influiu em todos os aspectos do

desenvolvimento humano para atender às demandas sociais, culturais e econômicas de uma sociedade em desenvolvimento exponencial procurando ajustar-se às transformações e exigências do mundo. Para tanto, promoveu mudanças nos métodos de ensino e pesquisa, nos conteúdos da vida intelectual e nas exigências de novos saberes para entender e desenvolver o mundo.

A universidade evoluiu no plano social, na área de pesquisa e ciências e nos requisitos de apoio ao setor empresarial, ajustada ao mercado, sempre em movimento, conforme a realidade de cada momento. No entanto, pouco mudou em relação às formas de transmissão do conhecimento centralizadas no professor.

Para o terceiro milênio da nossa era, a universidade precisará se transformar radicalmente, visando atender à nova realidade técnica e às novas exigências que o mundo impõe às ideias. Sua capacidade de geração de saber superior será superada pela nova instituição pós-universidade. Buarque, com sua ênfase habitual, declara: “O desafio da universidade para as próximas décadas é maior do que mudar, é evoluir. Mais do que se reformar, é reinventar-se. Mais do que se ajustar aos tempos atuais, é inventar uma instituição nova, tão diferente da atual quanto ela foi dos conventos, nos tempos da sua origem”.

O mundo transforma-se a cada minuto devido à velocidade das ideias, em todas as áreas e instâncias, mesmo sem a intervenção da universidade. Num mundo global, o saber da economia, da cultura das ciências, das diversas técnicas se interliga instantaneamente, devido à revolução na comunicação, oriunda da eletrônica, da informática e da teleinformática.

O senador Buarque evidencia “14 diferenças” essenciais para que as instituições possam fazer a diferença e se impor à realidade dos tempos atuais:

1. Sem endereço geográfico e sim com endereço eletrônico;
2. Substituição do professor por uma equipe interdisciplinar;
3. Humanidade como pátria da universidade;

4. Sem muros e sem fronteiras;
5. Atuação em rede de todas as unidades de promoção do conhecimento;
6. Aberta a receber alunos que a universidade de hoje exclui;
7. Criação de novos campos de conhecimento com a exclusão da disciplinaridade;
8. A aquisição do conhecimento não tem prazo ou duração – universidade por toda a vida;
9. Desaparecimento do diploma como reconhecimento cartorial do saber;
10. Substituição da categoria de propriedade pela categoria de finalidade;
11. Livre, sem hegemonia ideológica, sem supremacia administrativa e sem predominância de uma área de conhecimento sobre outra;
12. Livre de mitos e dogmas religiosos;
13. Ética como parte do próprio conhecimento;
14. Processo de aprendizagem de acordo com uma nova realidade, tendo em vista o potencial e o risco do avanço científico sobre o cérebro e o processo cognitivo, um processo de aprendizagem de acordo com uma nova realidade.

Cristovam conclui com a 15ª diferença – “esperança”, afirmando:

O fato de ter passado 40 anos tentando reformar a universidade – como estudante, professor, reitor e ministro – me fez concluir que essa reforma dificilmente será feita. Não poderá ser importada do exterior sem o consentimento da comunidade, nem será feita a partir do seu interior, porque não contará com o apoio da comunidade acadêmica. Mas, 40 anos depois de tantas mudanças no mundo – nas técnicas, na ética, na economia, no social, na política nacional e internacional –, a necessidade de reformar a universidade é ainda maior e mais urgente. Precisando mudar, mas impedida de fazê-lo, a universidade será provavelmente substituída por outro tipo de instituição que preencher o papel de vanguarda do saber, desempenhado por ela nos últimos

mil anos. Mas a relação afetiva com a universidade por toda a minha vida adulta me aprisiona na esperança de que ainda é possível que a universidade evolua, ela própria, sem necessidade de uma instituição posterior: a pós-universidade. Diversas universidades estão fazendo essa evolução, isoladamente. Elas vão se unir em rede, compondo o novo quadro gerador do ensino superior. O que vai definir se a universidade evoluirá ou se a pós-universidade tomará o seu lugar como centro gerador de saber superior vai depender do resultado do processo entre as universidades evolucionistas, que se transformam, e as universidades-convento, que sofrem da síndrome dos conventos e reagem à mudança.

Discutiremos oportunamente a viabilidade desses conceitos diferenciadores, porém o propósito deste artigo é comparar dois movimentos: o projeto de reconstrução da universidade indiana de Nalanda, cujos princípios básicos ainda estão presos ao passado de dois mil anos atrás, e as ideias esposadas pelo senador sobre a universidade ancorada na realidade de um mundo que a cada momento se transforma pela velocidade das novas tecnologias e dos novos conhecimentos.

Reproduzir o passado é fácil, mas construir o futuro é desafio para cérebros iluminados.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 06.06.2013 — www.blog.abmes.org.br/?p=5751
 2. Futurologista brasileiro em tecnologia — www.google.com.br/#q=Michell+Zappa
 3. Manchetes Educacionais (ivonio@senado.gov.br)
 4. A síndrome dos conventos e a pós-universidade: palestra proferida por Cristovam Buarque em 06.05.2013, na inauguração da Comissão UnB.futuro www.cristovam.org.br/portal3/index.php?option=com_content&view=article&id=5356



O poder da internet como demolidora de mitos¹

A internet é o meio de comunicação mais completo já concebido pela tecnologia humana. O primeiro a conjugar duas características dos meios anteriores: a interatividade e a massividade. O primeiro meio a ter o alcance da televisão, mas com a possibilidade de que todos sejam, ao mesmo tempo, emissores e receptores da mensagem. É a aldeia global de McLuhan concretizada muito além do que ele havia previsto.

(Raquel Cunha Recuero)²

Em julho de 2013, a cidade de São Paulo foi marcada por quatro dias de confrontos violentos entre a Polícia Militar e as manifestações contra o aumento de tarifas de transportes públicos, oriundas do “Movimento Passe Livre”, de partidos políticos – PSol, PT, PSTU –, “Meninos do *Anonymous*”, *hackers* e de outros grupos bem ou mal-intencionados.

Com objetivos assemelhados, aconteceram fatos idênticos em Porto Alegre, Natal, Niterói e Rio de Janeiro. Em Brasília também houve protestos populares contra o desperdício de verbas públicas com a Copa das Confederações e a Copa do Mundo/2014.

Depois dos protestos *Occupy Wall Street* de Nova York, primavera árabe, confrontos na Síria, Turquia, Grécia, Itália, França e Espanha, os jovens do “Movimento Passe Livre” desejam replicar no Brasil o mesmo processo de contestação.

Parece que a representação política não existe e que cada grupo precisa ocupar as praças para divulgar a sua indignação, como afirma o cineasta Cacá Diegues:

Há um enorme abismo entre nós e o poder que devia agir em nosso nome, pelo desinteresse em nos representar. O processo eleitoral não tem nada a ver com a representação que devia ocorrer depois dele. Os eleitos só pensam em continuar eleitos e em proteger a instituição a que pertencem, para que ela exista, para sempre, com eles dentro.

É uma constatação da realidade da nossa democracia representativa, onde até justas reivindicações de setores sociais podem ser manipuladas por grupos mais interessados em tumultuar, radicalizar e confrontar o poder.

Manuel Castells, sociólogo espanhol considerado o principal intelectual mundial antenado com o papel das mídias sociais, foi categórico em seminário realizado em junho de 2013, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao relacionar as similaridades entre as dezenas de protestos sociais que, na era da internet, estão agitando os quatro cantos do mundo.

A primeira semelhança entre eles, segundo Castells, é que todos são movimentos em rede, nascidos na internet – um espaço no qual “não podem ser reprimidos de início”. Para o sociólogo, além das redes sociais da internet, como *Facebook* e *Twitter*, as relações pessoais são fundamentais para o nascimento desses movimentos.

A ocupação dos espaços públicos é apontada como outro fator em comum entre todos eles. Por quê? “O que eles querem é desafiar a ordem institucional, e não basta apenas criticar pela internet. É necessário dar visibilidade às ações dos grupos”. Tudo para que as reivindicações ganhem as ruas; para que um número cada vez maior de pessoas participe e, com isso, faça avançar o debate sobre as levas e as causas dos protestos.

Manuel Castells aponta ainda que, embora todos os movimentos sejam, ao mesmo tempo, globais e individualizados, “nascem a partir de questões locais e estão em comunicação constante com o resto do mundo. (...) Eles se difundiram rapidamente, sabendo o que estava acontecendo ao mesmo tempo em outras partes.”

É uma realidade nova com que a população brasileira precisará se acostumar, porque mais cedo ou mais tarde esses eventos alcançarão problemas mais profundos.

As imagens, segundo Castells, sobretudo aquelas que mostram a repressão policial, são as mais importantes. “Quanto mais se reprime, mais força se dá ao movimento”. (...) “As imagens indignantes divulgadas pela internet são as detonadoras de todos esses movimentos.”

Sem sombra de dúvida, as novas tecnologias, a internet e o poder das imagens marcarão a revolução do processo de comunicação em todas as áreas do conhecimento.

No ensino-aprendizagem o processo é semelhante. Isso ficou patente no *VI Congresso Nacional de Ensino Superior*, realizado em junho de 2013 em Foz de Iguaçu. Os educadores presentes realmente se sensibilizaram quando Amabile Pacios, Andrea Innamorato, João Mattar, Raulino Tramontin e Ryon Braga destacaram nas suas palestras³ o uso vertiginoso das novas mídias na educação. Eles expuseram o que está acontecendo em várias partes do mundo, graças ao avanço das tecnologias informacionais nas novas estratégias para ensinar, e citaram como exemplos:

Inteligência coletiva. Trata-se do aproveitamento da plataforma das redes sociais com o propósito de ser utilizada não só para compartilhar informações de interesse comum, como também para desenvolver projetos que envolvam temas inovadores a serem solucionados pelos participantes e, com isso permitir a produção do conhecimento novo. O grande desafio é tornar esse conhecimento válido e aceito pelas universidades, porque, na prática, já acontece informalmente. Cada vez mais a comunidade acadêmica deverá perceber o valor de explorar as ideias de *crowdsourcing*⁴.

Mobilidade. A tendência é que o ensino superior se torne cada vez mais independente de sua sede e que os alunos carreguem as suas universidades “no bolso”. Dispositivos de computação móvel – tais como

smartphones e *tablets* – estarão cada vez mais acessíveis e mais fáceis que os desktops. Em breve teremos baterias com vida longa, que vão durar dias, sem perda de sua eficiência, bem como novos aplicativos voltados à Educação com inovadoras finalidades. Muitos educadores incorporarão esses aplicativos em suas práticas pedagógicas cotidianas.

Conectividade. Utilizar arquivamento em “nuvem de computação” é unificar informações, dados, conteúdos e atividades disponibilizando-os em local único. Se precisarem conectar-se de casa, no trabalho, da escola, na estrada ou em qualquer situação social, as pessoas buscarão o acesso em “nuvem” para obter informações.

O sistema de arquivamento em “nuvem” incorpora uma parte importante de nossas vidas, que são todos os dispositivos de computação que utilizamos. “O processo ensino-aprendizagem cada vez mais contará com o potencial de locais de aprendizagem”. Nesse sentido, o mundo vai se tornar o campus da universidade. Os estudantes, de onde estiverem, poderão se conectar imediatamente com os recursos da universidade e com uma comunidade acadêmica, via “nuvem”.

Cursos gratuitos. Nos últimos anos temos visto uma explosão de recursos educativos on-line, gratuitos, que começaram no mercado há cerca de dez anos com a iniciativa de open *courseware* do MIT. A informação está em toda parte; o desafio é fazer uso eficaz dela na busca do aprendizado e do conhecimento. Em essência, o conteúdo fornecido por uma licença permite que qualquer pessoa use o material, desde que siga as diretrizes criadas pelo provedor de conteúdo. As universidades estão começando a entender as maneiras de adicionar valor real ao processo de aprendizagem, usando mídias sociais para conseguir um diálogo rico, envolvente e bidirecional entre seus alunos e funcionários.

Pretendi com esse artigo registrar o poder de comunicação da internet para destruir mitos e, sem pretender fazer uma análise sociológica e/ou política, contextualizei os meus pontos de vista com os fatos recentes ocorridos no país.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 17.06.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=5880
 2. Professora da Universidade Católica de Pelotas (UCpel)
 3. www.abmes.org.br/abmes/noticias/detalhe/id/830
 4. O *crowdsourcing* é um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários, geralmente espalhados pela internet para resolver problemas, criar conteúdo e soluções ou desenvolver novas tecnologias, assim como também para gerar fluxo de informação.



O simulacro da avaliação do ensino superior brasileiro¹

Tudo o que a mente agarra com avidez e tudo em que ela se demora com singular satisfação deve ser tomado com desconfiança.

(Francis Bacon)

Em seu livro “Estratégia – como empresas vencedoras dominam seus concorrentes”², Michel Robert expõe o tema do desenvolvimento estratégico de uma empresa e aborda cinco condicionantes para a sua permanência, quais sejam: programa agressivo de melhora contínua de seus produtos ou serviços; programa agressivo de aperfeiçoamento contínuo do atendimento ao cliente; programa agressivo de redução de custos para o equilíbrio financeiro; programa de desenvolvimento institucional constante e obtenção de resultados compatíveis (lucro), porque sem este não poderá crescer.

Tais condicionantes são essenciais para toda e qualquer organização, entre as quais se incluem as instituições de ensino superior (IES) particulares. O setor público não possui essas preocupações porque a “mãezona” – o Estado – resolve tudo. O governo da presidente Dilma Rousseff, além de todas as suas percepções equivocadas, mostra-se insensível não só para os problemas do setor particular – que se eternizam – como também para a sua viabilidade, ao coibir de forma rigorosa os seus pleitos. A conjugação desses fatores poderá provocar graves problemas para as IES particulares.

Enquanto isso, em países de primeiro mundo não há diferença no tratamento dos projetos educacionais públicos e privados: julgam-

se os méritos e as boas iniciativas são sempre prestigiadas. Na nossa realidade tupiniquim, IES particulares de mais de quarenta anos de vida precisam comprovar, frequentemente, suas ações diante dos órgãos governamentais de avaliação e de regulação.

No entanto, é importante destacar que as IES particulares não são contrárias à avaliação externa feita pelo Ministério da Educação. A avaliação institucional, de cursos e do aprendizado dos alunos e o relacionamento com estudantes e com as empresas empregadoras são a razão do dia a dia das IES particulares, que são incessantemente submetidas às leis do mercado e a todo momento precisam se estruturar para manter, em equilíbrio, as suas metas qualitativas e quantitativas.

Por essas razões, as IES receberam com grande entusiasmo e expectativa a Lei nº 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), poderoso instrumento para orientar as políticas públicas de qualificação educacional. Como se sabe, o Sinaes tem como conceito principal integrar três ações distintas para aferir num determinado momento uma organização educacional, com o preceito básico integrar três ações: a avaliação interna, feita pela própria instituição; a avaliação externa, executada pelo MEC; e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Nesse sentido, e de forma mais ampla, a avaliação deve se basear no projeto institucional, entendido como a grande referência para a autoavaliação e para a avaliação externa e como “ponto de encontro” dessas duas dimensões do processo. Tal orientação privilegia a vocação e as características próprias de cada IES e indica que não se pode medir com a mesma régua IES com diferentes tipologias e localizadas em regiões distintas: universidades, centros universitários, faculdades e institutos.

No correr do tempo, enquanto o Sinaes vai se tornando um oásis no deserto e o MEC, por não ter condições estruturais de realizar a avaliação das IES, insiste em manter um artifício matemático para desenvolver a avaliação das instituições tendo como base o Enade, o número de mestres

e doutores e os índices Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC). Estes – sobejamente conhecidos, provisórios e criados para “indicar” apenas que as IES precisam passar pela avaliação presencial – foram transformados, de forma perversa, em índices normativos com finalidades de regulação.

Considerar que os patamares de qualidade são os mesmos, em contextos tão diversos, é, minimamente, encarar a avaliação como um processo punitivo em lugar de construtivo e indicativo de políticas públicas para a melhoria e o desenvolvimento da educação no País.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 10.09.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=6694
 2. <http://baixar-livro-gratis.com/?p=228244>



IES brilham no Dia da Responsabilidade Social¹

Quanto maior a identificação da instituição com a comunidade e com os problemas locais, maior é seu movimento para a realização de práticas de extensão e de pesquisa, mesmo que estas dimensões não constituam, em si, o cerne da função das instituições de ensino superior caracterizadas como faculdades.

(Nazih Youssef Franciss e Leandro Bassini)²

Professores, alunos e funcionários de um Centro Universitário de cidade do interior de Minas Gerais promoveram no lar de idosos um dia especial para mais de 50 residentes. Estudantes de enfermagem, estética, farmácia, nutrição, odontologia e educação física transformaram o sábado – 21 de setembro de 2013 – numa data a ser lembrada para sempre na vida daqueles moradores.

Focados nos cuidados nas áreas de saúde e estética corporal, realizaram atendimentos diversificados: avaliação nutricional e regime alimentar, aferição de pressão, aconselhamento postural e odontológico, maquiagem e até cortes de cabelo. Foi um dia inteiro com palestras, jogos, atividades de lazer, práticas de internet e até churrasco.

Norte do país. O auditório da universidade estava todo engalanado. Pessoas simples, homens, mulheres e crianças vestindo suas melhores roupas esperavam o início da cerimônia onde cerca de 70 casais iriam regularizar seu estado civil. Estudantes de direito, pedagogia, serviço social e comunicação planejaram cuidadosamente o evento, que contou ainda com almoço de confraternização, palestras sobre relações familiares, educação de filhos e economia doméstica.

Em uma determinada faculdade do estado Rio Grande do Sul, enquanto alunos de veterinária vacinavam cães e cuidavam de animais, os de educação física dirigiam torneios esportivos e os de odontologia ofereciam informações sobre a saúde bucal. Os de administração e direito ministravam palestras com informações sobre seus projetos experimentais para os moradores locais.

Nos grandes centros, e mais especialmente nas cidades do interior, ao lado das atividades descritas, foram identificadas outras tantas, entre as quais: orientação para pais e familiares; atendimento jurídico, previdenciário, trabalhista e civil; oficinas sobre decoração e projetos de arquitetura; primeiros socorros; apoio ao empreendedorismo; aulas práticas e complementares para mostrar ações de extensão das instituições de ensino superior (IES) brasileiras universitárias com a comunidade.

Com o objetivo de dar visibilidade às ações das IES na área de responsabilidade social, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) promoveu no dia 21 de setembro de 2013, a 9ª edição da campanha do *Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular*. Universidades, centros universitários, faculdades e institutos de todos os estados se uniram para levar à sociedade uma mostra das ações que realizam em seu dia a dia e que contribuem para o cumprimento de sua missão social, especialmente no que se refere:

à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. (Art. 3º, III, da Lei nº 10.861/2004)

Trata-se o “Dia” de um grande evento nacional a demonstrar a força do setor particular na convocação de IES de todos os portes e regiões do país para mostrar à sociedade brasileira o que realizam habitualmente em seu ambiente universitário com os objetivos de: fomentar ações empreendedoras de seus estudantes; estimular a troca de experiências entre docentes, alunos e sociedade; propiciar a articulação do ambiente

universitário com a comunidade; valorizar a integração da teoria com a prática; e, principalmente, vivenciar ações de cidadania com o entorno do seu espaço social.

O “Dia” constitui importante momento de reflexão para a comunidade acadêmica em torno de seus objetivos de trabalho. Dirigentes, professores, alunos e técnicos desenvolvem projetos que afirmam o compromisso social das IES e que buscam na prática conhecimentos que contribuem para a renovação constante dos currículos, adequando-os às demandas da sociedade. Alunos têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos nas suas práticas. E a sociedade tem-se beneficiado com as atividades desenvolvidas nas nove edições do *Dia*: quase 10 milhões de atendimentos realizados nas áreas de saúde, jurídica, assistência social, informática e muitas outras.

A ABMES preocupa-se em divulgar não só os dados do “Dia”, como também em ampliar as informações para além do que o governo já sabe sobre o setor privado. Não importa saber apenas que o setor comporta 2.112 instituições com cerca de 5 milhões de alunos matriculados; importa ampliar os números e dar-lhes conteúdo, sentido e significado.

Senão, vejamos: as IES particulares representam: 1% de participação no Produto Interno Bruto (PIB); 422 mil empregos; 226 mil professores contratados; 4,2 milhões de vagas anuais (90% do total); 74% dos alunos matriculados; 20,4 mil cursos ofertados; 535 programas de mestrado e doutorado; 399 mil aulas diárias; e 80 milhões de aulas anuais.

A atuação da iniciativa privada é garantia de sucesso profissional: 86% dos empregados com formação superior de graduação e 855 com pós-graduação são titulados por IES particulares. Na área de responsabilidade social registram-se: 22 mil projetos por ano; 620 mil bolsas de estudo integrais; 300 mil parciais pelo Programa Universidade para Todos (ProUni); e 390 mil bolsas oferecidas pelas próprias IES.

As instituições respondem ainda por um patrimônio intelectual constituído por 62% dos professores do ensino superior brasileiro, sendo

131 mil mestres e doutores; 3,5 mil bibliotecas; 39 milhões de livros; 516 mil computadores instalados e 14,6 mil laboratórios³.

Importa, finalmente, reconhecer que o ensino superior particular representa um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico do País e, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas IES, sobretudo a enorme instabilidade jurídica e financeira causada pelo excesso de regulamentação, o ensino superior particular tem cumprido seu papel de inclusão social, de formação de cidadãos e de desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, fundamentais para o crescimento sustentado do Brasil.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 25.09.2013 — www.blog.abmes.org.br/?p=6849
 2. *Responsabilidade social universitária: desafios da maioria silenciosa*. Responsabilidade Social. ABMES Editora: Brasília, Ano 6, n.º 6, ago. 2013. p.25-34
www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/revista_er_2011_2012.pdf
 3. A representatividade do ensino superior privado no Brasil. Sindata-Semesp. 2013



Por uma nova educação para o século XXI¹

As instituições devem realizar esforços que resultem na percepção do ensino presencial e da educação à distância como partes integrantes do mesmo projeto educacional, e não partes isoladas que competem entre si “por um lugar ao sol”. O que importa é que ambas as estratégias possam contribuir para ampliar, em qualidade e em quantidade, as oportunidades educacionais que a instituição coloca à disposição da sociedade.

(Adriana A. Puerta e Roniberto Morato do Amaral)²

Assistimos hoje à discussão sobre o que é mais importante: ensino a distância ou ensino presencial? Para nós, o que existe, de fato, é o ensino e a forma como é transmitido, seja presencial ou a distância. Mas há uma constatação importante na atualidade: tudo leva a crer que as duas modalidades de ensino serão ultrapassadas pelas ágeis, atraentes e modernas tecnologias de comunicação e pelas incríveis inovações metodológicas que possibilitam.

Nós nos aproximamos cada vez mais do rompimento completo com o sistema universitário tal como o conhecemos hoje. De acordo com Angel Pérez Gómez, professor da Universidade de Málaga, na Espanha, as escolas mudarão ou desaparecerão em pouco tempo. Muito mais do que equipá-las com aparatos tecnológicos, ele sugere a reformulação total dos currículos e das metodologias de ensino, ao afirmar:

O mais importante é a pedagogia. Novas tecnologias com velhas pedagogias não funcionam. No meu país, as aulas de geografia ainda cobram os nomes dos rios que passam pelas capitais europeias. Se há necessidade de saber isso, vamos a uma enciclopédia digital. O desafio da escola atual é formar mentes que saibam pensar, orientar-se, tomar decisões e atuar.

O grande problema, a nosso ver, é que as informações transmitidas nos cursos não colaboram para formar profissionais capazes de enfrentar os desafios de desenvolvimento do país. “Isso é um desperdício para a sociedade”, observa Tristan Mac Cowen, professor de educação e desenvolvimento da Universidade de Londres. Estudioso, há mais de uma década, da evolução do sistema educacional brasileiro ele considera que “alguns cursos não aumentam a capacidade de inovação da economia, não impulsionam sua produtividade e acabam ajudando a perpetuar uma situação de desigualdade”. Aos poucos, segundo o especialista, estaria sendo consolidada uma espécie de sistema “dual”, por meio do qual os cursos e universidades mais disputados – públicos e privados – continuariam a receber, principalmente, estudantes da elite, enquanto boa parte da população de baixa renda acabaria em faculdades de menor prestígio nas quais a experiência de aprendizagem seria bem diferente.

A propósito, nada melhor do que lembrar a pesquisa “O que leva um aluno a ter baixa aprendizagem?”, realizada por Raulino Tramontin³ em faculdades de Brasília. Os resultados mostram a falta de formação básica do aluno e a desmotivação com o curso; o despreparo do professor; as metodologias inadequadas e o cansaço dos alunos que trabalham para enfrentar os horários noturnos. Além disso, ao lado de uma estrutura social destituída de valores, princípios e costumes, os alunos convivem com problemas familiares, financeiros e psicológicos, o que lhes impede de sonhar e de desenvolver, com determinação, um projeto de vida.

A realidade confirma que a tecnologia informacional transformará o ensino em todas as suas fases e que o conteúdo adequado à pessoa certa, para a consecução de um aprendizado condizente, prevalecerá sempre. Consideramos que para aliar os pré-requisitos de conteúdo certo, formato apropriado, meio adequado, objetivo pré-determinado e pessoa correta, os princípios da comunicação e do marketing precisarão ser observados, pois se tornarão vitais para o processo de ensino-aprendizagem.

Hoje, em plena era pós-gutemberguiana, praticamente toda a humanidade passa mais tempo de sua vida diante de uma tela do que ocupada em qualquer outra atividade de lazer, estudo ou trabalho. Não importa se a tela é de TV, vídeo, computador, *tablet* ou celular. Pela primeira vez, a informação – que pode ser distribuída ao consumidor de forma democrática – atinge toda a população incluindo as minorias e os grupos que se situam à margem da sociedade.

Nesse sentido, a mítica Era da Informação pode ser uma realidade em pouco tempo: homens informados vivendo integralmente seu potencial. E esse é o papel da Nova Educação do século 21, livre de seus estreitos limites de confinamento, graças a chips processadores de informação cada vez mais poderosos.

Assim, a conclusão nasce óbvia, clara e simples:

- Aceitar o fato de que o mundo mudou e jamais será o mesmo;
- Aproveitar as modernas ferramentas do marketing e da comunicação na construção da Nova Escola do Século 21;
- Admitir que a educação não pode continuar repetindo seus modelos medievais e elitistas que a tornaram um dos maiores responsáveis pelo “quadro negro” atual;
- Aceitar o fato irreversível de que a educação deve mudar radicalmente e se tornar a locomotiva que rebocará os demais sistemas da Era da Informação.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 22.10.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=6965
 2. <http://docplayer.com.br/3418292-Comparacao-da-educacao-presencial-com-a-educacao-a-distancia-atraves-de-uma-pesquisa-aplicada.html>
 3. Especialista em educação e ex-conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE)



Globalização, universalização do ensino superior e novas tecnologias de educação¹

Toda a educação do século XXI será internacional e digital e a qualidade será derivada disso. A falta e o excesso de internacionalização e virtualização deteriora a qualidade e a eficiência competitiva. [A mudança] será em todos os níveis das instituições de ensino e cada uma terá seu ponto de equilíbrio.
(Claudio Rama)²

Na semana passada, participamos do evento “O impacto da globalização e das novas tecnologias na educação superior” organizado pelo Centro Universitário Iesb, em parceria com a Associação Internacional de Reitores e Presidentes de Universidades (IAUP) e o Programa de Impacto Acadêmico para as Nações Unidas (Unai).

A iniciativa exitosa da reitora do Iesb, Eda Machado de Souza, contou com a presença de renomados educadores do país e do exterior que trouxeram novos olhares sobre os temas abordados. Uma questão ficou bem clara: todos sentem que o sistema universitário mundial se encontra num momento de transição. Uma profunda transformação deve acontecer porque tudo está mudando assustadoramente, mas a educação, porém, não mudou muito.

Discutimos essas ideias com as diversas personalidades, especialmente com o educador mexicano Álvaro Romo, secretário-geral da IAUP, que acabara de estar, no fim de outubro de 2013, em Doha, Qatar, do *2013 WISE Summit – Reinventing Education for Life*, do qual participaram cerca de 1.200 delegados de 100 países.

Romo citou inicialmente a pesquisa feita com os participantes do encontro em Qatar sobre os principais desafios que as universidades teriam de agora em diante. O resultado foi que, preponderantemente 85% delas, de uma forma ou de outra, destacaram que suas preocupações estão focadas na internacionalização da educação, no impacto do uso das novas tecnologias e na universalização do ensino superior.

O ensino superior está deixando de ser privilégio dos segmentos de maior renda para se constituir direito dos menos afortunados; está deixando de ser de elite para se constituir fenômeno de massa. O próximo passo – a partir da massificação universal da Educação Superior – exigirá imaginação, visão e, sobretudo, coragem dos líderes das instituições e governos para prover esta demanda.

Sobre a globalização, o educador uruguaio Claudio Rama, em sua esclarecedora palestra, foi enfático ao salientar que a atividade empresarial de hoje exige que os diplomados estejam preparados para trabalhar em qualquer lugar do mundo, onde as oportunidades de trabalho os convoquem, o que implica conhecimentos amplos e, em alguns casos, experiência e vivência da cultura, da política, da economia e da realidade mundial.

Cada vez mais, crescerá, por parte dos países, a procura de talentos em outras partes do mundo. Tal como ocorre na área da economia, as grandes empresas montaram as suas fábricas no exterior, onde se concentrava a procura. Para tanto, entre outras mediadas, construíram espaços físicos, enviaram maquinários e treinaram recursos humanos.

No campo do ensino nada disso é necessário, porque os cursos podem ser transmitidos via internet e qualquer universidade estrangeira poderá oferecê-los. Sem esquecer que a cada ano aumenta o número de estudantes brasileiros que vão estudar no exterior.

Portanto, internacionalização é negócio de mão dupla para as instituições brasileiras: formar profissionais antenados com o mundo para atuarem no exterior e “ficar de olho” nos estudantes estrangeiros que desejam

ter experiências profissionais no nosso país. Porque se não o fizerem, tenham certeza de que outros países farão.

Tal negócio movimentava bilhões de dólares por ano – estimativas citam que alunos estrangeiros levam 14 bilhões de dólares por ano para a economia dos Estados Unidos, de acordo com dados da Associação de Educadores Internacionais, e 13 bilhões de dólares para a Austrália, com base em cálculos do governo australiano.

Para entender como a oferta de cursos *online* afeta a educação mundial, é importante compreender como a tecnologia educacional influenciará o ensino superior. Ainda é cedo para que o impacto dos *Massive Open Online Courses (Mooc's)* seja amplamente reconhecido, porque as opiniões divergem quanto à probabilidade de que seja duradouro. Os *Mooc's* certamente expandem o acesso ao ensino superior, mas estão sendo criticados por suas baixas taxas de conclusão e pelo fato de não conseguirem interagir com alunos que têm dificuldades.

É lógico que houve discussões, durante o encontro do IESB, sobre as principais tendências que estão se materializando, como a de tornar o ensino superior mais “móvel”. Porque os estudantes acabam “carregando” a universidade nos bolsos. Dispositivos de computação, como smartphones e *tablets*, por exemplo, estão mais acessíveis e são muito mais fáceis de usar do que desktops.

No entanto, assistindo a todo esse deslumbramento pela tecnologia, não percebemos na mesma proporção a preocupação com o conteúdo, isto é, com a matéria-prima do aprendizado. Por trás do ensino deve haver um processo pedagógico de organizar a informação para que seja comunicada de forma adequada e com a mídia mais atraente.

Poucos têm a percepção de que, na tarefa de ensinar, daqui para a frente, da mesma forma que num filme ou programa de televisão, o mais importante para tudo acontecer, além do estudante motivado, são os créditos com os infindáveis “nominhos” que aparecem no fim do espetáculo. Portanto, sem esses “artistas” – professores, conteudistas, roteiristas, desenhistas, planejadores visuais –, nada de surpreendente acontecerá.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 19.11.2013 – www.blog.abmes.org.br/?p=7338
 2. <http://docplayer.com.br/3507861-O-impacto-da-globalizacao-e-das-novas-tecnologias-na-educacao-superior.html>



Educação como matriz de desenvolvimento do país¹

É preciso dar atenção ao papel que o ensino superior terá na formação dos professores do ensino médio. A reforma da universidade deve começar, portanto, por uma reforma na educação básica, para que todos os jovens brasileiros consigam concluir o ensino médio com qualidade.

(Cristovam Buarque)²

O jornal *Estadão* publicou, no início de janeiro de 2014, matéria sobre a cidade de Detroit, a ex-capital mundial da indústria automobilística que, na década de 1906, produzia metade dos carros negociados no planeta. Hoje, dos 2,7 milhões de veículos vendidos pela *General Motors* nos Estados Unidos, apenas 4% são fabricados na cidade.

A antiga fábrica do *Packard*, um dos mais luxuosos carros americanos, desativou sua linha de montagem em 1958. As instalações de 325.000 metros quadrados, agora completamente desmanteladas, são uma caricatura do que foram aqueles bons tempos de majestade e prestígio.

Entre 1970 e 2007, a cidade perdeu 80% de suas fábricas e 78% das lojas de varejo. Em sua época áurea, Detroit, com 1,85 milhões de habitantes, era a quarta cidade americana; hoje nem chega a 700 mil moradores. Quase sem ofertas de trabalho, é uma cidade parcialmente abandonada – casas vazias, apartamentos desabitados, escritórios desertos e escolas caindo aos pedaços. A cidade perdeu sua receita de impostos e está em concordata. Logicamente, toda a sua força de trabalho procurou outros lugares para atuar.

Tal movimento ocorre em outros lugares do mundo e também no Brasil. Vejam o caso de São Paulo, capital: o desenvolvimento da indústria, da construção civil, de serviços foi feito com a participação maciça de nordestinos que, desde meados do século passado, abandonaram suas pequenas cidades em busca de oportunidades de emprego.

Essa é a sina da humanidade: nômade, indo de lugar em lugar, buscando alimentos e fugindo dos predadores e, depois, na fase de urbanização, retida nas aldeias e cidades que ajudava a construir, visando, sempre, trabalhar para sobreviver.

Assim, a tese de Jim Clifton em seu livro *“The coming jobs war”* pode ser julgada alarmista, em seu argumento de que a nação dominante no planeta Terra, nos próximos 30 anos, vai ser aquela que apresentar maiores oportunidades de emprego. Mas a realidade é óbvia: num mundo sem fronteiras, todos buscarão trabalho nos lugares onde o desenvolvimento acontece.

A sustentabilidade é uma relação biunívoca entre progresso e trabalho. O poder não será das nações, mas dos grandes fundos donos das empresas.

Para Clifton, tendo como fundamento a realidade americana, a maior oferta de empregos não estará no Governo ou nas grandes empresas, mas nas pequenas organizações que, baseadas na inovação e no empreendedorismo, buscarão soluções inovadoras para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Como consequência, contribuirão para o fortalecimento do PIB nacional, que, por sua vez, envolve a combinação de três elementos: grandes cidades, melhores universidades e líderes mentores.

O empreendedorismo e a inovação desenvolver-se-ão em microambientes locais e não resultarão, prioritariamente, de mudanças profundas ou gerais de governo. As melhores soluções são locais e o papel dos líderes – não necessariamente os que financiam, mas sobretudo os que conseguem dar suporte a uma ideia; os que motivam; os que abrem as portas e ajudam os empreendedores locais – é fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo.

Os líderes originam-se em geral de um sistema universitário de qualidade, enquanto *locus* de produção e de debate das grandes ideias. No entanto, a formação daqueles começa no ensino básico, fase na qual as crianças precisam ser educadas para compreender que os reais objetivos de suas vidas estão ligados à realização pessoal e profissional.

O que me impressionou no livro de Clifton foi a relação clara entre trabalho e desenvolvimento. Para o autor, é fundamental ter gente preparada, focada e orientada para vencer desafios profissionais e contribuir para o progresso e a sustentabilidade das empresas e das iniciativas empreendedoras. Isso significa dizer que tudo estará contido na melhor formação educacional das pessoas, em todos os níveis. Quantos mais talentos uma nação tiver, mais poderosa será.

Nesse contexto, a educação deve ser o suporte para o bom desempenho do Estado; para o desenvolvimento do país; para o sucesso empresarial; e para a realização social e profissional do indivíduo, tendo em vista sua melhor qualidade de vida.

Infelizmente, o sistema educacional brasileiro está apartado da empresa (mercado de trabalho) e da vida. Isso vale não só para as classes menos privilegiadas economicamente, dos “cafundós” do país – onde o que vale não é a escola, mas sim o valor da “Bolsa Família”, que é propiciada pelo aluno –, como também para as altas rodas, com a primazia do “diploma”. O que vale menos é a preocupação com os conteúdos para melhorar o desempenho. Assim, as crianças saem depois de nove anos de escolaridade sem os conhecimentos básicos de português e matemática.

O mesmo acontece com o sistema universitário. Vejam o caso da Universidade de São Paulo (USP), a mais importante do Brasil: o novo reitor declarou que a primeira providência a ser tomada será a modernização dos currículos. Imaginem as outras! A massa de conhecimento perdido com a deficiência na formação de gente capaz é um dos condicionantes que bloqueiam o nosso porvir.

Infelizmente, o país sempre viveu a falsa dicotomia da dualidade da escola acadêmica para a continuidade dos estudos visando o acesso à universidade e à escola profissional ou técnica direcionada para os quadros médios das empresas. Parafraseando Anísio Teixeira: “escola para nossos filhos e a escola para os filhos dos outros”.

Agora que se aproxima uma nova eleição presidencial³, a ABMES promoverá seminários para discutir com os candidatos as questões educacionais do país.

Certamente, temas como os abordados nesse artigo precisarão compor uma agenda de propostas do setor privado para o ensino superior, a começar pela reforma da educação básica com o propósito de melhorar a qualidade das instituições de ensino superior e fortalecer o papel que desempenham na promoção do desenvolvimento do país.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 14.01.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=7575
 2. BUARQUE, Cristovam. *A refundação da universidade*. Série Grandes Depoimentos. Brasília: ABMES Editora. 2005.
 3. Eleições presidenciais de 2014.



Educação particular: o filho adotivo do sistema¹

Com sacrifício/ eu criei meus sete filhos/ Do meu sangue eram seis/ E um peguei com quase um mês/ (...) Um belo dia/ Me sentindo abandonado/ Ouvei uma voz bem do meu lado/ Pai eu vim pra te buscar/ Arrume as malas/ Vem comigo pois venci/ Comprei casa e tenho esposa/ E o seu neto vai chegar.../ De alegria eu chorei/ E olhei pr'ó céu/ Obrigado meu Senhor/ A recompensa já chegou/ Meu Deus proteja/ Os meus seis filhos queridos/ Mas foi meu filho adotivo/ Que a este velho amparou...

(Sebastião Ferreira da Silva e Arthur Moreira)²

A manhã do dia 3 de fevereiro de 2014, no Palácio do Planalto em Brasília, foi marcada por muitas pompas e circunstâncias. O governo, para melhorar o desempenho de sua política administrativa, promovia a dança das cadeiras e, ao rufar dos tambores, era nomeado o novo ministro da educação: o economista e professor José Henrique Paim.

À noite, na solenidade de transmissão de cargo, com o auditório do Ministério da Educação (MEC) repleto, o até então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, iniciou sua fala enaltecendo os nomes de cerca de três dezenas de personalidades ali presentes, como ministros, senadores, deputados, reitores das instituições de ensino superior públicas, autoridades e entidades, que vieram prestigiar a cerimônia. Registrou em seu discurso o trabalho realizado nos dois anos de atuação no MEC e agradeceu a entidades e colaboradores.

Sobre o Ensino Particular, nenhuma palavra – nem consoante, nem vogal, nem ponto e vírgula sobre o labor do setor. Não seria de bom tom falar do

filho adotivo do sistema diante de plateia tão culta e entusiasta. Prosopopeias palacianas são assim e fazem parte do ritual, mas jamais poderiam furtar-se a um mínimo de reconhecimento por um setor que envolve milhares de atores, dezenas de representativas entidades de classe, associações e sindicatos que operam numa mesma direção: a educação.

Na sequência, José Henrique Paim destacou em seu discurso as políticas desenvolvidas pela pasta nos governos Lula e Dilma e disse que irá expandir o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Enfatizou, no entanto, que seu foco maior será a formação de professores: “Nosso objetivo é fazer com que todos os professores tenham garantido seu direito à formação. Sabemos que a qualidade do processo educacional é determinada pela formação de professores”. Em sua conclusão, falou dos atores parceiros do MEC. Entre outros, com pouca ênfase, murmurou a expressão ensino particular.

Por inexistir qualquer estudo mais profundo sobre as razões psicossociais ou econômicas que expliquem a falta do reconhecimento da sociedade pelo trabalho da livre iniciativa no setor educacional, vou me permitir analisar possíveis circunstâncias.

O Estado brasileiro nunca viu com bons olhos o trabalho da escola particular. Sempre foi assim, desde a época do Marquês de Pombal. Apesar de a Academia normalmente não reputar os mantenedores, acusando-os – injustamente – de não serem especializados em educação, os melhores professores das instituições públicas, em fim de carreira, são por ela contratados. Essa posição pode ser também fruto da hipócrita aversão latino-católica ao lucro (diferente do anglo saxão protestante), pois a elite brasileira sempre considerou a educação como bem público que não pode ser transacionado.

Ou talvez a culpa seja inteiramente nossa, por não sabermos comunicar nossas realizações, o valor econômico e social e o que representa o nosso trabalho para o desenvolvimento do país.

Isolado, cada mantenedor preocupa-se com seus CPCs (os malfadados Conceitos Preliminares de Cursos) e suas matrículas. Desunidos em suas associações representativas, esquecem-se da famosa frase do apresentador de TV Abelardo Barbosa, o Chacrinha, de que “quem não se comunica se trumbica”. E acrescentamos: “Quem não se une perde a força” ou como disse o poeta e diplomata João Cabral de Melo Neto, “um galo sozinho não tece uma manhã”. A prova incontestada está nos valores: para promover suas instituições, mantenedores do ensino superior investem anualmente, só em publicidade, mais de R\$ 1,5 bilhão; em imagem corporativa, nem um centavo.

Só um número seria destaque em qualquer mídia. Faça sol, faça chuva, de noite e de dia, em cada dia letivo, 2.112 instituições do norte ao sul e do leste ao oeste do país oferecem 20.500 cursos, nos quais são dadas 84 milhões de aulas por ano (420 mil aulas diárias). Nos últimos 113 anos, apenas três greves de professores, de não mais que uma semana de duração. Comparando-se ao ensino público, em todas as instâncias, e acrescentado o gritante compromisso do setor privado com a educação, a balança pende muito mais do nosso lado.

A presença da iniciativa privada no ensino superior é uma realidade mundial. Ela cumpre uma função política, abrindo espaço para a prática da liberdade de ensino e da pluralidade de concepções pedagógicas. Cumpre também uma função estratégica, liberando o poder público de alocações de recursos e de atividades de gestão do ensino. Finalmente, cumpre uma função tática, especializando algumas instituições no que é específico da formação profissional e do compromisso com o desenvolvimento econômico e social na abrangência de suas áreas de influência e especializando outras no que é específico do ensino de pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica.

Num país ideal, as diferenças salariais entre o menor e o maior salário não deveriam superar padrões razoáveis e, numa economia e demografia planejadas, deveria haver trabalho para todos, de acordo com suas

possibilidades, habilidades e aptidões. Assim, num país de livre mercado, como o nosso, tudo dependerá de seu crescimento econômico. Há, felizmente, uma certeza: se temos imensos problemas, temos também gente competente para resolvê-los. O desafio é crescer de forma sustentável.

E, quanto às profissões, pesquisas mostram que, quanto maior o grau de formação, melhor salário as pessoas têm, ou seja, o mercado reconhece o investimento realizado. E quem tem oferecido esse diferencial à expressiva parcela da população, senão a iniciativa educacional privada?

Para além do discurso dos políticos, a presença da iniciativa privada foi fundamental para que o país pudesse dar um salto desenvolvimentista. Foram atendidas as pressões por ingresso no ensino superior; a oferta de formação profissional saiu dos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas para alcançar as pequenas cidades do interior, criando-se uma rede de atendimento capilarizada em todo o território nacional. A educação continuada começa a tomar forma com a implantação dos cursos tecnológicos, o crescimento da oferta de programas de pós-graduação *lato sensu* e a educação a distância – áreas em que os estabelecimentos públicos têm incursionado com bastante lentidão.

A presença da iniciativa privada no ensino superior já é, por si só, fator de inclusão social: o país jamais teria alcançado a condição de assegurar tal contingente de alunos contando apenas com as instituições públicas. Essa presença desonerou o poder público de vultosos dispêndios nesse nível de ensino, da mesma forma que trouxe para o sistema um contingente de educadores e investidores com capacidade de gestão, dinamismo e visão nova.

A escola particular reforça o caráter pluralista das sociedades democráticas; abre alternativas de inclusão social diferenciadas daquelas proporcionadas em instituições mantidas pelo poder público; assegura novas formas de participação e mobilização de recursos e vontades da sociedade.

Ainda bem que o novo ministro José Henrique Paim não é, como tantos teóricos, homem de empolgados discursos e inflexões retóricas, que

hipnotizam plateias com fabulosas ideias, mas de difíceis realizações no mundo da educação. Experiência e disposição não lhe faltam para dar conta do recado, pois, quando salientou suas reuniões de trabalho noturnas e de fins de semana, o ministro demonstrou ser homem de ação e de cumprimento de metas.

Esteja certo, ministro Paim, de que o setor privado vai torcer para que sua trajetória no ministério seja brilhante. Mais do que isso, coloca-se como parceiro, no que der e vier, para qualquer causa que esteja ligada ao sucesso e progresso da educação nacional.

A epígrafe desse artigo veio à mente no correr da cerimônia. Somos legítimos timoneiros da educação e, como na letra da canção, sucesso na voz de Sérgio Reis, talvez os únicos com cacife suficiente para resolver o problema da educação superior no país. Como tal, devemos ser respeitados e, sobretudo, ouvidos.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 11.02.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=7681
 2. Letra da música “Filho adotivo”



Seis tendências apontam a nova realidade universitária¹

Você nunca muda a realidade lutando contra ela. Para mudar algo, você cria um novo modelo que torna o modelo existente obsoleto.

(Buckminster Fuller)²

A possibilidade de o nosso planeta abrigar qualidade de vida e bem-estar para toda a população somente será viável com a contribuição de recursos humanos bem formados e excepcionalmente educados em todos os níveis e idades. Para que isso se concretize, será preciso que a sociedade se beneficie cada vez mais das tecnologias de informação e comunicação que estão mudando o mundo e levando para o ambiente educacional suas melhores práticas visando promover o aprendizado das pessoas. A educação será o setor mais importante da indústria da comunicação.

De acordo com a pesquisa realizada pela *New Media Consortium (NMC) Horizon Report 2014*, Edição de Educação Superior, as estratégias de marketing e comunicação, pela sua importância e eficácia, unem a informática a modernos processos de ensino. Assim, depois de conhecer o que está acontecendo no mundo educacional, a pesquisa revelou as “seis tendências-chaves” que as instituições de ensino usam para promover a inovação nos seus processos de aprendizagem³ quais sejam:

- *Primeira tendência.* As pesquisas que visam conhecer profundamente os estudantes, identificar os seus desejos de formação e as formas como aprendem e aplicam o que aprenderam, ao lado do uso da programação de dados para orientar a aprendizagem e avaliação, estão atualmente em

ascensão no mundo desenvolvido e vão impactar o ensino superior nos próximos anos.

Na Universidade de Wisconsin, por exemplo, o programa piloto, conhecido como “Estudante de Sucesso”, foi iniciado em 2013 para identificar alunos e seus padrões comportamentais. Os resultados forneceram subsídios para planejar e melhorar o ensino, identificar áreas de melhoria e aprofundar futuras coletas de dados. Muitas instituições estão utilizando os dados de seus estudantes para se tornarem competitivas, ágeis e flexíveis.

O ensino personalizado já é aplicado no Brasil, como no caso do *Geekie Lab*^A, que é usado na preparação dos alunos às provas do Enem. Aulas *on-line* são preparadas com conteúdos diferentes, para atender estudantes de acordo com suas dificuldades registradas no questionário prévio sobre seus conhecimentos.

- *Segunda tendência.* As mídias sociais serão cada vez mais aproveitadas no processo de ensino-aprendizagem.

Os meios de comunicação social estão mudando a forma de interação entre as pessoas. Mais de 72 milhões de pessoas utilizam o *Facebook* regularmente no Brasil. Educadores, alunos, ex-alunos e público em geral usam rotineiramente as mídias sociais para compartilhar notícias sobre questões políticas, empresariais, culturais, científicas, entre outras. O impacto das informações na comunicação acadêmica é extraordinário, embora a sua credibilidade ainda seja vista com restrições. Mas é inegável que a mídia social tem encontrado recepção significativa em quase todos os setores da educação.

Os usuários da web de hoje são profícuos criadores de conteúdos e fazem, aos milhões, *uploads* de fotografias, áudios e vídeos para a nuvem. Produzir, comentar e classificar esses meios de comunicação se tornarão tão importantes quanto pesquisar, ler, ver e ouvir. Ferramentas como *Facebook*, *Twitter*, *Pinterest*, *Flickr*, *YouTube*, *Tumblr*, *Instagram* e muitas outras facilitam o compartilhamento e o relacionamento com

os meios de comunicação. Para as instituições de ensino, esses meios de comunicação social propiciam vias de diálogo entre alunos, futuros estudantes e educadores. Como as redes sociais continuam a florescer, os educadores passaram a usá-las como prática profissional em comunidades de aprendizagem e como plataforma para compartilhar histórias interessantes sobre tópicos que os alunos estudam em classe.

- *Terceira tendência.* O ensino híbrido, que significa a integração do ensino presencial com o ensino online e com a aprendizagem colaborativa, ampliará seus espaços nas instituições de ensino.

À primeira vista nada supera o ensino presencial, mas a realidade da evasão atual de estudantes nessa modalidade aponta para a necessidade de melhorar as estratégias de comunicação visando validar a articulação desses dois meios e permitir a colaboração entre pares. Os estudantes utilizam, de forma independente, grande parte do seu tempo livre na internet, na troca de informações, o que contribui para desenvolver as suas habilidades *online*.

Tais ambientes de aprendizagem oferecem complementações temáticas diferentes do campo físico, propiciam maior colaboração e integração e ampliam o potencial de colaboração ao incorporar oportunidades para os alunos se comunicarem fora da sala de aula e trocar ideias sobre um assunto ou projeto.

Em um comentário para *The chronicle of higher education*, David Helfand, um dos fundadores da Universidade de Quest no Canadá, mostra que a colaboração estudantil será a melhor estratégia de aprendizagem do século XXI.

Muitos educadores estão descobrindo que as plataformas *online* podem ser usadas para facilitar a resolução de problemas de grupos, desenvolver habilidades de comunicação e agregar valor aos estudantes. O benefício para a sua aplicação é que esse processo de aprendizagem – já utilizado no Brasil – pode ser reproduzido em escala.

- *Quarta tendência.* A implantação da aprendizagem orientada por informações advindas do ensino em rede permitirá que novas fontes de dados sejam capazes de personalizar a aprendizagem e de medir o desempenho dos estudantes.

Ao participarem de atividades *online*, os estudantes deixam pistas cada vez mais claras que podem ser analisadas e utilizadas para modificar processos e estratégias de aprendizagem.

No comércio, em geral, os dados são medidos, coletados e analisados desde o início da década de 1990 para informar às empresas sobre o comportamento do cliente e suas preferências. Uma tendência recente na educação é empregar esse mesmo método para melhorar o ensino-aprendizagem nos diversos níveis de cursos. Como alunos e educadores geram muitos dados, especialmente em ambientes *online*, há interesse crescente no desenvolvimento de ferramentas e algoritmos para revelar e aplicar novos padrões visando à melhoria dos sistemas de ensino.

Embora as questões de privacidade e ética estejam apenas começando a ser abordadas, o potencial de utilização de dados para aperfeiçoar serviços, reter alunos e melhorar o desempenho do alunado é claramente evidente. A interligação de informações (residência, frequência à biblioteca, participação em programas de tutoria e pesquisas) permite não só compreender e prever por que alguns alunos são mais propensos a abandonar os estudos do que outros, bem como propor soluções para o problema.

A aprendizagem adaptativa já está sendo usada para medir a compreensão do estudante em tempo real e para ajustar o conteúdo e a estratégia de acordo com as necessidades dos alunos.

- *Quinta tendência.* Os estudantes, dentro de uma ampla variedade de disciplinas, em vez de simplesmente ouvir seus professores, produzirão e criarão conteúdos e viabilizarão a aprendizagem proativa.

A criatividade demonstrada pelo crescimento de vídeos gerados por usuários, comunidades produtoras e projetos com financiamentos específicos está sendo cada vez mais usada para viabilizar a aprendizagem proativa. As instituições universitárias em áreas que não têm tradicionalmente laboratórios ou componentes proativos estão se transformando para incorporar experiências e práticas de aprendizagem como parte integrante do currículo. Cursos e planos de graduação em todas as disciplinas estão em processo de mudança para refletir a importância da criação de mídia, *design* e empreendedorismo.

A tendência crescente nos *campi* é a participação de alunos em criação e *design* de conteúdo em todas as disciplinas. As instituições universitárias estão desenvolvendo ambientes e facilitando oportunidades para aproveitar essa onda de criatividade, além de construir espaços físicos nos quais os alunos podem aprender e criar em conjunto, integrando as atividades de conteúdo e produto como parte de sua instrução. Essa tendência está ganhando força e deve atingir o seu impacto total em cerca de três a cinco anos.

- *Sexta Tendência. O Movimento Maker*⁵ – “Faça você mesmo” (Do-it-yourself) – antes baseado em livros instrutivos, transformar-se-á, graças às tecnologias de informação e comunicação, em atividade criadora de novos produtos e de práticas para estimular a inovação e o empreendedorismo.

Os educadores estão trabalhando para desenvolver novas abordagens e programas baseados nesses modelos que estimulam os estudantes a apreender e materializar suas iniciativas e ideias. As mudanças podem ser implementadas por meio de uma ampla gama de configurações institucionais. Assim, o uso da tecnologia permite o desenvolvimento de programas experimentais visando à melhoria do ensino e ao aperfeiçoamento da estrutura organizacional e, com isso, alimentar de forma mais eficaz o empreendedorismo entre alunos e professores.

Em outubro de 2013, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos publicou um relatório intitulado “A universidade inovadora e

empreendedora”, que destaca as formas com que as instituições de todo o país estão alimentando o empreendedorismo dentro de suas práticas de infraestrutura e de ensino. A pesquisa revelou uma ênfase crescente em ambos os programas formais e informais que constroem os interesses dos alunos na resolução de problemas sociais e globais, criando produtos e contribuindo com o conteúdo, para ajudar as empresas existentes.

Todos esses fatos estão acontecendo no mundo educacional e retratam as iniciativas que vão transformar o ambiente das instituições.

Para não nos surpreendermos, sempre é bom acompanhar e refletir. Nesse sentido, recomendo fortemente a leitura e a análise do *MMC Horizon Report 2014*.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 07.05.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8053
 2. Richard Buckminster Fuller (1895/1983) – visionário, designer, arquiteto, inventor e escritor estadunidense
 3. O *NMC Horizon Report 2014: Higher Education Edition* é um esforço colaborativo entre o NMC e a Iniciativa Educause Aprendizagem (ELI) – um Programa Educause. www.nmc.org/publications/2014-horizon-report-higher-ed; www.horizon.wiki.nmc.org
 4. www.geekie.com.br/geekie-lab
 5. http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Maker



Transformação do papel do professor na era da internet¹

A mudança é inevitável, é uma questão de sobrevivência da instituição de ensino superior/curso/professor.

É inútil resistir às mudanças, pois elas virão, queiramos ou não.

Existem oportunidades e riscos para aqueles que se dispuserem ou não a participar das mudanças.

(Nério Amboni)²

Manuel Castells Oliván, sociólogo espanhol, professor que domina os aspectos relacionais da internet, instigador por excelência, consegue reunir em suas plateias nunca menos de mil pessoas. No encontro *Fronteiras do pensamento*, realizado em 2013, em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi aplaudido de pé ao finalizar a sua conferência sobre o tema “Ocupação dos espaços públicos como parte fundamental das redes de indignação e esperança que nascem na internet”.

Os movimentos populares que vêm ocorrendo no Brasil desde junho de 2013 – com grande repercussão graças à força das redes sociais — têm muitas similaridades com os que surgiram ao redor do mundo, tais como a *Revolução do Panelaço* (2008), na Islândia; a *Revolução de Jasmim* (2010), na Tunísia; o *Indignados* (2011), na Espanha; e o *Occupy Wall Street* (2011), nos Estados Unidos.

Sobre esse aspecto, Castells observou que, apesar dos contextos distintos, esses movimentos têm mais semelhanças do que diferenças. Para ele, há um padrão em todos esses movimentos, orientado para a ocupação

dos espaços públicos, como é o caso da materialização da revolta. Há interação constante entre o físico e a internet.

Provocador por princípio, Castells carrega forte nas tintas ideológicas e desfruta de imensa aceitação quando fala e escreve sobre o mundo virtual. Como hispânico da gema, gosta de afrontar e desafiar públicos. Entre acadêmicos e estudantes, granjeia simpatia graças à sua formação e à sua trajetória profissional dedicada à educação. Sem dúvida alguma, é o intelectual mais conectado com a realidade da web.

No Brasil, foi entrevistado por diversas revistas de circulação nacional. No programa *Roda Viva*, ao analisar o sistema de ensino na era das redes, destacou a preocupação que deve existir quanto à obsolescência da educação.

Em recente videodocumentário/depoimento exibido pelo *YouTube*, Castells enuncia um ponto pacífico: as escolas em todos os níveis, incluindo as universidades, têm uma função percebida que todos conhecem: a aprendizagem de habilidades. Porém têm outra intrínseca, não visível, que é a transmissão dos valores dominantes e das formas de poder – que não têm nada a ver com a pedagogia, mas sim com normas e processos de se conviver em sociedade.

Castells é firme ao dizer que as escolas atuais são obsoletas porque insistem numa pedagogia baseada na transmissão da informação, mas que inexistente tal necessidade, pois toda a informação está na internet. Ele destaca que a revista *Science* quantificou toda a informação existente no planeta – 97% dela estão digitalizadas e 80% estão na web – e diz onde, como, de que forma e em que plataforma estão esses dados.

Diante dos números, Castells enfatiza que as escolas precisam ser capazes de dar poder intelectual e critérios próprios aos alunos, mas que antes de tudo precisam transmitir critérios de buscas e combinações das informações, de acordo com os projetos intelectuais pessoais e profissionais de cada aluno.

Castells é taxativo ao afirmar que hoje todo o sistema educacional é retrógrado, pois não dá poder ao aluno, tornando-o objeto submisso, sujeito a aprender só o que o professor transmite. A observação cai como um petardo, pois hoje os alunos competem com os professores, não porque leem mais, mas porque passam mais tempo na internet e dominam as tecnologias e as redes sociais. Todo mundo tem acesso à informação, que não é escassa nem restrita, como no passado; por isso, a função do professor muda completamente.

Muitas escolas/professores proíbem o uso do computador/*tablet*/*smartphone* durante a aula, justificando ser distração, quando, na verdade, há a preocupação do desafio constante: o confronto do que o professor está falando *versus* as informações obtidas na internet, que podem facilmente ser confirmadas, confrontadas ou apresentar nova versão daquela a que o professor se referiu.

O educador, nesse cenário, precisa habilitar-se para ajudar o aluno a refletir, o que é muito mais difícil do que simplesmente passar o mesmo conteúdo todo semestre. É nessa transformação que muitas escolas estão interessadas.

Se nas redes o *bullying* é cada vez mais presente e devastador (por seu alcance); se nos trabalhos escolares o plágio é cada vez mais presente; se os alunos estão cada vez mais viciados em jogos eletrônicos; se o *multitasking* (fazer várias coisas ao mesmo tempo) é cada vez mais frequente, acrescido do fato de que hoje, de acordo com alguns estudos, troca-se de telas no computador 37 vezes por hora, a escola não pode ficar indiferente a essa realidade.

Se, por um lado, o estudante tem mais fluência digital, por outro, ainda não sabe conectar informações, não sabe separar o joio do trigo, e compra gato por lebre. É nesse contexto que novos procedimentos didáticos devem privilegiar a construção coletiva de conhecimentos mediada pela tecnologia, tendo o professor como partícipe proativo e agente intermediador do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Castells, mudança nesse patamar significa romper com as relações verticais de poder da escola, romper com o *magister dixit* e instaurar um espaço colaborativo e não hierárquico para o qual, infelizmente, na maioria esmagadora dos casos, no Brasil, a capacitação de professores ainda é um sério problema a superar.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 13.05.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8086
 2. Professor do curso de graduação e do mestrado profissional em administração da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina (CCA/Esag/Udesc)



As mensalidades devem ser gratuitas nas universidades públicas?¹

A questão de fundo é a impossibilidade de o setor público continuar se expandindo e aumentando seus custos sem modificar profundamente seus objetivos e formas de atuação, diferenciando as instituições dedicadas à pesquisa, à pós-graduação e ao ensino superior de alta qualidade, que são necessariamente mais caras e centradas em sistema de mérito, das instituições dedicadas ao ensino de massas em carreiras menos exigentes, que é onde o setor privado atua com custos muito menores e qualidade pelo menos equivalente.

(Simon Schwartzman)²

O assunto do momento é se as mensalidades devem ou não ser cobradas nas universidades públicas. Pessoas e setores organizados da sociedade manifestam as suas opiniões – a favor ou contra, fundamentadas ou não –, que são veiculadas pela grande mídia.

Como o tema é recorrente, vale lembrar, de início, que em 2010 o PMDB, quando era o principal aliado do PT na campanha presidencial, apresentou proposta (que não avançou) de cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Hoje o PMDB ocupa a vice-presidência e se cala... Tal como um movimento pendular, o tema vai e volta, sem que se encontre uma solução adequada à nossa realidade.

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve análise da questão com base em informações veiculadas pela mídia, buscando contribuir para o debate que, a nosso ver, deverá ser aprofundado e ter continuidade para além das campanhas eleitorais do ano em curso.

Vamos, então, aos fatos:

Na *Folha de S.Paulo* – veículo que sugere a cobrança e que parece apoiar a medida, e segundo o qual pelo menos 60% dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) poderiam pagar por seus estudos –, o jornalista Hélio Schwartzman manifestou-se em duas oportunidades e, pelo jeito, incomodou.

Na primeira delas, com o artigo “Não há almoço grátis³”, ele afirma “A questão da cobrança transcende o problema conjuntural. É uma medida, de justiça social, que deveria ser implementada mesmo que a USP estivesse com folga no orçamento...”.

Por óbvio, a medida poderia ser estendida a todas as universidades públicas. Mais adiante ele diz que a constatação básica é a de que a palavra de ordem “universidade pública gratuita e de qualidade é uma ilusão cognitiva (...), porque alguém precisa pagar por isso”. De fato, ou a conta recai sobre os contribuintes ou sobre os estudantes e suas famílias, embora seja perfeitamente possível repartir a despesa.

Na segunda, com o artigo “As tragédias dos comuns⁴”, ele adota a metáfora do biólogo Garret Hardin para explicar que vários indivíduos exaurem limitados recursos comuns, contrariando interesses de todos (veja-se o caso do consumo de água em condomínios que não dispõem de hidrômetros individuais).

Na USP, a tragédia da expansão de gastos/despesas decorre de salários de professores e funcionários, que comprometem o orçamento, sob os olhos complacentes e cooptadores do Conselho Universitário, que unanimemente admitiu um aumento médio de 75% no salário dos técnicos. Corporativismo e aspirações políticas são irmãos siameses.

Ricardo Melo, em seu artigo “Querem acabar com a USP⁵”, aborda a questão por um outro prisma: “Por que não melhorar o ensino básico gratuito de forma a qualificar os que têm menos dinheiro a concorrer a uma vaga em vez de cobrar a mensalidade de quem estuda na USP?”.

Preocupa-nos de forma especial a permanência de um olhar enviesado, e mesmo preconceituoso, sempre que o tema entra na ordem do dia. Editorial da *Folha*⁶ defende, por exemplo, que “a mensalidade não pode representar obstáculo intransponível a nenhum cidadão e que seria um evidente desatino impor barreira adicional a jovens pobres”. Parece que o déficit de atenção está chegando às redações, também.

Ninguém até aqui está dizendo ou disse algo sobre onerar os sabidamente pobres, mas exclusivamente a parcela de estudantes que têm muitos salários acumulados em suas contas familiares e que poderiam, e/ou deveriam, pagar as suas mensalidades.

O Editorial insiste em afirmar que “um modelo mais bem ajustado na administração traria alívio orçamentário”, fato que qualquer humilde dona de casa que por andar fora dos trilhos teve seu nome registrado no Serasa ou SCPC sabe, mesmo sem ter curso superior. Quando não se quer, porém, que os cavalos da parelha vejam um ao outro, colocam-se viseiras nos olhos deles.

Francisco Marmolejo, coordenador de ensino superior do Banco Mundial, manifestou a sua opinião sobre o ensino superior gratuito em entrevista à jornalista Sabine Righetti:

Acredito que deveria haver uma contribuição proporcional para quem estuda no ensino superior público. Não podemos pensar que o problema do acesso ao ensino superior está no setor público. É preciso expandir o ensino superior privado e fazer um sistema de divisão de custos, senão a expansão será inviável.

Na semana que terminou, a *Folha* levantou a seguinte questão na coluna *Tendências/Debates*: “A USP deveria cobrar mensalidades dos alunos?” José Arthur Gianotti, com o artigo “Por que não vender a USP”⁷, respondeu “Não”. Leandro Tessler, no seu artigo “Uma questão de princípio”⁸, respondeu “Sim”.

Para Giannotti, a universidade pública não deveria cobrar mensalidades de seus alunos. E, em tom irônico, sugere: “Em vez de adotar uma medida

paliativa, por que não vender a própria universidade e transformá-la numa dessas instituições de ensino que distribuem diplomas como vendem bananas?”.

Mas o emérito professor, hoje com 84 anos e merecedor de todo o respeito, avança o sinal, quase radicalizando, ao afirmar que “a universidade pública, encarregada de promover o ensino de qualidade, a pesquisa e a extensão, é um dos espaços privilegiados da República (...)” como se só a instituição pública devesse propor e promover ensino de qualidade, restando às particulares se divertirem no *Play Center* e venderem diplomas. Inquieto, ele vai além: “Privatizar a universidade pública equivale a arrancar o coração de nossa nacionalidade e transformar o país num grande mercado”. A interrogação e o espanto ficam por conta do “privatizar”, quando ninguém falou ou está falando nisso.

Para justificar o seu “Sim”, Tessler observa em seu artigo que:

sendo o Estado incapaz de prover educação fundamental pública de qualidade para todos similar à privada (por quê?), a maior parte das vagas no ensino superior público e gratuito é ocupada por egressos de escolas privadas.

O autor complementa:

o Estado não deve ser o financiador das vantagens que a universidade proporciona aos indivíduos e sim assumir as suas responsabilidades com o financiamento do desenvolvimento, da inovação e da inclusão, sob pena de as instituições de ensino se tornarem meramente centros de ensino onde não se faz pesquisa de ponta, fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Tessler afirma a sua convicção de que os alunos que financiam, ainda que parcialmente, a sua educação têm mais comprometimento com o aprendizado, fato que muda a relação aluno/universidade. “O Programa Universidade para Todos (ProUni) está aí para provar que com bons

mecanismos de assistência social é possível garantir que nenhum talento seja desperdiçado”. Para ele, essa “é uma questão de princípio”.

Em que pese as opiniões divergentes, é importante ter em mente que o mundo mudou e que todas as famílias querem ter acesso a educação de qualidade. E, como o país não tem orçamento para subsidiar ensino superior para todos, o mais óbvio é que as famílias com renda além da média paguem os estudos de seus membros e que o Estado e outros organismos desenvolvam programas de apoio aos estudantes carentes.

A nosso ver, o modelo utilizado em alguns países asiáticos parece ser o mais equânime. O ensino superior de responsabilidade dos governos destina-se à formação de cientistas, pesquisadores, professores, enfim, dos talentos com conhecimentos básicos, para terem acesso às poucas e melhores universidades públicas de ponta.

O governo investe, em última análise, na constituição de elites científicas e intelectuais, cujos membros depois de formados devem trabalhar nos organismos públicos, visando colaborar para os países buscarem a liderança em suas áreas de melhor atuação. Os que se formam nos demais cursos, isto é, os que irão trabalhar em empresas, negócios e atividades particulares, deverão pagar por seus estudos com os recursos de suas famílias e/ou buscar financiamento junto ao governo.

É importante ter em mente que o mundo mudou e que todos, independentemente da classe social à qual pertençam, querem ter acesso a educação de qualidade.

Com base nos exemplos bem-sucedidos de outros países, não podemos concordar que, num país como o Brasil, o Estado e a sociedade devam financiar os estudos dos bem-nascidos para que, depois de formados, consigam as melhores colocações no mercado de trabalho e nada devolvam ao Estado.

Ao analisar o modelo da USP, Simon Schwartzman afirma que não há razão para não cobrar mensalidades dos alunos, dados os benefícios que um

diploma de ensino superior traz para os formandos (Fim da gratuidade nas universidades públicas divide opinião de acadêmicos⁹).

Estamos certos de que houve avanços nessa direção e que o Estado brasileiro caminha para a definição de um modelo mais justo e mais adequado à nossa realidade.

Para tanto, esperamos que a sociedade brasileira tenha coragem para enfrentar esse debate com competência e seriedade apartada dos ideologismos e das conveniências eleitoreiras. A ver!

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 17.06.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8211
 2. Pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro www.schwartzman.org.br/sitesimon
 3. www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2014/06/1464643-nao-ha-al-moco-gratis.shtml
 4. www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2014/05/1459364-as-tragedias-dos-comuns.shtml
 5. www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardomelo/2014/06/1467192-querem-acabar-com-a-usp.shtml
 6. www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1464642-editorial-a-usp-e-seu-tabu.shtml
 7. www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1466539-a-usp-deveria-cobrar-mensalidades-dos-alunos-nao.shtml
 8. www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1466540-a-usp-deveria-cobrar-mensalidades-dos-alunos-sim.shtml
 9. www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/06/1463538-fim-da-gratuidade-nas-universidades-publicas-divide-opiniao-de-academicos.shtml



O Plano Nacional de Educação e o parto da montanha¹

O “parto da montanha” ocorre sempre que um acontecimento, cercado de grande expectativa, resulta em algo ridículo, que em nada se parece com o esperado. A locução se fez popular graças aos fabulistas Fedro, em Mons Parturiens, e Jean de La Fontaine, que a retomou, em La Montagne qui Accouche, onde se lê: “Uma montanha em trabalho de parto, fazia tão grande escarcéu, que todos, acudindo ao alarido, supunham que daria à luz, com certeza, uma cidade maior que Paris: Ela deu à luz um rato”.

(Gê Moraes)²

O Plano Nacional de Educação (PNE-2) transitou por cerca de três anos no Congresso, além do prazo de validade do anterior, que, apropriadamente ou não, continuou sua vigência até que norma nova o revogasse, o que ocorreu neste mês, com a aprovação da segunda edição.

A menção à continuidade da vigência é, digamos assim, só de efeito jurídico, pois, se nos dez anos pouco ou nada ofereceu, não seria em seu final que produziria algo. O primeiro PNE, verdadeiro fracasso em relação à implementação de suas metas, não conseguiu satisfazer ao menos 50% das propostas projetadas, que nem por isso foram adicionadas/resgatadas no novo PNE.

O Projeto de Lei nº 8.035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE-2) para vigorar de 2011 a 2020, foi enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2010 e tramitou

nas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de Educação e Cultura (CEC), de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Finanças e Tributação (CFT). O relator do projeto foi o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR). Convenhamos, “um pouco em cima da hora” para um Congresso que não prioriza a educação e só trabalha de terça a quinta-feira. Como sabido, deu no que deu alguns anos depois.

A cumprir-se o fator decenal, o novo PNE vai até 2020 ou 2025? Observe-se que já estão dando um novo nome ao PNE, que antes era o ano de vigência, agora recebe um numeral – 1, 2, 3...

O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007, com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais.

Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. Nada contra tais exceções, que podem representar alguma variação menor diante da regularidade da educação. A questão é que essas estratégias podem atrasar e procrastinar o todo. Talvez o caminho certo fosse o de criar mecanismos especiais em vez de efetivar exceções, que carecem de mais discussões e não de serem fixadas como diretrizes de regularidade educacional.

Um dos eventos mais controvertidos de 2010 para o futuro da educação brasileira foi realizado em Brasília, de 28 de março a 1º de abril daquele ano: a Conferência Nacional de Educação (Conae), um espaço de discussão sobre os rumos que o país deve tomar em todos os níveis de ensino. Dessa conferência, da qual seus participantes eram

originários dos partidos de esquerda brasileiros e de sindicatos que buscavam atender interesses corporativos, saíram as diretrizes que deram origem ao Plano Nacional de Educação de 2011, documento que organizou prioridades propondo metas a serem alcançadas nos dez anos seguintes, com base nas 677 deliberações obtidas. “O PNE-2 traça os objetivos, mas sua implementação é responsabilidade dos diferentes níveis de governo, que precisam criar planos de ação”, disse Francisco das Chagas Fernandes, então secretário executivo do Ministério da Educação (MEC) e coordenador-geral da comissão organizadora da Conae.

De uma forma comparativa e descrevendo estratégias para alcançar as metas, foi possível fazer a crítica ao PNE anterior, o qual o governo, em sua vigência, não conseguiu cumprir, por desinteresse e descompromisso com os resultados. A panaceia da Conae foi então montada quando surgiu a perspectiva política de usar o PNE como plataforma de governo para o então ministro Fernando Haddad.

O documento final da Conae foi organizado em seis eixos, que expressam: I– o papel do Estado na garantia do direito à educação: organização e regulamentação da educação nacional; II– qualidade da educação, gestão democrática e avaliação; III – democratização do acesso, permanência e sucesso escolar; IV – formação e valorização dos/das profissionais da educação; V– financiamento da educação e controle social; e VI – justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade.

O PNE-2 estruturou-se em 12 artigos e 20 metas, seguidos das estratégias específicas de concretização. O art. 2º refere-se especificamente às diretrizes para a educação brasileira no próximo decênio: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais; IV – melhoria da qualidade do ensino; V – formação para o trabalho; VI – promoção da sustentabilidade socioambiental; VII – promoção humanística, científica e tecnológica do país;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB); IX – valorização dos profissionais da educação; X – difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e da gestão democrática da educação.

Um ponto particularmente complexo, pelo envolvimento e interesses de variados segmentos, merece destaque: o financiamento e os recursos para a educação. O PNE-2 fixa percentual do investimento público em educação em 10% do PIB. Uma velha meta não alcançada no plano anterior (PNE-1). O novo plano ainda deixa a questão mal resolvida, ao não explicitar como vai ser feito, de onde virão os recursos e como se calcula esse percentual. Evidentemente que deve ser do financiamento público, separado do privado. Mas isso não está no Plano³.

Com efeito, no PNE não está clara a relação entre o público e o privado. É certo que o ensino privado é imprescindível ao país, mas é preciso melhorar o equacionamento da relação entre o público e o privado.

De tudo o mais, conforme editorial da *Folha de S.Paulo*, de 8 de junho de 2014, com o título “Desejos letivos”⁴, “trata-se de uma lei de metas, para não dizer ‘constituição dos desejos’, que, infelizmente, não cuida de alguns dos principais empecilhos à melhoria da educação e aos próprios objetivos do PNE”.

São desafios do PNE universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, quando hoje 19% dessas crianças estão fora da escola; atender, até 2020, 50% das crianças até 3 anos, porque hoje 77% não contam com atendimento; tornar universal, até 2016, o atendimento de todos os jovens de 15 a 17 anos, porquanto, atualmente, 80% deles estão na escola mas só 53%, no ensino médio; alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, pois, infelizmente, hoje, apenas 44,5% delas leem adequadamente.

Ao que se observa, a lenda da montanha pode materializar-se até 2025.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 24.06.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8221
 2. <http://odiariodemogi.inf.br/opiniao/artigos/6105-e-a-montanha-pariu-um-rato.html>
www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2866.pdf
 3. Veja a apresentação do deputado Vanhoni que mostra como serão distribuídos os recursos.http://abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/apresentacao_plenario1.pdf
 4. www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1466794-editorial-desejos-letivos.shtml



A seleção perdeu a Copa, mas ela não é o Brasil...¹

O Brasil ganhou a Copa de duas maneiras. A primeira é que a Copa aconteceu e funcionou. (...) A segunda (e mais importante), razão por que o Brasil ganhou a Copa, é que a seleção perdeu de 7 a 1 contra a Alemanha e de 3 a 0 contra a Holanda, mas isso não foi uma tragédia.

(Contardo Calligaris)².

A “sociedade do espetáculo”, por meio dos megaeventos, vai ao encontro do desejo de um mundo carente de entretenimento e cada vez mais atraído pelo som, pelo movimento, pela imagem e acolhido por amplas manifestações populares. Os espetáculos apoiados pelas mais modernas tecnologias de comunicação, apoteóticos e deslumbrantes, têm como objetivos produzir negócios e auferir resultados econômicos para seus organizadores.

Todos os organizadores dos espetáculos se apropriam, de forma geral, das diferentes manifestações — celebrações de cultos às divindades das diversas religiões, comemorações de datas festivas dos países, festivais musicais, disputas desportivas, entre outras — com o pretexto de reunir multidões e de usufruir dos resultados dos empreendimentos. O futebol, por sua vez, atividade praticada na maioria dos países, consegue mobilizar e sensibilizar fanáticos e massa torcedora de todas as idades para seus clubes de devoção.

No que se refere ao futebol, a *Fédération Internationale de Football Association* (Fifa) é o organismo mundial que controla com mão de ferro todos os grupos que organizam campeonatos regionais, nacionais e

internacionais nos diversos continentes, e que tem sob seu domínio a Copa do Mundo. O evento é cobiçado por todas as nações e os governantes se submetem às regras da Fifa para sediá-lo. Trata-se de uma ardilosa estratégia política para angariar prestígio, motivar cidadãos, mas que pode tornar-se um ônus econômico de grande vulto para o país sede se não forem bem executadas as imposições da Fifa. Esta, desde 2011, tem estado isenta de pagamentos de impostos — uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 1 bilhão.

Os governantes, com raras exceções, se assemelham — não são santos, não possuem autocritica, julgam-se iluminados, messiânicos e indicados pelos deuses para dirigirem seus países e, de forma desvairada, tecem todas as artimanhas para permanecerem no poder. E, por serem vaidosos, são presas fáceis dos empreendedores dos grandes eventos.

A Fifa não vê o futebol como desporto, mas sim como o maior negócio do mundo. Tudo gira em função dos grandes números, provenientes dos espectadores que assistem às partidas. E, para tanto, o país sede precisa responsabilizar-se pela construção de estádios e pela infraestrutura aeroportuária, de estradas de acesso, segurança, entre outros.

Os investimentos nos aeroportos e estradas são recuperados porque já são previstos, de uma forma ou de outra, com o desenvolvimento das cidades. Os estádios construídos para a Copa, porém, dificilmente se viabilizarão, porque não foram planejados como equipamentos urbanos de uso diário — e sim esporádico —, sem a previsão do retorno do investimento.

Os administradores públicos, também torcedores nas horas vagas, pensam apenas no futebol e não no negócio da Copa, como vantagem competitiva para o país, para fazê-lo mais conhecido no âmbito das nações e para torná-lo capaz de reverter os investimentos realizados. O negócio da construção dos estádios tem grande repercussão porque incita todas as empreiteiras, ávidas em conseguir os ambiciosos contratos que nesses dois últimos anos movimentaram mais de R\$ 28 bilhões³.

A Copa depende especialmente da promoção e da divulgação de todas as atividades correlatas, desde a preparação das equipes até o desenrolar

de todo o campeonato. Precisa envolver o torcedor de todas as formas e, para tanto, usa todos os recursos da mídia, tais como rádio, jornal, televisão e internet. Atuaram no Brasil mais de quinze mil profissionais, ao lado de uma equipe enorme para informar, documentar, filmar, fotografar, televisionar, comentar e transmitir as partidas. Empresas brasileiras e estrangeiras pagaram cerca de US\$ 404 milhões para terem suas marcas veiculadas na Copa.

A realização de um evento de futebol mundial envolve também uma multidão imensa de apoiadores — Exército, Polícia Civil, voluntários, entre outros. Conforme informações, mais de 150 mil agentes policiais colaboraram para que tudo corresse bem.

Não podemos deixar de citar os principais personagens, os reverenciados “craques da bola”. Esses são as figuras mais importantes, os atores que dependendo de suas atuações, fazem o espetáculo ir de uma hora para outra do céu ao inferno, e vice-versa.

Os mimados jogadores brasileiros — folclóricos meninos ricos de cabelos coloridos e corpo tatuado dos nossos campos de futebol, despreparados, na maioria das vezes, para o estrelismo — são usados por seus aproveitadores agentes como ídolos da juventude e anunciados como estrelas milionárias da propaganda do rádio e da televisão.

Tudo isso representa faturamento comercial completamente adequado ao prestígio que cada atleta pode agregar a um produto com sua imagem futebolística. Não há pátria, bandeira, camisa, time de coração, nem choro e nem reza. Certo ou errado, quem manda é o lado econômico do futebol. Ganhar o campeonato é uma atividade a mais ou a menos na carreira de cada um.

O Mundial realizado no Brasil foi marcado pelos extremos de emoção — pessimismo e euforia — como expectativas alimentadas pela mídia. Ao contrário dos prognósticos fúnebres, o megaevento acabou com um excelente resultado de organização e de espetáculo porque os jogos de futebol fizeram um sucesso estrondoso. Estádios cheios,

torcidas extasiadas com o desempenho dos seus jogadores, disputas bem equilibradas e futebol eletrizante foram elementos capazes de embasbacar qualquer um.

Consequentemente, não se pode deixar de registrar o lado positivo e o legado da Copa 2014, que teve o segundo maior público da história. Ao todo, 3.429.873 pessoas assistiram às partidas, com a média de 53.591 espectadores por jogo, números inferiores apenas aos da Copa de 1994. Mais de três milhões de pessoas — entre as quais 30% eram moradores das cidades próximas às sedes — se movimentaram pelo Brasil, conforme atestam os números do Ministério do Turismo⁴.

É preciso ressaltar o diligente trabalho de divulgação realizado pela Secretaria de Comunicação Social, ao distribuir material informativo do Brasil nas doze cidades sedes dos jogos. Foram atendidos mais de 10 mil jornalistas, sendo que quatro mil eram originários de 84 países, gerando para o mundo mais do que 60 mil notícias e milhares de reportagens na mídia nacional e do exterior, mostrando ao planeta tudo que o país tem, além do futebol.

Antes que a bola começasse a rolar, o apoio à realização do torneio girava entre 50% e 55% e, antes da eliminação do Brasil, estava próximo dos 80%, segundo pesquisa telefônica do Ibope. O *Facebook* anunciou que a Copa gerou mais de três bilhões de interações na rede. Só no Brasil, foram mais de 25 milhões de *posts* durante os últimos trinta dias.

Sob o impacto das grandes emoções, fato que somente o esporte enquanto drama moderno e midiático pode fazer num mundo globalizado e conectado, o megaevento esportivo da Fifa já deixa saudades e também algumas reflexões. Mais importante que o universo de bens materiais, como estádios, estradas, aeroportos, foi o legado de conhecimento e de cultura.

A Copa vai deixar importante patrimônio para o Brasil, consolidando uma nova imagem do país mundo afora pelo volume de informações que permitirá avançar na produção de conhecimento sobre esporte e cultura, nos meios acadêmicos e no mercado brasileiro.

Corroborando a ideia de que o povo do “País do Futebol” vale mais do que tudo isso, fica evidente que “o melhor do Brasil é o brasileiro”, conceito bem conhecido, que acaba expressando o fato mais importante da Copa, atestado por mais de um milhão de turistas estrangeiros que passaram pelo nosso país durante o Mundial.

Contardo Calligaris, em seu artigo “O Brasil ganhou a Copa”⁵, observa que “a expectativa midiática de um desespero nacional contrastou com a maturidade do povo, que lamentou, xingou, achou engraçado e seguiu andando”. E ele conclui: “Podemos festejar porque, sim, infelizmente a seleção perdeu, mas o Brasil parece saber que a seleção não é o Brasil. E essa descoberta é uma vitória”.

Nesse sentido, o grande vencedor da Copa 2014 é o povo brasileiro!

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 05.08.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8310
 2. Psicanalista italiano radicado no Brasil. É colunista da Folha de S.Paulo
 3. www.businessreviewbrasil.com.br/money_matters/os-numeros-da-copa-do-mundo-fifa-2014
 4. www.brasilturis.com.br/noticias.php?id=17800¬icia=mtur-divulga-perfil-do-turista-da-copa
 5. <http://jornalggn.com.br/fora-pauta/brasil-ganhou-a-copa-por-contardo-calligaris>



Inovação — questão bastante falada e pouco entendida¹

A inovação, tema cada vez mais central em nossa sociedade, está diretamente associada à possibilidade de um desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. Neste cenário, com base na inovação, as instituições educacionais devem assumir um papel cada vez mais relevante.

(Ronaldo Mota)²

Recentemente tivemos conhecimento da existência de um convênio internacional via internet firmado por uma Escola de Línguas brasileira com uma entidade de aposentados norte-americana que se dedica, entre outras atividades, à prática de conversação da língua inglesa entre alunos do nosso país e idosos daquela instituição. Sucesso absoluto e sem custo algum. Isso é criatividade ou inovação?

Esse fato inusitado nos remete ao pensamento de Peter Drucker³, escritor, professor e consultor administrativo, ao afirmar, no fim do século passado, que nos próximos cinquenta anos as instituições educacionais sofreriam mudanças e inovações mais drásticas e radicais do que as ocorridas em seus anteriores trezentos anos, quando se apoiavam nos chamados detentores do saber: professores e bibliotecas.

Não conhecemos a opinião de Drucker diante do desafio de superar o acomodado, carcomido e arcaico sistema universitário. No entanto, passados mais de quinze anos da assertiva do “pai da administração moderna”, ainda são tênues, pelo menos no Brasil, as mudanças na maneira de aprender que se originam das novas tecnologias de informação e comunicação, da aprendizagem contínua e das demandas da sociedade

pós-industrial. Ainda hoje, a universidade está completamente presa ao passado e resistente a propostas inovadoras. Trata-se de um imobilismo brutal e atávico. Inovação exige mudanças e a escola em todos os níveis detesta tudo que está ligado a transformações.

O documento da Unesco “Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI – Paris 1998”⁴ destaca as mudanças pelas quais o sistema universitário ainda precisa passar, exigindo modificações drásticas nos currículos, nos métodos pedagógicos, na formação contínua de professores. Isso implica incorporar novas tecnologias, utilizar a Educação a Distância, compreender e explorar os ambientes virtuais, sem contar os outros aspectos inovadores decorrentes da alteração radical de entrega de informações já prontas e sistematizadas pelo professor para memorização e repetição por parte dos alunos.

A valorização da parceria e coparticipação entre professores e alunos, e entre os próprios alunos, na dinamização do processo de aprendizagem e de comunicação, se justifica pela necessidade de gerar novas formas de trabalho pedagógico e de aproveitar as atividades escolares.

O tema inovação no setor educacional tem invadido a pauta de encontros, seminários e discussões acadêmicas, onde todos falam e opinam sem se preocupar com o seu conceito e significado.

Marcos Masetto, em artigo recente — “Inovação na Educação Superior”⁵—, traz algumas luzes à nossa reflexão. Para ele, a inovação ocorre, além de outras dezenas de possibilidades: a) na oferta de novos cursos; b) na elaboração e no desenvolvimento do projeto pedagógico; c) na definição dos objetivos educacionais; d) na reorganização curricular; e) na reformulação das disciplinas e das atividades complementares; f) na substituição das metodologias de aprendizagem; g) no processo de avaliação dos estudantes; h) no uso de novas mídias; e i) na maneira diversa de selecionar os estudantes.

Podemos também recorrer – ainda que nem todos se sensibilizem – aos ensinamentos da administração, segundo os quais uma empresa inovadora

é aquela que, para sobreviver, aprende a descobrir e a incrementar uma vantagem competitiva em relação às concorrentes, sintetizada como única, difícil de imitar e superior a seus rivais. Para isso, é preciso observar alguns focos, entre os quais: qualidade superior do produto, distribuição ampla, alto valor de marca, reputação positiva e competente equipe gerencial e de funcionários, ou seja, a organização que absorve tais ensinamentos é aquela na qual as pessoas aprimoram continuamente as suas capacidades para criar cenários e antecipar o futuro.

Com a educação não há de ser diferente. Inovação e mudança andam juntas. Na inovação, os envolvidos no projeto de mudança têm o compromisso de aprender, mudar, adquirir novos conhecimentos, alterar conceitos e ideias trabalhadas, às vezes, durante muitos anos. Para tanto, será preciso assumir novos comportamentos e atitudes não comuns para repensar a cultura pessoal e organizacional vivida até aquele momento. Será preciso, ainda – e isto é fundamental –, mudar as próprias crenças e aderir a novas maneiras de pensar e de agir, ou seja, atribui-se especial importância à reciprocidade absoluta no processo entre docentes e discentes. Sem isso, melhor não aplicar. Se os discentes não derem a contrapartida, nada acontece.

Frente ao mundo em constante mudança e impulsionado, sobretudo pelas inovações digitais, a escola não pode mais se esconder no seu nicho milenar do anacronismo, da sala de aula tradicional e ignorar a diversidade de meios de informação, hoje fartamente oferecida gratuitamente pelos milhares de sítios da internet.

Estamos vivendo uma nova era em que não se podem deixar de lado a tecnologia, as mudanças socioeconômicas e culturais. Este novo cenário, pelo menos no Brasil, mostra o maior poder aquisitivo da classe C, que não se restringe tão somente aos bens tangíveis, como uma máquina de lavar roupas ou um carro, mas alcançam os intangíveis, como o acesso à educação superior. Nesse sentido, é imperativo repensar as práticas educativas, pois o modelo clássico e eurocêntrico de educação não basta para dar conta dessa nova realidade.

Na área da educação, Francisco Imbernón, citado por Masetto, desenvolveu reflexões interessantes sobre os desafios para a educação e destacou quatro ideias-força na base da mudança que devem impulsionar o futuro imediato da educação, quais sejam: a) recuperação por parte dos professores e demais agentes educativos do controle sobre seu processo de trabalho; b) valorização do conhecimento, tanto daquele já adquirido e desenvolvido pelas gerações e culturas anteriores – que tem seu valor e importância mesmo nos dias de hoje, mas que se apresenta como insuficiente para os próximos tempos – quanto dos novos conhecimentos que são investigados e produzidos atualmente em novas condições de número de informações, de velocidade de comunicação e de proliferação de fontes de conhecimento; c) valorização da comunidade como verdadeira integrante do processo educativo, da comunidade de aprendizagem, corresponsável pelo projeto pedagógico da instituição; e d) diversidade como projeto cultural e educativo⁶.

Assim, inovação não é solução mágica que possa ser aplicada para resolver todos os problemas da educação. Inovação em educação deve ser acompanhada de questionamentos constantes. O conceito de inovação relacionado à educação surgiu associado à concepção de que os avanços da ciência e da tecnologia determinam o desenvolvimento econômico, social e cultural. Segundo essa perspectiva, o progresso científico e tecnológico deve beneficiar e valorizar, onde quer que seja, o empregado, o indivíduo, o produto e o processo.

Se a escola não estiver atendida com essas mudanças, se não tiver agilidade e rapidez suficiente para reinventar-se a partir do aparato tecnológico disponível, não terá feito a lição de casa.

A ênfase nas tecnologias, como deflagradora de inovações desta perspectiva progressista, afetou reformas educacionais a partir dos anos de 1980. Além disso, as iniciativas de aplicação das inovações tecnológicas nos sistemas educativos, em diferentes países, propiciaram

pesquisas que constituem a inovação educacional como objeto de estudo de especialistas e políticos.

Para Walter Garcia, inovação não é solução mágica que possa ser aplicada para resolver todos os problemas da educação. Inovação em educação deve ser acompanhada de questionamentos como: “a quem interessa?”; “por quem foi proposta ou implementada?” e “a quem poderá beneficiar?”⁷

Juana Sancho *et al.* vão mais longe ao afirmar que um sistema educacional inovador é aquele no qual não só existem canais de comunicação entre o planejador e os que realizarão a inovação, como também vinculações com todos os grupos relacionados com a inovação. Assim, o sentido da inovação é claro para todos os grupos envolvidos e os conflitos são interpretados como sinônimo de que a inovação é necessária. Aqui toca a sirene de alerta para a necessidade de ampliar a inovação para além das metodologias, atingindo o sistema educacional. Para tal, seria preciso a não burocratização da inovação, a abertura de espaços para a criatividade, as reestruturações e a análise de avanços e erros em sua execução.⁸

Mas, o que os jovens querem da educação brasileira? Educação inovadora ou tradicional? Estamos certos de que as respostas a essas questões — que têm a ver com a inovação — exigem conhecer os desejos dos jovens, o que pensam, os seus projetos de vida. A esse respeito, o Portal Porvir compilou pesquisas da consultoria McKinley, da Fundação Telefônica e do jornal *Financial Times*, além da Cia. de Talentos sobre a juventude e correlaciona dados com as tendências do universo educacional com a chamada “geração dos milênios”.

Esses jovens nascidos na Era Digital estão todos conectados – formando uma vasta rede colaborativa –, sendo que 75% deles não passam mais do que duas horas desconectados. Essa geração está mudando o mundo e consumirá mais de US\$ 2 trilhões nos próximos dois anos. Até 2015, 47% da população terão 25 anos.

Desejos dos jovens e tendências que emergem como respostas aos desafios

Que tenha sentido.	35% dos jovens brasileiros acham que o aprendizado na escola não é útil para sua vida.	Personalização
Que os prepare para o mundo do trabalho.	1% acredita que a formação pós-ensino médio tenha ampliado suas oportunidades de trabalho.	Competências do século XXI
Que os ajude a empreender.	50% gostariam de abrir sua própria empresa.	Empreendedorismo
Que desenvolva sua criatividade e a capacidade de inovação.	23% desejam trabalhar em empresas em que possam inovar.	Maker Movement
Que os ajude a construir um mundo melhor.	1 a cada 12 são jovens-ponte, agentes de transformação.	Educação baseada em projetos
Que extrapolem os muros da sala de aula.	84% sentem falta de locais onde possam aprender, além das escolas e universidades.	Comunidades de aprendizagem
Que os ajude a se realizarem e serem felizes.	50% têm como maior medo não conseguir realizar seus objetivos pessoais.	Projeto de vida
Que seja permeada pela tecnologia.	7 horas é a média de tempo que os jovens da América Latina passam on-line, por dia.	Ensino híbrido – Moocs

Fonte: Porvir.org.

A análise e a reflexão conjunta dos achados das mencionadas pesquisas por parte de todos os envolvidos no processo educativo podem contribuir para o desenvolvimento do processo de inovação que deve acontecer no interior das instituições. *Pari passu* devem ser incentivadas as análises sobre o conceito e as práticas de inovação em diferentes setores, realidades e organizações educacionais e não educacionais.

A propósito, e para concluir, perguntamos aos leitores: a experiência citada no início desse artigo – a do convênio firmado por uma Escola de Línguas com uma entidade de aposentados norte-americana – é criatividade ou inovação?

Aguardaremos com grande expectativa as respostas como contribuição ao texto que pretendemos escrever na próxima semana.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 26.08.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8500
 2. Reitor da Universidade Estácio de Sá.
ABMES Cadernos, n. 28. Brasília: ABMES Editora, 2014.
 3. Peter Ferdinand Drucker (1909-2005) foi um escritor, professor e consultor administrativo de origem austríaca, considerado como o pai da administração moderna, sendo o mais reconhecido dos pensadores do fenômeno dos efeitos da globalização na economia em geral e em particular nas organizações - subentendendo-se a administração moderna como a ciência que trata sobre pessoas nas organizações.
 4. www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html
 5. www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-32832004000100018&script=sci_arttext
 6. IMBERNÓN, Francisco. *A educação no século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
 7. GARCIA, Walter Esteves. *Inovação educacional no Brasil*. Problemas e perspectivas. Campinas: Editora dos Autores Associados, 1980.
 8. SANCHO, Juana M.; HERNÁNDEZ, Fernando; SEBARROJA, Jaume Carbonell; SIMO, Nuria; SANCHEZ-CORTES, Emilia. *Aprendendo com as inovações nas escolas*. Porto Alegre: Artmed, 2000.



Criatividade e inovação aplicadas ao ensino superior¹

A mente intuitiva é uma dádiva sagrada e a mente racional é um servo fiel. Nós criamos uma sociedade que honra o servo e se esquece da dádiva.
(Albert Einstein)

O homem ao longo de toda a história vem utilizando sua inteligência, curiosidade e criatividade para descobrir, inventar, transformar e aperfeiçoar materiais e recursos visando melhorar a sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento da sociedade e, com isso, garantir a sua sobrevivência e realização.

A partir de sua própria fragilidade, o homem passou a buscar novas formas de vencer os inimigos que o ameaçavam, tais como andar somente sobre duas pernas, liberar as mãos para outras tarefas, trabalhar em conjunto o cérebro, os olhos e as mãos e manter a posição livre do polegar. Essas mudanças contribuíram para a fabricação dos instrumentos com o objetivo de aumentar a força dos seus braços e aperfeiçoar as armas e as ferramentas.

A inteligência do homem logo o ensinou que, se ele tivesse uma pedra nas mãos, seu golpe teria mais força. Se essa pedra tivesse um cabo, seria melhor ainda. E, se fosse afiada, poderia cortar a caça e ajudar a raspar as peles dos animais mortos. Enfim com a pedra poderia polir, quebrar, furar, cortar e fazer quase tudo. Mais tarde, por volta de 4.000 a.C., ele percebeu que poderia fazer o mesmo com os metais, começando com o cobre, depois passando para o bronze e, finalmente, o ferro. Martelando a massa aquecida, dava ao metal a forma desejada, o que era impossível de se obter com a pedra.

Aplicando as técnicas que sua inteligência ia aprimorando, o homem já dominava, por volta dos anos 500 a. C., uma variedade de ferramentas que — aperfeiçoadas a cada momento, em função dos desafios que ele deveria vencer — chegaram aos nossos dias e foram a matriz do nosso progresso. Das ferramentas se originaram as máquinas, depois veio a industrialização e hoje se vive a era das tecnologias de informação e comunicação, que são aplicadas a todas as áreas das atividades humanas. Mas a rota do progresso sempre esteve atrelada à necessidade do homem em vencer os desafios usando a sua inteligência e criatividade.

Fazemos esta introdução para abordar neste artigo duas palavras — “criatividade” e “inovação” — que a nosso ver são siamesas e citadas a todo instante, em todos os setores. No entanto, seus conceitos precisam ser bem definidos.

As dificuldades com as conceituações, incluindo a da qualidade, ocorrem em todas as áreas. Perguntamos certa vez a um coordenador de curso a diferença entre aritmética e matemática. Saímos sem entender nada e, desmotivados com as respostas, ficamos na mesma. Fomos, então, aos dicionários.

Segundo o Houaiss, aritmética é a parte da matemática que estuda as operações numéricas – soma, subtração, multiplicação, divisão e outras. A matemática é a ciência que estuda, por método dedutivo, objetos abstratos – números, figuras, funções – e as relações existentes entre eles. E, conforme os eruditos, a aritmética vem da palavra grega *arithmos* (número), enquanto a *mathema* é a ciência do raciocínio lógico e abstrato que estuda quantidades, medidas, espaços, estruturas e variações. São conceitos claros que todo professor deveria conhecer e saber explicar.

Da mesma forma, há centenas de trabalhos teóricos tentando conceituar o termo “criatividade” com uma sucessão de adjetivações e predicções como sendo algo mirabolante, quase desconcertante. É assunto de reflexão de muitos cientistas e escritores. Para Lev Vygotsky², a criatividade é a atividade que faz do homem um ser que se volta para o

futuro, erigindo-o e modificando o seu presente. Enfim, a humanidade chegou até aqui devido à sua criatividade.

Já Antonio Damásio, no seu livro “O erro de Descartes”³, diz que criar é fazer combinações de ideias que se unem para solucionar um problema e não a junção de ideias que não se relacionam e que não contribuem para resolver determinadas questões. Mais significativa ainda é a observação de Philip Kotler, que cita em sua “Bíblia da inovação”, escrita em conjunto com Fernando Trías De Bes⁴:

É verdade que a criatividade — o mais humano dos talentos —, quando aplicada ao negócio, leva à inovação. No entanto, uma organização repleta de pessoas criativas não é, necessariamente, uma organização inovadora.

Criar só é possível quando o cérebro detém uma grande variedade de conhecimentos e informações, fazendo com que as associações de ideias ocorram de forma fluida e direcionada. Portanto, é nas instituições de ensino que deveria crescer a importância da criatividade.

Duailibi e Simonsen Jr.⁵ propõem a distinção: a “criatividade” é a faísca, a “inovação” é a mistura gasosa. A primeira dura um pequeno instante, a segunda perdura e realiza-se no tempo. É a diferença entre inspiração e transpiração, descoberta e trabalho. Mas, de forma mais clara, podemos dizer que a criatividade está associada à intuição e a inovação à racionalidade.

Não existe inovação sem criatividade, pois a inovação é a aplicação prática da criatividade. Uma ideia resultante de um processo criativo só será considerada inovação caso seja realmente aplicada. Do contrário, é apenas uma invenção. Assim, invenção é transformar dinheiro em ideias, enquanto inovação é transformar ideias em dinheiro.

A inovação pode ser também tratada da seguinte forma: “fazer mais com menos recursos”, por permitir ganhos de eficiência em processos produtivos, administrativos, financeiros, prestação de serviços, além de potencializar e ser motor de competitividade. A inovação, quando cria

umentos de competitividade, pode ser considerada fator fundamental no crescimento econômico de uma sociedade.

O mais importante de tudo é que a inovação tem uma tipologia diferenciada, que deve ser adotada no ensino da seguinte forma:

1. *Inovação do produto* (de cursos). Introdução no mercado de novos ou significativamente melhorados produtos ou serviços. Inclui alterações profundas em suas especificações técnicas, componentes, materiais, *software* incorporado, interface com o utilizador ou outras características funcionais;
2. *Inovação do processo* (currículos). Implementação de novos ou melhorados processos de produção ou logística de bens ou serviços. Inclui alterações significativas de técnicas, equipamentos ou *software*;
3. *Inovação organizacional*. Implementação de novos métodos organizacionais na prática do negócio, organização do trabalho e/ou relações externas;
4. *Inovação em marketing*. Implementação de novos métodos de marketing, envolvendo melhorias significativas no *design* do produto ou embalagem, preço, distribuição e promoção, até criar-se um novo mercado.

Mas, se fôssemos pensar em ensino, a criatividade e a inovação deveriam estar orientadas com o objetivo de permitir maior desempenho em ações que privilegiem diferentes alternativas. Estas, enumeradas a seguir, são provocativas e buscam despertar a reflexão de nossos leitores: a) novas metodologias de ensino-aprendizagem; b) modelos de ensino baseados no mundo virtual; c) estruturas curriculares inovadoras; d) conteúdos ancorados em atividades práticas; e) atividades complementares diferenciadas; f) pesquisas – laboratório de ideias; g) atividades de interesse comunitário; h) técnicas de pensamento crítico; i) aprendizado por problemas; j) ensino baseado no trabalho; k) oferta de cursos para áreas emergentes; l) seminários sobre temas instigantes; m) eventos com

características inusitadas; n) projetos colaborativos; o) busca dos maiores talentos da instituição; p) flexibilização curricular no ensino em articulação com a educação a distância; q) integração social mediada pela internet; r) inovações premiadas pela instituição de ensino; s) inteligência coletiva pelo aprendizado colaborativo; t) motivação pela autoaprendizagem em projetos especiais, além de outras dezenas de possibilidades.

O ensino precisa das inovações para melhorar continuamente sua sustentabilidade e sobrevivência, e esse é um dos grandes desafios dos dias atuais. Devemos ensinar e propiciar oportunidades inovadoras para que os desafios atuais da educação sejam superados.

Precisamos, pois, da criatividade, das ideias e das inovações de profissionais da educação em todas as áreas, da gestão à aprendizagem, envolvendo todo o processo de transformação e preparação dos que buscam o sistema educacional para sua autorrealização pessoal e profissional.

Mas, por que inovar, ou, melhor, por que não inovar?

Existe no ensino superior brasileiro um cenário competitivo no qual a escolha do estudante por um curso está baseada no valor mais baixo da mensalidade. Ele quer o diploma de curso superior e, depois, entrar no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, há pesquisas como a realizada pela Mackinsey, mostrada em artigo anterior⁶, onde estão claros os desejos dos universitários mais antenados com os novos tempos, que, lamentavelmente, nossas escolas superiores não conseguem oferecer.

Há uma dissociação da demanda do que o estudante quer com a oferta de cursos. Anualmente, mais de oitocentos mil universitários abandonam o sistema, no qual os ingressos são menores do que a evasão.

Acreditamos que isso só poderá ser rompido com criatividade e inovação para se atingir a sustentabilidade das atividades educacionais das nossas instituições. Trata-se de um desafio de todas as horas para quem deseja permanecer na atividade de ensinar.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 02.09.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8540
 2. Psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky, pensador e teórico do ensino como processo social. Sua obra ainda está em pleno processo de descoberta e debate em vários pontos do mundo, inclusive no Brasil.
 3. www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=10614
 4. KOTLER, Philip; DE BES, Fernando Trías. *A bíblia da inovação*. Editora Lua de Papel, 2011. Kotler, com dezenas de publicações em seu nome, é a personalidade mais reconhecida no mundo quando o assunto é marketing. Fernando Trías de Bes é economista e também atua como professor de gestão de marketing em Barcelona.
 5. SIMONSEN JR, Harry, and Roberto DUALIBI. “Criatividade e Marketing”. São Paulo: Atlas (2000).
 6. www.blog.abmes.org.br/?p=8500



O desafio de melhorar o Ensino Básico público brasileiro¹

Insanidade é continuar fazendo sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes.

(Albert Einstein)

Embora não percebido pela maioria dos políticos de todos os partidos, com exceção de alguns, como o senador Cristovam Buarque, a educação é a maior estratégia para o país conquistar seu desenvolvimento pleno. E melhorar a qualidade do ensino básico das escolas públicas brasileiras é o maior desafio desse cenário. Por isso, a participação de empresários em institutos que colaboram com o Estado para a solução desta questão sempre deve ser enaltecida, como os movimentos “Parceiros da Educação” e “Todos pela Educação” e outros que têm a mesma finalidade.

Nesse sentido, é importante destacar também o papel desempenhado pela Fundação Lemann. Entre suas diversas iniciativas, além de oferecer cursos para aprimorar o desempenho dos professores e dos gestores das escolas públicas, preocupa-se em investigar as melhores práticas daquelas que possuem maior desempenho. Esse é o objetivo de seu relatório “Excelência com equidade”, realizado em parceria com o Itaú BBA. O estudo, baseado no QEd², procurou identificar as razões do sucesso das escolas com boa pontuação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). São instituições que ofereceram as melhores condições no relacionamento com os pais; deram maior apoio para que as mudanças na sala de aula acontecessem; administraram bem seus recursos e propiciaram, acima de tudo, uma gestão escolar focada na aprendizagem dos alunos.

Há estudos – qualitativo e quantitativo – sobre o desempenho das escolas que conseguem mostrar bons resultados com alunos de baixo nível socioeconômico. O primeiro mostra a conjunção de quatro práticas comuns às escolas que conseguem garantir o aprendizado de todos os alunos, que são: a) definir metas e ter claro o que se quer alcançar; b) avaliar continuamente o aprendizado dos alunos; c) utilizar dados sobre o aprendizado para renovar ações pedagógicas; d) criar na escola ambiente agradável e propício ao aprendizado.

Os eixos estabelecidos são de enorme importância nas atividades educacionais, não só no ensino básico, público ou privado, mas, por extensão, até mesmo no ensino superior ou em qualquer outra atividade empresarial.

Inexistindo metas a alcançar, o que se tem é um resultado (produto) que pode até ter validade, mas que se presta a quê? É a velha história de Alice no país das maravilhas, quando a menina encontra o gato e lhe pergunta: “Para onde vai essa estrada?”. O gato retruca: “Para onde você quer ir?”. Alice diz: “Não sei, estou perdida!”. E a máxima do sábio gato é lapidar: “Para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve”.

Meta é intenção, é objetivo e tem finalidade e determinação. Definir metas é ter claro o que se quer obter, e o combustível da mudança é desenhar e estabelecer o objetivo que se almeja.

A decisão de estabelecer metas cria a necessidade de definir parâmetros claros sobre o que se espera no aprendizado. Mas isso não é tudo porque, uma vez definidas as metas, é preciso focar no planejamento, que deriva em estratégias e ações para se conseguir atingi-las.

Não ter meta é, entre outros descaminhos, perda de tempo e dinheiro, preciosos em época de concorrência acirrada. Por metas se entendem propósitos que se buscam alcançar, interiorizando resultados.

O Relatório Lemann visa identificar quais escolas com alunos de baixo nível socioeconômico, entre as milhares no país, alcançaram resultados extraordinários de aprendizado.

O acompanhamento, a avaliação sistêmica do aprendizado dos alunos e a utilização dos dados dessa avaliação ensejarão fundamentar inovações e novas atitudes pedagógicas. De certa forma, o projeto pedagógico, de larga abrangência por tudo o que significa na escola, descreve o produto que, finalizado ao longo do curso, deve atender demandas de formação exigidas pelo mercado. Essa é a meta, o propósito.

Entretanto, quase sempre ocorrem os *gaps* entre a proposta do projeto, sua consecução e sua finalização. Muitas vezes uma avaliação mostra que, de fato, o que foi programado não aconteceu. Foram descaminhos, mudanças de rota, instabilidade administrativa, mas, sobretudo, incúria profissional. O descuido de baixar a guarda, confiar e deixar-se levar por confortos e comodismos corporativos.

Ampliando a leitura do processo, na outra ponta, o aluno ingressante em curso superior está dotado ou está desprovido dos pré-requisitos mínimos para acompanhar os conteúdos e seguir em frente? A necessidade cada vez mais premente de cursos de nivelamento oferecidos pelas instituições de ensino superior (IES) expõe essa falta de meta do ensino básico.

O andar do processo cobra verificação constante para a correção de rota. E como isso é realizado? Acompanhando se o docente deu a aula, se o aluno aprendeu? Ninguém consegue desvendar a caixa-preta da sala de aula.

O acompanhamento permanente do processo de aprendizado é uma prática que deve ser contínua e consistente, feita diariamente e não apenas por ocasião das provas. Dessa iniciativa surgem os resultados que ajudam a diagnosticar quem precisa de reforço, além da utilidade de reflexão sobre os conteúdos que os alunos não dominaram e sobre soluções para garantir o aprendizado.

Quando tudo isso acontece, com certeza, todos os atores da escola estão criando ambiência favorabilíssima para o aprendizado. E mais, tudo permitindo eventuais correções de rota, pois, pela avaliação, levada com proximidade e frequência, seguramente é possível a observação que ditará

mudanças e alterações na pedagogia. O *feedback* para os professores, dado o aproveitamento das avaliações e o uso dos resultados, servirá para guiar o ensino.

Obtidos pelas avaliações frequentes e pelo acompanhamento contínuo, o uso de dados sobre o aprendizado embasa com segurança as ações pedagógicas, resultando em riqueza sem igual para planejar, desenhar e implementar essas práticas.

Por último, um bom clima escolar está positivamente relacionado ao aprendizado, daí a necessidade de fazer da escola um ambiente agradável e propício ao desenvolvimento dos alunos. Em dias tão conturbados, uma preocupação com questões básicas e fundamentais vai da segurança à limpeza, mas também passa pela coexistência pacífica entre os próprios alunos e funcionários, via monitoramento constante para inibir conflitos, buscando soluções imediatas. Nesse sentido, fica claro que a meta é manter um ambiente prazeroso de convivência, seja por prática de esportes, festas e apresentações estudantis para a socialização dos alunos.

O segundo estudo, o quantitativo, traz a preocupação de dar continuidade às quatro estratégias-chave usadas por escolas que obtiveram sucesso ao aplicar mudanças: a) criar um fluxo aberto e transparente de comunicações; b) respeitar a experiência do professor e apoiá-lo em seu trabalho; c) enfrentar resistências com o apoio de grupos comprometidos; e d) ganhar o apoio das comunidades interna e externa à escola.

O cuidado com a comunicação ao introduzir políticas educacionais é imperativo, pois, para que uma nova ação ou medida dê certo, é preciso que as pessoas da equipe “comprem a ideia”. Para isso, é fundamental haver um fluxo de informação transparente e constante entre as pessoas, ou seja, levar ao máximo todo o esforço de comunicação, a ser observado em todas as esferas de relacionamento. Isso é fundamental para vencer incertezas e resistências em relação às mudanças. E, em momento de novas políticas e práticas, é ainda mais

importante a preocupação em manter comunicação clara e direta, buscando a legitimidade.

É claro que sem o apoio dos docentes é impossível fazer transformações nas escolas e é sempre difícil entender como conquistar esse reforço. Aliás, uma reforma educacional para valer consiste justamente em fazer com que os professores saiam de suas zonas de conforto e mudem métodos e hábitos empedernidos, o que é comuníssimo em qualquer instituição.

A solução é fazer com que o docente veja que, além dele, também a Direção e Coordenação Pedagógica querem que os alunos aprendam. É difícil pôr à prova experiências dos dois lados. Há resistências, acomodação, sectarismo. Nem todos os indivíduos “compram” de imediato as novas ideias. O mais importante nessa queda de braço é dar protagonismo aos professores que fazem um bom trabalho.

Enfrentar resistências é inerente ao processo, mas, verdade seja dita, o que a experiência dessas pessoas mostra, no entanto, é que algumas poucas comprometidas com o projeto são capazes de multiplicar as ideias e puxar o grupo na direção das mudanças. A questão é saber quem são elas, identificar quem pode incomodar ou ajudar. O fluxo aberto e transparente de comunicação e as políticas meritocráticas ajudam para que isso aconteça. Somadas, essas estratégias vão minando as resistências.

Por fim, obter o apoio de gente de fora da escola, do entorno social, desde o clube de futebol à associação comercial. Existem dezenas de entidades que podem se apresentar colaborativamente. E, o mais importante, podem assumir responsabilidades pelo aprendizado dos alunos, ajudando a dar legitimidade às reformas na escola e a outras atitudes colaborativas.

Esses procedimentos são fundamentais para o ensino básico, mas o mais racional de tudo isso é que todas as ações podem ser aplicadas ao ensino universitário. São práticas ditadas pela experiência e pelo bom senso, que bem direcionadas traçam o caminho do sucesso. Porque sem metas definidas de formação não se vai a lugar algum. E não adianta propalar a excelência da qualidade quando não temos modelos de avaliação confiáveis e nem metas formativas.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 23.09.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8617
 2. www.qedu.org.br



Mesmo com aquisições e fusões de IES... a vida continua¹

Há uma competição extremada entre grandes e pequenas escolas, mas, por outro lado, melhor oportunidade não existe para a área educacional, que, em todos os níveis, está carente de renovação e precisa ser desbravada depois de dez séculos de inanição.

(J. P. Wilkinson)

Na conferência de abertura do 16º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular (Fnesp), realizado na semana passada em São Paulo, o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Hermes Figueiredo, enfatizou que o desenvolvimento das organizações está apoiado na renovação constante dos processos administrativos e acadêmicos e que estes, para se manter saudáveis e sustentáveis, precisam estar sempre em consonância com as demandas educacionais para enfrentar os desafios da competitividade existente no setor.

O presidente do Semesp relatou também um comentário que seu filho fizera ao constatar, numa publicação de 2005 da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), que, entre as 29 instituições paulistanas citadas, apenas 15 ainda permaneciam no cenário educacional com os mesmos mantenedores.

Como Figueiredo não questionou as razões para a ocorrência dos fatos relatados, vamos aproveitar a oportunidade para registrar que estes são naturais e esperados na vida empresarial e até na história da humanidade.

Diferentemente das pessoas – que nascem, crescem e morrem –, o maior obstáculo das empresas é se perpetuarem no decorrer das gerações. Poucas conseguem. Tal fato é próprio da história dos povos, desde as civilizações antigas até nações modernas.

Em cada época, a luta pela liderança passa de país para país, com o domínio de uns e a extinção de outros. O mesmo acontece em todas as áreas. Nossa memória é capaz de registrar grandes impérios empresariais do século passado, assim como centenas de marcas que não mais existem. A lista de empresas e produtos é imensa e impossível de ser citada no espaço deste artigo.

O mais natural é que esses fatos tenham acontecido e que continuem acontecendo também no cenário educacional. Como inexistem pesquisas no setor, fica difícil quantificá-los. Entre as incontáveis iniciativas que deram certo, devem existir centenas que fracassaram ao lado de outras que não estão mais nas mãos dos fundadores. Como ensina Guimarães Rosa², “o correr da vida que embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Assim, parece lógico que cada um tenha as suas razões pessoais, motivação familiar e/ou societária para que, em determinado momento, venda seus negócios, sua participação, com a obtenção de bons resultados estratégicos para atuar em outras atividades mais promissoras.

Ao analisar a realidade paulistana, que não deve ser diferente das de outras regiões, a entrada da iniciativa particular no ensino superior começa na década de 1960 e se intensifica na de 1970 com o incentivo do próprio Estado, que não tinha condições de atender à grande demanda de estudantes que postulavam ingresso nos cursos superiores das universidades públicas.

Nesse contexto, as instituições de ensino particulares religiosas e leigas, que atendiam o ensino secundário, expandiram suas atividades para o ensino superior. Da mesma forma, se estabeleceram sociedades formadas por amigos, professores ou familiares com o mesmo intuito:

criar faculdades com a oferta de cursos diferenciados, para atender a formação superior por todo o território brasileiro.

Com o crescimento populacional, a necessidade de cursos era maior do que a oferta, fato que provocou a expansão do sistema com a transformação das faculdades em universidades e centros universitários, nas décadas de 1980 e 1990. Como disse o vice-presidente de Planejamento e Ensino da DeVry Brasil, Maurício Garcia, também no 16º Fnesp, essa expansão caracterizou a “primeira onda”, na qual bastava ter autorizações de alguns cursos para criar uma faculdade. Alunos é que não faltavam.

Veio o novo século, acompanhado de outras exigências, tais como gestão administrativa e acadêmica competente e investimentos na área de marketing. Ao lado disso, a competitividade se tornou maior e passou a exigir planos de expansão para que as instituições pudessem concorrer em outras localidades.

Os tempos mudaram. O crescimento da instituição passou a exigir maior profissionalismo para superar os inevitáveis desafios, fato que caracterizou a “segunda onda”. Nesse sentido, os fundadores das instituições de ensino superior (IES) com mais de 30/40 anos de trabalho passaram a refletir sobre a oportunidade de passar o bastão de comando para profissionais da área. Com a missão cumprida, os mantenedores podiam se orgulhar de terem formado perto de 6 milhões de pessoas que colaboraram, e colaboram, para o desenvolvimento do país.

A realidade de cada instituição é diferente de outra em relação ao futuro. Os herdeiros das unidades bem-sucedidas podem ter mais vocação para outras atividades. Alguns deles pensam, por exemplo, que a educação é uma área muito dependente dos humores do governo e, por isso, difícil de ser administrada.

Nas associações de mantenedoras, onde seus membros trabalharam unidos por muitos anos, a relação com os sucessores não é a mesma. Surgem conflitos de poder e desentendimentos para a realização de projetos futuros. E, de certa forma, em algumas organizações religiosas acontece

o mesmo, isto é, a liderança que fomentou o sucesso foi substituída e os sucessores não conseguem manter o desenvolvimento institucional.

Em todas as partes do mundo surgem estratégias da consolidação de empresas similares – as maiores adquirem ou se fundem com as menores, fortalecidas pela injeção de recursos proveniente de fundos de capitais. Nestes casos, registram-se: a) pontos positivos inegáveis, como a economia de escala advinda da redução ou eliminação de custos e despesas com as atividades corporativas (marketing, finanças, recursos humanos e outras); b) avanços nos processos de gestão, melhor desempenho econômico e financeiro, além da eliminação de níveis hierárquicos, de pessoal com funções e atividades redundantes; e c) ganhos de sinergias com os resultados das operações conjuntas.

No entanto, os grandes desafios permanecem: como atender, de fato, as expectativas das classes “C” e “D”, que pretendem acesso profissional, e como contribuir para que o país alcance as metas preconizadas no Plano Nacional de Educação (PNE), entre as quais colocar 30% da população de 18 e 24 anos na universidade.

Estamos entrando na “terceira onda”, que faz convergirem alguns fatores: a) a relativa expansão das classes sociais menos aquinhoadas, advinda da implementação de programas de financiamento governamental como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni); b) a busca de melhor desempenho do ensino superior com críticas severas em relação aos egressos do sistema; e c) a expectativa de melhor uso das tecnologias de informação e comunicação para a melhoria do ensino.

Os cenários do futuro mostram, cada vez mais, que a sociedade vai cobrar melhores resultados educacionais e, no momento atual, não é o tamanho espetacular das instituições que vai ser levado em conta, e sim o aprendizado efetivo do estudante. Neste caso, as pequenas e médias instituições de ensino superior (PMIES), por estarem mais próximas dos estudantes e do seu entorno social, poderão levar vantagem. Isso porque

não serão mais avaliadas as horas que os alunos se sentam nas cadeiras universitárias, mas sim as competências profissionais e habilidades e atitudes adquiridas.

Em suma, há uma competição extremada entre as grandes e as PMIES. Mas deve-se levar em conta que a área educacional, em todos os níveis, como diz Wilkinson, “está carente de renovação e precisa ser desbravada depois de dez séculos de inanição”. Neste cenário, a agilidade estratégica que as PMIES têm e que as IES de grande porte não apresentam será a “fórmula vitoriosa”.

Portanto, o caminho ainda está livre para os empreendedores educacionais.

Boa sorte e sucesso, pois a vida continua e, para tanto, será preciso ter muita coragem.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 30.09.2014 — www.blog.abmes.org.br/?p=8648
 2. ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova, 2001.



Educação – maior protagonista da era da comunicação¹

Acontece que só agora os educadores estão tomando consciência de que a educação é um processo de comunicação. (...) As faculdades de comunicação podem vir a ser no futuro as verdadeiras escolas de “formação do professor”, se é que a profissão de professor vai sobreviver às mudanças pedagógicas que estão em vias de ocorrer, pelo menos nos países de civilização pós-industrial.

(Lauro de Oliveira Lima)²

Walcyr Carrasco – escritor de sucesso, articulista de renome, autor de peças teatrais e de novelas, em artigo publicado na revista *Época* (14/11/2014) e replicado no blog ABMESEduca³ – condena a universidade brasileira, chamando-a de burra. E, de forma ferina, ele destaca que o sistema universitário é rançoso, a universidade não valoriza e nem aproveita os bons profissionais do mercado para compartilhar suas experiências, está completamente distante do mercado de trabalho, os professores são teóricos demais e fazem parte de um “nicho” protegido pelo mais arraigado corporativismo.

O mais desconcertante de todas essas afirmações é que Carrasco tem razão. Tal fato nos obriga a pensar e refletir sobre as suas críticas, que fazem parte do nosso dia a dia, embora, a nosso ver, representem pequena amostra do que de fato acontece. Concordamos que a universidade está fora da realidade atual e com uma visão estereotipada e entristecida dos acontecimentos.

No entanto, a universidade, que é bimilenar, foi criada para liderar o desenvolvimento e buscar o sucesso das nações. Com estruturas

organizacionais pesadas, ficou fora do seu tempo e das demandas empresariais e científicas sem possibilidade de acompanhar as radicais transformações que se sucedem em todas as áreas do conhecimento. Ao longo do tempo, a universidade vem valorizando excessivamente a docência com base nos títulos de mestre e doutor em detrimento do aproveitamento de profissionais que se destacam no exercício efetivo de suas atividades.

A questão da formalidade legal está explicada magistralmente pelo consultor jurídico da ABMES, Gustavo Fagundes no artigo “A atração de profissionais do mercado para compartilhar experiências em sala de aula”⁴ no qual ele destaca que a legislação educacional brasileira não valoriza, na mesma medida, a experiência profissional dos professores. O sistema avaliativo do Ministério da Educação penaliza com redução de vagas e suspensão de cursos a instituição cujo corpo docente não tenha a porcentagem de docentes com títulos de mestre e de doutor exigida nas normas legais.

A universidade em todos os países está em crise – o que temos afirmado inúmeras vezes em nossos artigos – porque o conhecimento, que não decorre apenas do que é ensinado nas salas de aula, está em toda parte, em várias fontes de informação, distribui-se por diversos provedores e é intercambiado pelas diversas redes comunicacionais. Aprende-se de várias formas, assistindo-se a uma boa entrevista de televisão ou filme, participando de uma boa palestra, vivenciando uma experiência de trabalho ou até batendo papo com amigos nas mesas de bar. Isso sem falar nas revolucionárias tecnologias de comunicação – que estão transformando o aprendizado – e da internet, que está obrigando os jornais, revistas, outras mídias e até a televisão a mudarem seus modelos para não morrerem.

O mesmo poderá acontecer com a universidade. Os cursos de maior procura no meu tempo de estudante eram medicina, direito e engenharia. Todos almejavam trabalhar trinta anos nessas profissões de destaque e/ou na mesma empresa e se aposentar no fim da vida.

Hoje a demanda está em todas as áreas; o jovem sabe que vai passar por diversas ocupações e vai precisar reaprender continuamente.

O ciclo profissional que começava com as ferramentas, depois com as máquinas, chegando aos computadores, vai conviver com a tecnologia em áreas específicas e com as estratégias aplicadas ao domínio da inteligência nas áreas mais procuradas para atuação profissional. Nos próximos anos, o professor que não souber utilizar a tecnologia para personalizar e diferenciar a aprendizagem dos seus alunos será “peça de museu”.

As pesquisas mostram que os estudantes querem mais autonomia, desejam aprender com base na sua inteligência emocional e precisam estar conectados com as redes, como forma de absorver as práticas do mundo real. O jovem quer ser protagonista e produtor do seu próprio conhecimento e não assistente passivo de aulas desinteressantes. E, nesta perspectiva, muda o papel do professor como construtor do conhecimento por meio da utilização das múltiplas plataformas de comunicação e da mediação e interação com as fontes de informação e com os estudantes.

Os edifícios escolares, além de se transformarem em centros de aprendizagem e não mais permanecerem como locais onde toda a aprendizagem acontece, serão também menores. Os horários dos professores e dos alunos irão mudar para permitir que menos pessoas estejam na escola de uma só vez; os caminhos serão abertos a um ensino mais experimental, vivenciado fora do ambiente escolar.

A educação vai se tornar mais individualizada, abandonando significativamente a estrutura dos níveis de ensino tais como os conhecemos hoje. Os alunos deverão ser agrupados por temas de interesses específicos, seguindo cada determinada aprendizagem especializada. As normas curriculares atuais que estabelecem enormes bloqueios ao ensino deverão se orientar pela diferenciação da aprendizagem como modelo da educação do futuro. As escolas do ensino básico deverão ser fornecedoras de conteúdos fundamentais e as de nível superior deverão se destacar pela oferta de aprendizagem especializada.

Assisti há uns anos uma palestra de Mauricio de Souza, um dos mais famosos cartunistas brasileiros e criador da “Turma da Mônica”, para mais de quinhentos universitários da área de *design*, *games* e moda. Como resposta a uma pergunta da plateia – “Qual é a melhor área profissional na sua empresa?” – todos esperavam que ele fosse dizer: “desenho”. Mas ouviram estupefatos: “roteirista, pois não há esse tipo de profissional em número suficiente para atender à demanda das diversas plataformas de comunicação no Brasil”.

Enquanto nos EUA há cursos especializados para os diversos tipos de redação – cinema, TV, rádio, teatro, revista, internet e outros –, no Brasil tais cursos são pouco oferecidos e os raros profissionais existentes são generosamente bem pagos. Os de maior prestígio e famosos, como é o caso de Walcyr Carrasco, recebem verdadeiras fortunas mensais. Graças ao talento, ao trabalho e à grande experiência de Carrasco, considero totalmente justificável e legítimo o seu desejo de colaborar com a universidade brasileira numa área em que ele, mesmo sem o título de doutor, domina magistralmente. Sua revolta também se justifica pelo fato de não sentir por parte da universidade nenhuma sensibilidade e interesse em conhecer o seu trabalho, bem como o seu conhecimento na área, que poderia ser transmitido aos alunos. Ele não disse isso explicitamente no seu artigo; trata-se de uma dedução nossa ao considerar a sua revoltada mensagem.

Com a mudança dos papéis do processo de ensino-aprendizagem, o sistema educacional – que adota cada vez mais a imagem como mensagem – vai precisar de roteiristas especializados para trabalhar a transmissão do conhecimento.

Quando Carrasco chama a atenção dos que militam na área da Educação para a obrigatoriedade do domínio da comunicação, não está dizendo nenhuma novidade. O saudoso professor Lauro de Oliveira Lima, na década de 1980, já afirmara não só que a educação é, acima de tudo, um processo de comunicação, como também que as faculdades de

comunicação teriam um importante papel a desempenhar nessa direção. Mas a reflexão é mais ampla do que parece. O professor, que contava apenas com o quadro-negro, hoje tem recursos ilimitados para transmitir conteúdos, dados e qualquer tipo de informação de texto, de som ou de imagem. Na era digital, tudo finaliza na tela em que vídeos, números, símbolos, gravações e infográficos apresentam a nova mensagem do conhecimento. Já não é mais somente a palavra e sim todo o “arsenal” midiático da comunicação que conduz ao aprendizado. É um campo novo de atuação que precisa ser planejado, roteirizado e executado. Não tenham dúvidas de que a educação é o campo mais promissor da comunicação. Quem viver verá.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 25.11.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8862
 2. Lauro de Oliveira Lima (1921- 2013), pedagogo, foi conhecido pela sua atuação política na educação e pelo desenvolvimento do Método Psicogenético, estruturado a partir da Epistemologia Genética de Jean Piaget.
 3. www.blog.abmes.org.br/?p=8852
 4. www.abmes.org.br/noticias/detalhe/id/1181



Qualidade e expansão no atual cenário da educação superior brasileira¹

A educação é uma área estratégica, pois constitui condição essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. Nesse sentido, a oferta de educação básica e superior, com eficiência, qualidade e equidade, repercutirá decisivamente no desempenho econômico do País, com taxas mais elevadas de crescimento e por longo período de estabilidade, na democratização do ensino e na inclusão social.

Segundo os dados do Censo da Educação Superior 2013 (Inep/MEC), o número de estudantes com acesso à Educação Superior ainda representa apenas 16,1% do total de jovens da população brasileira entre 18 a 24 anos. Se comparado com outros países, esse percentual é muito pequeno para que o Brasil possa ser considerado competitivo no consenso das nações.

Até 2024, conforme determinado na meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), as universidades públicas precisam aumentar o número de alunos de 1.932.527 para 3.728.000. Da mesma forma, as instituições particulares precisam atingir 8.060.000 alunos, o que implica aumento de 50%.

Quadro 1 – Evolução do número total de matrículas e projeção de acordo com a Meta 12 do PNE

	2012	2013	2023
Matrículas	7.037.688	7.305.977	11.796.676
Taxa Bruta	32%	32%	50%
Matr. 18-24 anos	3.338.602	3.742.000	7.785.806
Taxa Líquida	15,1%	16,5%	33%

Alcançar a taxa de escolarização líquida de 33% de alunos entre 18 e 24 anos na universidade não é tarefa fácil. Nos últimos 10 anos, a quantidade média de estudantes que terminam o ensino médio (1.850.000) vem crescendo pouco em relação ao aumento de vagas (3.847.702).

Quadro 2 – Evolução da Taxa Líquida da Escolarização: 2002/2013

Ano	Taxa Líquida
2002	9,8
2004	10,2
2008	13,9
2011	14,6
2012	15,1,
2013	16,5

Fonte: IBGE – PNAD

Quadro 3 – Evolução da Taxa Líquida da Escolarização: 2002/2013

Ensino Médio		Educação Superior (presencial)		
Ano	Concluintes	Ano	Vagas	Ingressos
2002	1.884.874	2003	2.002.733	1.262.954
2003	1.851.834	2004	2.320.421	1.303.110
2007	1.749.731	2008	2.985.137	1.505.819
2010	1.793.167	2011	3.228.671	1.686.854
2011	1.825.980	2012	3.324.407	1.970.392

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior

Há também uma evasão muito grande de alunos até a conclusão da educação básica e um esforço considerável precisará ser feito para se conseguir a meta desejada pelo PNE. Levando-se em conta, porém, a existência de um estoque em torno de 37.980.515 de pessoas com ensino médio completo e superior incompleto que poderá ingressar nas faculdades, segundo a Tabela nº 1.554 do Censo de 2010 (IBGE), a taxa bruta de escolarização no ensino superior de 50% é um alvo possível de ser atingido.

No entanto, a exigência da expansão com qualidade contida no PNE não encerra, por si só, o dilema qualidade *versus* quantidade. Há outras questões em jogo. O que é um ensino superior de qualidade? Como vem sendo avaliada a qualidade do ensino oferecido pelas instituições?

Não há nos documentos do Ministério da Educação (MEC) respostas explícitas para essas questões, sobretudo em relação a um aspecto essencial: a qualidade só pode ser medida por comparação. Por essa razão, as instituições de ensino superior (IES) particulares enfrentam sérios problemas, especialmente aqueles resultantes dos equívocos do sistema de avaliação em vigor. Estes poderiam ser equacionados, pois existem na Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), dispositivos capazes de parametrizar os índices correspondentes aos coeficientes de qualidade e, em função de cada dimensão de curso avaliado, obter-se a comparação. Além disso, a “Lei do Sinaes” determina que as IES sejam avaliadas conforme sua tipologia, diversidade, heterogeneidade e localização regional.

A educação básica, por sua vez, representa um grande desafio para atender os estudantes vocacionados para o ensino superior e/ou para o ensino técnico. Nesse sentido, o país necessita de um esforço conjunto envolvendo o setor público, a iniciativa privada e demais setores organizados da sociedade para oferecer uma educação básica de qualidade, por meio da qual os jovens possam ter melhor formação para enfrentar os estudos superiores e/ou direcionar-se para as carreiras técnicas.

Democratizar o ensino significa não só oferecer educação igual para todos, independentemente da origem social dos estudantes, como também permitir que o acesso às IES públicas não seja alcançado apenas por aqueles cujas famílias puderam custear colégios caros. Na educação superior privada, 73% dos alunos são oriundos do ensino médio público e, na educação superior pública, apenas 61%. A maioria dos alunos da educação superior é composta por jovens trabalhadores, de famílias

com baixa escolaridade e com sérias deficiências na educação básica. Ainda falta um olhar diferenciado das políticas públicas visando capacitar professores e assegurar as melhores práticas para atender a esses alunos.

Combinar qualidade e expansão do ensino para se alcançar as metas previstas pelo PNE implica fundamentalmente mudança de postura do governo no sentido de considerar a educação como prioridade nacional, além da observância de dois aspectos essenciais: melhorar a educação básica e aprimorar o processo de avaliação da educação superior de acordo com os dispositivos da “Lei do Sinaes”.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 16.12.2014 – www.blog.abmes.org.br/?p=8954



Brasil, Pátria Educadora – qualificação sim, exclusão não¹

Apesar das políticas recentes para ampliação e acesso ao ensino superior, o número de brasileiros que alcançam e concluem esse nível de ensino ainda é muito pequeno. Por isso, é importante tratar as políticas públicas educacionais como prioridade e responsabilidade, principalmente aquelas que atingem resultados tão significativos quantos os Fies.

(Silvana Santos Almeida)²

A população brasileira tem cerca de 200 milhões de habitantes, dos quais 24 milhões são jovens entre 18 e 24 anos e, destes, somente 3,5 milhões são universitários (15%). Na Coreia do Sul, o índice de estudantes universitários é de 66%. Há quarenta anos, o Brasil tinha a mesma renda *per capita* que a dos coreanos, que hoje é duas vezes maior do que a nossa. E toda a estratégia do desenvolvimento daquele país foi focada na educação para todos e em todos os níveis.

A universidade nasceu tardiamente no Brasil e foi organizada para formar quadros para as elites que dominavam os poderes político e econômico. A universidade pública e gratuita gera um paradoxo: as famílias ricas investem nas boas escolas particulares de ensino médio para garantir para seus membros a universidade gratuita, enquanto os de menos recursos precisam pagar pela educação superior.

O ensino superior particular foi estimulado a se desenvolver porque não havia vagas nas universidades públicas. Nos idos dos anos 1970, os jovens da classe média das grandes cidades queriam também entrar na

faculdade – os célebres excedentes – e não tinham outro meio a não ser o de pagar suas próprias mensalidades. Os das classes de extratos econômicos baixos praticamente não tinham acesso. Neste início do século XXI, o Governo criou o Programa Universidade para Todos (ProUni) e aperfeiçoou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) no lugar do antigo Crédito Educativo (Creduc) para aumentar o índice de jovens na universidade. Foi uma ação de completo êxito porque em quatro anos já havia cerca de 2 milhões de bolsistas.

No entanto, nos estertores do mês de dezembro de 2014, “burocratas iluminados”, antevendo as dificuldades orçamentárias que o Ministério da Educação (MEC) teria na gestão de 2015, alteraram por meio de portarias as normas do Fies. Estas, tomadas apressadamente e sem ouvir os setores interessados, tumultuaram o setor de ensino, justamente no momento das matrículas dos novos alunos e da confirmação dos veteranos.

Desde então, as instituições têm vivido “um mês e meio de cão” com as notícias desencontradas e equivocadas, divulgadas pela mídia e pelo próprio MEC, causando mal-estar e desassossego entre os estudantes. As críticas voltam-se, entre outras, para o aumento dos gastos com o Fies sem a correspondente expansão do número de alunos, para os altos investimentos aos grandes grupos do setor privado com juros subsidiados e para a responsabilidade exclusiva do governo com a inadimplência dos alunos.

Nenhum noticiário fez uma análise mais completa para salientar que o setor público chegou ao seu limite na provisão de educação superior, participando com apenas 26% do total dos 7,3 milhões de alunos matriculados e que o segmento particular atende com muita competência 74%, isto é, 5,4 milhões de alunos.

Com as limitações para o desenvolvimento do Programa de Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Brasil necessita, mais do que nunca, da colaboração do ensino superior privado para alavancar seu desenvolvimento e promover a inclusão social. Governo e setor particular devem caminhar juntos para resolver a equação do financiamento aos

estudantes com menores recursos. As críticas abrem espaço para refletir, repensar e encontrar soluções adequadas para a questão, visando preparar melhor estes jovens e inseri-los numa sociedade onde as tecnologias de informação e comunicação estão transformando as relações num mundo que não tem mais fronteiras.

O que o setor educacional não compreende é a forma como foram engendradas as portarias, sem que houvesse o necessário diálogo entre o MEC e os executores do programa, visando encontrar uma fórmula de minimizar os problemas para o Governo, para as instituições e para os estudantes.

Tem razão o MEC quando fixa em 450 pontos, dos 1.000 possíveis, a nota de corte para que o candidato faça jus ao Fies e ao ProUni. É lógico que se deve financiar os mais preparados, levando-se em conta, porém, a realidade atual. As regras anteriores a essa exigência já vinham sendo praticadas há algum tempo e muitos estudantes foram beneficiados. Assim, as medidas deveriam ser postas em prática de forma gradativa para que, de um lado, o alunado se conscientizasse de que deveria estudar mais, se aplicar mais, exigir mudanças pedagógicas de metodologias de aprendizagem e para que, de outro, o governo investisse mais nos cursos de formação de professores e na melhoria da escola pública, de onde se origina a maioria desses alunos.

A mudança intempestiva da regra de corte para 450 pontos penaliza ainda mais os estudantes das classes “D” e “E”, que em sua maioria frequentam o ensino público e ficarão sem acesso ao Fies e ao ProUni. Uma medida dessa natureza afeta também duramente as instituições, considerando que o planejamento do ano e os investimentos estão em plena execução. Afeta, especialmente, cerca de 2 mil instituições que possuem entre 1 mil e 4 mil alunos, localizadas em sua maioria no interior do país. Como observa Fernando Schuler (Cadê a “Pátria Educadora”?)³, professor de políticas públicas do Insper: Ensino Superior em Negócios, Direito e Engenharia:

o fato de o programa ser do governo lhe dá o direito de colocar essa regra, mas não de uma hora para outra, como foi feito. O planejamento financeiro das instituições é fechado com muita antecedência. Educação não é resolvida em curto prazo (...). Além disso, o argumento para chegar a esse número é de que ele corresponde à inflação. Mas na precificação do ensino superior há inúmeras variáveis, como reajuste de salário dos professores, que não segue a mesma lógica.

Sintetizando, este não seria o momento de tomar uma medida drástica, mas de discutir a questão de outra forma: como melhorar a escola pública para que dela saiam estudantes mais qualificados, capazes de obter uma pontuação adequada no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de conseguir acesso ao ensino superior?

Este é o grande desafio que a iniciativa particular tem de pactuar com o Governo para a melhoria do ensino médio. O setor particular está pronto para discutir o tema, encontrar estratégias de mudanças na educação, de forma conjunta com o governo, sem que este “quebre”, no entanto, os programas de fomento, deixando-os apenas para quem, muitas vezes, teve mais oportunidades.

Qualificação sim, exclusão não, para que o Brasil seja efetivamente a “Pátria educadora”.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 19.02.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=9161
 2. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136212/102_00204.pdf?sequence=1&isAllowed=y
 3. www.istoe.com.br/reportagens/405536_CADE+A+PATRIA+EDUCADORA+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage



Ensino superior: o setor privado é parte da solução, não do problema¹

Historicamente, o ensino superior particular vem prestando grandes serviços à Nação. A maioria dos alunos estuda em instituições privadas e isso continuará sendo a tônica nas próximas décadas. Há que se dar valor a quem trabalha para a educação acontecer.

Em audiência realizada em 2 de março de 2015, a ABMES entregou ao ministro da Educação, Cid Gomes, a publicação “Perspectivas do desenvolvimento da Educação Superior e a contribuição do setor privado”², resultante do projeto “Eleições 2014: propostas para a educação superior”. Entre as atividades realizadas no desenvolvimento deste trabalho, destacam-se os inúmeros encontros, reuniões e seminários nos quais estiveram envolvidos membros da comunidade acadêmica, especialistas na área educacional, representantes dos partidos políticos e as equipes responsáveis pelos programas de educação dos então candidatos à Presidência da República – Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves.

O documento registrou três importantes linhas temáticas: a) a efetiva representatividade e participação do setor privado no sistema federal de ensino; b) a celeridade na tramitação dos processos de regulação e de supervisão de cursos e instituições; e c) o aprimoramento dos critérios, mecanismos e procedimentos da avaliação da educação superior.

Queremos enfatizar neste artigo a representatividade da educação superior privada, porque no “corre-corre” diário não é possível fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o significado dos números e a grandeza do trabalho desempenhado pelas instituições particulares de ensino superior (IES) brasileiras.

É significativo mostrar que o sistema particular de ensino oferece 228 mil aulas diárias e 46 milhões de aulas anuais aos 5,4 milhões de alunos. Faça sol, faça chuva, vente, ocorram inundações ou tempestades, em cerca de 700 municípios espalhados pelo Brasil, 2.090 mil instituições, com seus 220 mil professores, oferecem conhecimentos e experiências à nossa juventude. Para tanto, o setor fez grandes investimentos em estrutura administrativa, acadêmica e de espaço físico (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, ginásios de esportes e outros), ao lado de um invejável e qualificado patrimônio intelectual de professores, no qual 60% são mestres e doutores.

Do total de instituições particulares, 1.520 classificam-se como pequenas e médias IES (PMIES), com até 3 mil alunos, que asseguram a interiorização do ensino superior a 600 municípios. Tais IES abarcam mais de 1 milhão de alunos.

E mesmo sem desejar comparar o setor privado com o público, nestes últimos cinquenta anos, apenas se tem notícia da realização de três greves nas particulares.

Podemos afirmar com absoluta certeza que a atuação da iniciativa privada no ensino superior é garantia de sucesso profissional; que o setor contribui expressivamente para a economia brasileira; e que os projetos sociais das IES particulares trazem inúmeros benefícios para as suas áreas de abrangência.

A atuação da iniciativa privada no ensino superior é garantia de sucesso profissional

O setor privado formou, nesses últimos cinquenta anos – e este é um dado da maior importância –, mais de 12 milhões de profissionais. Isto significa dizer que o desenvolvimento da nação deve bastante a essa incomensurável força de trabalho que atua em todas as instâncias e ocupa postos gerenciais e administrativos. Atualmente, mais de 90% dos profissionais inseridos no mercado de trabalho com formação superior são oriundos de instituições particulares. Nesse universo, 85% dos profissionais contratados com pós-graduação também são formados por elas.

Em “Histórias que a escola não conta”, título de um livro que temos planos de publicar, fazemos uma reflexão sobre o espírito de abnegação dos administradores e professores das instituições particulares. Citamos exemplos dignificantes de como são tratados os nossos alunos. É “gente tratando de gente” nos conflitos que a vida enseja, tanto nas grandes metrópoles quanto nos rincões do país. Sempre aparando dificuldades e procurando soluções para as questões que fazem parte do dia a dia das escolas, essas pessoas são um exemplo para os burocratas do terceiro escalão dos órgãos governamentais que nunca puseram o “traseiro” numa cadeira administrativa de escola infantil e que, por essa razão, não são capazes de entender como são trabalhados os conflitos e resolvidos os problemas de gestão administrativa e acadêmica das instituições.

O setor privado de ensino superior contribui para economia brasileira

No tempo em que atuávamos na diretoria da faculdade Anhembí Morumbi, fomos procurados por aluno do terceiro ano de administração certa noite. Muito atencioso, logo depois da conversa inicial, ele quis saber a respeito de uma mudança que o setor de serviços da faculdade estava fazendo, ao ordenar a reorganização dos quiosques de venda de lanches em frente à escola. “Estou preocupado, pois minha mãe tem uma barraquinha de cachorro-quente e preciso saber se vocês pensam em impedi-la de trabalhar. Com essa atividade nós pagamos a faculdade” — disse o aluno.

Se uma simples vendedora é capaz de sustentar uma família vendendo sanduíches em frente a uma faculdade de 4 mil alunos, fica difícil quantificar a massa de renda indireta gerada por transporte, material escolar, alimentação, moradia dos alunos e uma série complementar de serviços prestados ao sistema que se calcula superar a cifra de R\$ 1,3 bilhão.

A participação do setor particular no Produto Interno Bruto (PIB) supera 1%, gerando mais de 750 mil empregos e uma massa salarial superior

a 20 bilhões. A área construída ocupada pelas instituições ultrapassa 28 milhões de metros quadrados. Há 6.200 mil bibliotecas implantadas e um acervo de 70 milhões de livros. Há aproximadamente 20 mil laboratórios equipados e em torno de 627 mil computadores.

Mais ainda: calculando-se que o valor do metro quadrado é de cerca de R\$ 1.800, a área construída total do setor particular tem um investimento calculado em R\$ 50,4 bilhões. Adicionado ao valor do terreno e à infraestrutura, chegar-se-ia à cifra de R\$ 114 bilhões (que o Estado deixou de gastar), isso sem falar de bibliotecas, laboratórios e computadores. Considerando-se que temos 220 mil docentes nas IES particulares e um valor de tempo integral de R\$ 8 mil, ter-se-ia uma cifra mensal de R\$ 1,7 bilhão ou R\$ 20 bilhões anuais. A esse valor teríamos que acrescentar os funcionários administrativos, que poderiam ser orçados em cerca de 25% do valor dos professores, e assim chegar-se-ia a um valor total estimado de R\$ 25 bilhões anuais.

Projetos de alcance social

Além de promover a inclusão de milhões de jovens e de gerar milhares de empregos diretos e indiretos, as IES privadas de ensino superior desenvolvem mais de 72 mil projetos sociais, prestam atendimentos a mais de 30 milhões de pessoas por ano e concedem mais 1,5 milhão de bolsas de estudo integrais, parciais e promocionais.

Um exemplo expressivo da participação social do setor é evidenciado na *Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular*³, promovida pela ABMES, na qual, desde seu lançamento em 2005, mais de 2 mil instituições estiveram presentes, reunindo a cada ano mais de 500 mil pessoas.

À guisa de conclusão

Além dos dados expressivos do setor privado, registramos durante a audiência com o ministro Cid Gomes a necessidade de solucionar o problema

da celeridade dos processos em tramitação no MEC, bem como de aprimorar os critérios e procedimentos da avaliação da educação superior.

A audiência transcorreu em clima colaborativo e o ministro anotou nossas proposições. Ao final, ele expressou toda a sua preocupação com a melhoria da qualidade do ensino básico e afirmou que o seu foco principal é o de cumprir o desafio para atender as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Cid Gomes espera contar para o cumprimento de sua tarefa com a colaboração do setor privado e dos demais setores organizados da sociedade brasileira.

Refletindo sobre todas essas questões, lembramo-nos de uma Conferência da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco) em cujas conclusões havia a seguinte afirmação: Em todos os estados e países do mundo, de vários regimes políticos e das mais variadas ideologias, de esquerda ou de direita, a realidade é sempre a mesma. Somas enormes são investidas em planos educacionais, especialistas e doutores da área são ouvidos e os resultados almejados não aparecem. No fim, as pessoas ficam frustradas e descontentes. Motivo: Os planos são feitos nos umbrais dos palácios sem que beneficiários, usuários e executores dos programas sejam ouvidos.

No caso brasileiro, o governo sozinho nada resolverá, pois a questão é de toda a sociedade. Todos precisarão ter o mesmo foco. Só a educação será capaz de fazer do país a nação desejada por todos.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 10.03.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=9226
 2. www.abmes.org.br/publicacao/detalhe/id/71
 3. <http://dia.abmes.org.br>



A propósito de atitudes, valores, escola da vida e sucesso profissional¹

Se você recebe para fazer o que ama, cada contracheque é como um bônus. Dê a si mesmo o maior bônus da vida: corra atrás da sua paixão. Descubra o que adora fazer. E então faça!
(Oprah Winfrey)

Um profissional pode ter domínio completo de uma atividade, possuir experiência prática completa, e não se sensibilizar com algumas competências que consideramos importantes, tais como: relacionar-se bem com os colegas, ter senso de organização e ser focado em suas ações. Pode até ter cursado uma boa universidade e nunca ter percebido que as competências atitudinais – aquelas que não se aprendem apenas na faculdade, mas também na escola da vida – são hoje em dia tão primordiais quanto o conhecimento, e que contribuem para diferenciar profissionalmente um indivíduo.

Dia desses, tive acesso aos ensinamentos da apresentadora americana de TV Oprah Winfrey – mulher vencedora, com fortuna estimada em US\$ 3 bilhões. Negra, de infância muito pobre, filha de pais não casados e vítima de abusos familiares, a apresentadora namora, há 30 anos, um escritor e conferencista, e tem uma revista mensal – *O* – que é o maior sucesso editorial americano. Recentemente, depois de dezenas de anos, despediu-se de seu programa e de seus telespectadores. A apresentadora recebeu várias condecorações, entre as quais dois títulos de Doutor *Honoris Causa*, outorgados por universidades americanas. Em seu “decálogo”, Oprah ensina como conhecer a si mesmo – tarefa das mais difíceis num momento.

Apelos externos impedem que reflitamos sobre nós mesmos e sobre nossos semelhantes, que mergulhemos no nosso “eu interior”, que conheçamos as nossas possibilidades e limitações, que aprendamos com as nossas experiências – erros e acertos – e que sejamos capazes de agir com paixão. Assim, aconselhamos nossos leitores a refletir sobre os 10 exemplos de vida² citados por Oprah.

O psiquiatra Içami Tiba parece ter sido o guru de Oprah quando discutiu a importância da autonomia com responsabilidade, que é tarefa primordial da família e da escola. Em seu novo livro “Educação familiar – Presente futuro”, ele trata das relações entre educação sustentável e valores.

Segundo Tiba, a educação sustentável tem a ver com “ensinar a aprender”, cobrar responsabilidades, ações coerentes e limites. Advoga o psiquiatra que a felicidade não se encontra enlatada, à venda em supermercados, mas que se trata de “conquista” – no sentido guerreiro do termo – como consequência de fatores que se imbricam e que se contaminam. São eles:

Persistência – cada vez mais fora de moda num mundo imediatista, *ready made*, no qual não há tempo para o amadurecimento;

Conhecimento – cada vez mais disponível na nossa sociedade, mas pouco utilizado;

Cidadania – cada vez mais esquecida numa sociedade do “vale-tudo”, da corrupção. Inclui cumprimento de deveres e obrigações.

Trabalhar todos esses conceitos e valores é tarefa árdua, porém compensadora, que deve ser orquestrada pelo binômio família/escola. Nesse sentido, para formar cidadãos éticos e felizes, há que se repensar o *papel dos pais* – os quais deveriam, segundo Tiba, fazer vestibular antes de terem filhos – e a *tarefa do professor*, tendo em vista as transformações pelas quais passa a sociedade. A família e a escola precisam investir juntas no preparo de uma nova geração, não só atendida com as tecnologias modernas, com os espaços virtuais, como também consciente dos princípios que regem a vida em sociedade onde todos precisam ser respeitados.

O polonês Zygmunt Bauman³ salienta que vivemos em tempos nos quais as organizações sociais não podem nem conseguem permanecer com a mesma forma por muito tempo. Para ele, os valores da nossa cultura ocidental, estabelecidos como os “mais nobres e elevados”, diluem-se, cada vez mais, como a água que escorre entre os dedos das nossas mãos, sem que sejamos capazes de detê-la.

O mundo de novidades e de mudanças velozes em que vivemos não deve impedir a permanência de valores reais que levam à felicidade e, conseqüentemente, ao melhor desempenho familiar e profissional – busca incessante de conhecimento, esforço, trabalho, criatividade, perseverança, meritocracia, cumprimento de deveres e obrigações. Esse aprendizado está na universidade, na escola da vida, em consonância com a ordem estabelecida pelo universo, mestre e professor, ao qual nos subordinamos inexoravelmente. Nesse sentido, a sala de aula, que representa o dia a dia, deveria ter um currículo feito sob encomenda, pois cada aluno tem suas percepções em relação a aspectos (cores, sons, gostos, tatilidade, olfato), seus sentimentos (raiva, tristeza, ganância, alegria, gratidão) e, principalmente, seus sonhos, seus projetos de vida.

Diversos periódicos apresentam aos leitores, em cada edição, novidades do mercado de trabalho, artigos e matérias indicando os caminhos do sucesso (ou identificando os do fracasso), com autênticas receitas que nem sempre servem para todos. Alguns desses caminhos, no entanto, carecem de elementos sem os quais “a coisa não anda”. Há “ingredientes” que são essenciais, tais como talento, senso de oportunidade, inteligência emocional, habilidade para “um voo solo” ao sucesso, escolha de uma profissão em alta, decisão na hora certa (*timing*), boa comunicação, elevada motivação, sem falar nas exigidas criatividade, originalidade e inovação.

Na realidade, existem momentos certos para identificar o ponto certo para fazer transições profissionais, visando acelerar a trajetória pessoal.

Isso tem a ver com: percepções, traçado dos limites, conhecimento e entendimento do fator risco.

Tendo em vista que as empresas buscam resultados, entra em jogo a insubstituível “decisão consistente”, requisito de aprendizado concentrado, decorrente de experiências que rendem conhecimento rápido e intenso e que geram capacidades para desafios maiores. Com todos os predicativos, isolados ou associados, o que de fato tem primazia no desenvolvimento da carreira de um profissional é o conhecimento – “ser o melhor no que faz” –, característica marcante do empreendedor que planeja e realiza o seu trabalho enxergando o potencial de negócios ou, em outras palavras, os resultados.

Pelo exposto até aqui, vale perguntar: a educação será uma questão apenas de metodologia? Para muitos estudiosos, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não podem ser vistas como recursos dotados de poder miraculoso, levando-se em conta que nessa perspectiva de “salvadoras da pedagogia” não estão presentes os elementos sociopolíticos dos novos arranjos sociais. As TICs não podem aprisionar o homem por todos os lados, mesmo nos espaços em que a educação atua. Sabemos que os processos educacionais (e mesmo os variados métodos de ensino já existentes) se modificam na medida em que se criam novas políticas, novos modelos, novas formas de ensinar. Há, sim, uma preocupação subjacente e recorrente com o que vem a ser “educar”, “como educar” e “para que educar”. E esse “movimento” é importante e desejável.

No caso das instituições de ensino superior, é preciso que se observe a distância entre o que a universidade tem ensinado e o desempenho dos egressos no mercado de trabalho. Isso porque a atuação do profissional será avaliada com base no seu conhecimento, nas suas competências e na sua capacidade de apresentar propostas, de concretizá-las e de fazer com que os resultados esperados de fato aconteçam. Estariam, portanto, as universidades cumprindo seu papel?

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 17.03.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=9289
 2. <http://delas.ig.com.br/comportamento/2015-03-02/ensinamentos-da-poderosa-oprah-para-ter-sucesso-na-vida.html>
 3. Sociólogo polonês que iniciou sua carreira na Universidade de Varsóvia, onde teve artigos e livros censurados e em 1968 foi afastado da universidade. Atualmente é professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia. Tem mais de dezesseis obras publicadas no Brasil, entre as quais *Amor líquido*, *Globalização: as consequências humanas* e *Vidas desperdiçadas*. Bauman tornou-se conhecido por suas análises das ligações entre a modernidade e o holocausto, e o consumismo pós-moderno.



A “Pátria Educadora” agoniza?¹

O que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui está preta.

(Chico Buarque)

Não podemos viver das conquistas do passado, porque elas não garantem os avanços do presente e menos ainda os do futuro.

O reitor eleito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, disse em entrevista² que a situação da universidade é dramática – sucateamento, falta de recursos para pagar luz, água, telefone e empresas terceirizadas que prestam serviços de limpeza e segurança. Ele afirma:

Temos um orçamento de 372 milhões de reais previsto, e a UFRJ deve receber um doze avos desses recursos a cada mês. Isso daria 31 milhões por mês para custeio, totalizando 155 milhões de reais até maio. Mas o Ministério da Educação (MEC) autorizou 115 milhões até maio. E o financeiro só repassou efetivamente 85 milhões de reais, quase a metade. Isso gera um déficit de aproximadamente 100 milhões de reais.

E o que dizer das dezoito universidades recém-criadas cujos esqueletos dos prédios em construção se erguem aos céus pedindo socorro?

Se isso acontece também nas demais universidades públicas – como comprovam os desabafos dos seus respectivos reitores, que não sabem mais o que fazer, diante das possibilidades de suspensão das atividades institucionais –, imaginem a situação do segmento privado em que os impactos e problemas causados pelas mudanças ocorridas no Programa de Financiamento Estudantil (Fies), pela sua gravidade, continuam a alimentar a primeira página dos jornais de circulação nacional e todas as demais mídias?

Os representantes do Governo, “por dever de ofício”, continuam exaltando os sucessos do Fies ocorridos a partir de 2010, esquecendo-se, porém, de que precisamos viver o presente, ora pintado de vermelho e ameaçado de chegar ao preto. Tal como diz Chico Buarque numa canção: “mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui está preta”.

Em relação ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), os executores dizem que as vagas serão reduzidas em 50%, isso sem falar nos atrasos dos pagamentos.

Durante audiência pública sobre o Fies realizada em 21 de maio de 2015 na Comissão de Educação do Congresso Nacional, os expositores que representaram o setor privado comentaram que mais de 500 mil alunos poderão perder o ano e adiar a realização de seus projetos e sonhos, por falta de regularização dos contratos.

As instituições de ensino superior (IES) que têm mais de 20 mil contratos receberão apenas oito parcelas neste ano. E as quatro restantes ficarão na conta de quem? Da viúva? Quem arcará com os prejuízos? E a corda sempre se romperá para o lado mais fraco, pois quem sairá mais prejudicado com isso são os alunos que ganham até 1,5 salário mínimo.

De seu lado, as autoridades governamentais têm declarado que ainda não há informações se haverá recursos para a manutenção do Fies. Essas declarações representam uma verdadeira tortura psicológica para mais de dois milhões de alunos. Entre estes não estão computados os que procuraram novos contratos no Fies e que foram barrados com o argumento de que os cursos escolhidos não obtiveram o índice devido de qualidade no processo de avaliação.

Ora, todos nós sabemos – e o próprio MEC já reconheceu – que esses índices precisam ser repensados e reformulados para se adequarem à realidade e para que a avaliação se realize em consonância com as disposições da Lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Com tudo isso acontecendo, teremos, sim, uma retração nas matrículas do ensino superior brasileiro como um todo em 2015 e a situação tende a piorar em 2016.

Assim, o Plano Nacional de Educação (PNE), recém-aprovado e sem ter sido posto em prática, já enfrenta uma dramática crise de falta de recursos. Para dizer a verdade, já nasceu comprometido no que se refere ao cumprimento de suas metas.

Muitos parlamentares questionam o montante de recursos necessários para que o Fies resolva os casos pendentes. Como responder, se tudo ficará contingenciado no Executivo? Vivemos sem dúvida dias nebulosos e preocupantes no campo da educação.

E como fica o lema “Brasil – Pátria Educadora”!? Esta pátria, vítima dos cortes orçamentários para a educação, está capenga e pode piorar, pois não está sendo vista como um investimento para o futuro. Greves de professores se alastram por todo o país num sinal evidente de que as coisas não vão bem.

Nesse cenário, estamos perdendo a guerra para superar os atrasos na educação que aparecem nos relatórios da Unesco, cujos dados não podemos mais contestar. Tudo isso que está acontecendo representa um alerta.

É lamentável a visão dos gestores públicos que não conseguem unir todos os que trabalham na educação pública e privada, numa voz uníssona, para denunciar o drama vivido hoje pela educação. Chegamos a experimentar uma chance de esperança com o sucesso dos programas de apoio ao estudante que, num passe de mágica, se perderam, deixando tudo amarrado, contingenciado.

Todos nós sabemos que em educação os resultados aparecem sempre em médio prazo; não há fórmulas milagrosas. Mas, levando-se em conta a inexistência de bom senso para que os bons resultados dos anos anteriores melhorem, nosso horizonte mostra nuvens negras que aumentam nossa ansiedade e conspiram contra nossos desejos.

Em que pesem todas as dificuldades, o segmento particular do ensino superior, responsável por 75% das matrículas, continuará envidando esforços para consolidar seu protagonismo mesmo na crise atual. Vamos buscar alternativas para superar, ainda que parcialmente, as dificuldades do presente, consolidar o setor e colaborar para construir um Brasil mais justo. Mas fica a pergunta: a quem vamos pedir socorro para salvar a “Pátria Educadora”?

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 26.05.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=9578
 2. <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/05/19/governo-prioriza-expansao-privada-por-meio-do-fies-critica-reitor-da-ufrrj.htm>



Empreendedorismo caboclo: a vontade de empreender é grande, mas a vontade de ser grande é pequena¹

Empreender é lidar com carências. O empreendedor descobre que tem o mercado, mas não tem o dinheiro para fazer o produto, ou não tem o conhecimento de como chegar lá. Algumas vezes, como com Steve Jobs, clientes nem sabem que têm o mercado, mas ele acredita que tenha. Mostramos onde há carência e como podemos colaborar.

(Beto Sicupira)²

Pretendo retomar o assunto empreendedorismo, que tanto tem levado os interessados pelo tema a se manifestarem, quer discutindo, escrevendo ou comentando a respeito. Alguns têm salientado que faltam iniciativas que possam levar a empreender, a propor e/ou a realizar qualquer coisa. E é gente experiente que está se preocupando, oferecendo bom repertório para reflexões, demonstrando o traço de caráter que leva alguém a empreender ou a tomar decisões por conta própria. Falta aquela disposição natural, ânimo pronto e enérgico para conceber e executar antes que outros. Empreender é tarefa difícil. É trabalhoso pôr em execução uma ideia, assumir uma responsabilidade baseada num projeto e levá-lo à realização.

Nos últimos meses, a mídia foi invadida pelo temário. Veja os exemplos a seguir: a) “7 lições que um empreendedor só aprende após errar” (Mariana Fonseca – Exame)³; b) “Veja 18 passos para se tornar um empreendedor de sucesso” (Paula Mor – IG São Paulo)⁴; c) “Política de incentivo ao empreendedorismo” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência,

Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo)⁵; d) Governo lança programa de apoio ao sucesso dos empreendedores (Inovativa Brasil – Portal Brasil)⁶; e) “*Ideation* leva a universidades turnê de empreendedorismo” (Vinicius de Oliveira – Porvir);⁷ e f) “Escola de empreendedorismo ajuda a desenvolver talentos” (Marina Lopes – Porvir)⁸.

E tantos outros sites e veículos estão direta ou indiretamente falando a mesma língua. O assunto é abordado também pela Associação Brasileira de Startups⁹, cujo banco de dados informa haver no estado de São Paulo 968 startups, em Minas Gerais, 300 e no Rio de Janeiro, 268, para citar apenas os primeiros da lista.

De minha parte, tenho pensado muito sobre o assunto e sempre me pergunto por que no Brasil as coisas são diferentes das que acontecem nos Estados Unidos. Mais do que tudo, esta é uma questão cultural. Estimular os alunos e premiar o mérito faz parte da cultura deles.

A notícia “Garota de dez anos já lucra com incubadora de startups para crianças”¹⁰ trata da trajetória de sucesso da Kylee Majkowski, que, aos sete anos, baseada na tradição americana de crianças venderem suco em frente a suas casas para ganhar um dinheirinho, fundou uma incubadora: a *Tomorrow’s Lemonade Stand* (TLS), de amplo sucesso. Hoje, aos 10 anos, treina mais de 100 crianças sobre como empreender¹¹.

O norte-americano é um povo essencialmente pragmático, com base na crença e na certeza de que só a ação, movida pela inteligência e pela energia, pode alterar os limites da condição humana.

O pragmatismo aborda o conceito de que o sentido de tudo está na utilidade – ou efeito prático – que qualquer ato, objeto ou proposição possa ser capaz de gerar. O pragmático vive pela lógica de que as ideias e atos de qualquer pessoa somente são verdadeiros se servem à solução imediata de seus problemas. Uma pessoa pragmática é aquela que resolve as coisas de maneira ágil, que enxerga mais soluções do que impedimentos, que é mais direta no trato das coisas reais.

Essa “filosofia” de vida tem sido apoiada nos EUA por todos os presidentes americanos, desde Thomas Jefferson (1743-1826), que incentivam o empreendedorismo e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

O panorama brasileiro nesse âmbito ainda é desolador. País essencialmente cartorial, o Brasil continua com valores culturais do século XIX. Os jovens ainda são estimulados a procurar emprego no setor público, que oferece estabilidade e certeza de aposentadoria, mas que, em geral, não desenvolve a capacidade de inovação, consolidando uma sociedade dependente.

O ambiente brasileiro para abertura, crescimento e consolidação das micro e pequenas empresas é um dos mais inadequados do mundo: o medo do risco e do erro e a dependência dos governos impedem a criação de capital social por meio da cooperação estendida socialmente.

Para modificar esse quadro, é preciso uma mudança cultural, é preciso propagar o ensino do empreendedorismo em todos os níveis educacionais, disseminar a cultura empreendedora desde a educação infantil, primeiro degrau para criar uma sociedade empreendedora.

Nesse sentido, a universidade tem papel fundamental, porque ela é uma forte formadora de opinião, multiplicadora do saber e difusora de valores empreendedores, que priorizam a geração e a distribuição de riquezas, a inovação, a cidadania, a ética, a liberdade, o respeito ao homem e ao meio ambiente.

Longe da teoria e da filosofia, empreendedorismo é, também, um caso de política. No Brasil, os governantes falam de emprego, mas não levantam a bandeira do empreendedorismo nem o incluem em suas plataformas de ação. Falta estímulo à pesquisa na área do empreendedorismo, redução de impostos para o empreendedor emergente, criação de sistemas de apoio à atividade empreendedora – como microcrédito –, incentivo aos arranjos produtivos locais (APL) e ações, entre outras providências, que possibilitariam criar condições para que as atividades empreendedoras cresçam qualitativamente, economicamente e em termos humanos.

Mas estimular o empreendedorismo não é uma tarefa isolada de um segmento específico, e sim de toda a sociedade, já que se está falando de 4,5 milhões de empresas, que envolvem 60 milhões de pessoas e que representam 20% do PIB nacional. Empreendedorismo implica mobilização social, envolvimento e comprometimento de toda a sociedade, principalmente de líderes políticos.

A etimologia da palavra “companheiro” pode ilustrar a necessidade de forte integração para que esforços não sejam dispersados. Na raiz etimológica, “companheiro” (do latim *cum panis*) é aquele que oferta e partilha o pão. O pão do conhecimento, no século XXI, com as redes sociais e o conhecimento, é ofertado colaborativamente, em parcerias que têm o dom de multiplicar exponencialmente os achados.

As instituições de ensino superior devem estar atentas às mudanças e preparar seus alunos para uma nova sociedade, que, certamente, exige deles protagonismo e coragem para empreender.

Uma pesquisa do Instituto Data Popular (Cresce número de brasileiros que querem ter o próprio negócio)¹² aponta que no Brasil existem 38,5 milhões de pessoas que desejam abrir o próprio negócio, mostrando um aumento de cinco pontos percentuais na comparação com 2013. Um dos principais motivos é o baixo salário que ora recebem, o que impulsiona a vontade de ser o dono do próprio negócio.

A Endeavor – Sebrae fez uma extensa pesquisa (Pesquisa Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras)¹³, realizada entre 2013 e 2014, sob os aspectos qualitativo e quantitativo. Um dos pontos altos é a afirmativa de que “a vontade de empreender é grande, mas a vontade de ser grande é pequena”.

Será que não seria o momento de o sistema universitário particular, para se diferenciar e mostrar sua utilidade, arregaçar as mangas e propor medidas efetivas para promover o empreendedorismo e suas ações?

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 07.07.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=9762
 2. Carlos Alberto da Veiga Sicupira é o quarto homem mais rico do Brasil, atuando em vários setores, principalmente nos setores de bebidas e varejo.
 3. <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/7-licoes-que-um-empresario-aprende-apos-errar>
 4. <http://economia.ig.com.br/financas/seunegocio/2015-06-23/veja-18-passos-para-se-tornar-um-empresario-de-sucesso.html>
 5. www.desenvolvimento.sp.gov.br/politica-de-incentivo-ao-empresariado
 6. www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/04/governo-lanca-programa-de-apoio-ao-sucesso-dos-empresarios
 7. <http://porvir.org/ideation-leva-turne-de-empresariado-universidades/20150603/>
 8. <http://porvir.org/porfazer/escola-de-empresariado-ajuda-desenvolver-talentos/20150309>
 9. www.abstartups.com.br
 10. www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1648568-garota-de-10-anos-ja-lucra-com-incubadora-de-start-ups-para-criancas.shtml
 11. *Folha de S.Paulo*, de 28 de junho- Garota de dez anos já lucra com incubadora de startups para crianças - www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1648568-garota-de-10-anos-ja-lucra-com-incubadora-de-start-ups-para-criancas.shtml
 12. www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/06/cresce-numero-de-brasileiros-que-querem-ter-o-proprio-negocio-revela
 13. <http://info.endeavor.org.br/eub2014>



O descompasso entre universidade e realidade empresarial¹

Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a gente.

A gente muda o mundo na mudança da mente.

E quando a mente muda a gente anda pra frente.

(Gabriel, o Pensador)

Escrevemos recentemente neste Blog que o empreendedorismo, apesar de muito badalado, é pouco expressivo no ensino superior e que a realidade diverge bastante do que é divulgado. Não há programas efetivos que exercitem os estudantes a aplicarem o que aprenderam nas salas de aula.

Atualmente, vêm ocorrendo mudanças nas demandas sociais, econômicas e culturais que transformam a cada instante a realidade empresarial e o mercado de trabalho, obrigando os países a repensar completamente seus sistemas educacionais para vencer o desafio de preparar profissionais para um novo contexto.

Todos falam em diretrizes curriculares e em avaliação, mas poucos se preocupam com a aprendizagem dos alunos e com o uso das competências porventura adquiridas.

Conhecer o processo empresarial é de fundamental importância na formação do jovem, que, em geral, tem professores, na sua expressiva maioria, acadêmicos e pouco práticos. Resultado: as universidades formam todo ano profissionais despreparados para a realidade do mercado.

Somente com uma mudança estrutural e cultural, o atual sistema universitário, hoje distante das necessidades das empresas, terá condições de se adaptar à

nova realidade. As instituições não estão aptas a priorizar a empregabilidade e o empreendedorismo nos projetos curriculares dos cursos.

Há aulas que poderiam ser aproveitadas com efetividade pelas atividades complementares, propiciando aos estudantes uma visão mais ampla e abrangente, não só dos cursos que fazem, tais como administração, contabilidade, marketing, direito, economia, como também das matérias de utilidade prática em qualquer atividade e/ou fase da vida profissional. Não se consegue dar algo consistente, porque o tempo é pouco e a preocupação do aluno fica centrada no que “vai cair na prova”. O estudante acaba por se formar no cadinho da decoreba em busca exclusivamente do diploma, que não é – e nem nunca foi – passaporte para o emprego.

A política acadêmica não acompanha o mercado, não forma profissionais competitivos, e as empresas não investem em programas de estágios e *trainees*.

De acordo com o “Estudo Global sobre a força de trabalho – 2014”², realizado pela *Towers Watson*, 40% dos 32 mil empregados entrevistados estão plenamente engajados, comprometidos com o alto desempenho das empresas, e dispostos a dedicar maior esforço pessoal para que os objetivos previstos sejam alcançados. Já 26% se revelaram decepcionados ou não engajados e disseram que pretendem deixar as empresas em que trabalham nos próximos dois anos.

As empresas deveriam buscar compreender seus funcionários, da mesma forma como procuram entender seus clientes. Existe um descompasso entre o esforço que os empregados estão dispostos a fazer e a eficácia das empresas no direcionamento de recursos visando ao engajamento da força de trabalho.

A realidade é que existem mudanças extraordinárias em todos os cenários a indicar – aonde elas ainda não chegaram, ou não foram incorporadas – que elas precisam ser assimiladas com urgência, seja na universidade, na família ou no trabalho.

A geração Y³ já está pedindo chances. O “aluno-ponte” (adaptação do termo “jovem-ponte”⁴, que surgiu em um projeto realizado pela agência *Box1824*⁵ chamado “Sonho Brasileiro”) quer descer de “cima do muro” para participar e efetivamente exercer seu papel.

O Sonho Brasileiro é uma ação de responsabilidade social que envolve pesquisa sobre os sonhos da nova geração de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos com o objetivo de conectá-los visando ao compartilhamento de suas ideias. Desses jovens, que representam 25 milhões de pessoas, cerca de 8% são constituídos de “jovens-ponte”, capazes de criar “microrrevoluções” em suas ruas, universidades, bairros, cidades, de ser agentes de mudança, catalisadores de ideias e realizadores de sonhos e transformações sociais.

O futuro é agora, ao menos para o Brasil. A cada década, uma nova geração de jovens ávidos por mudanças tem a oportunidade de imprimir sua marca nos rumos do país. Apesar do atual quadro econômico nacional – reflexo também de uma crise em escala mundial –, houve nos últimos anos um massivo crescimento econômico, e a sociedade e a cultura brasileiras têm conquistado respeito e admiração internacional. Isso pode ser comprovado por matérias em publicações estrangeiras sobre os mais distintos assuntos ligados à nossa identidade multiétnica. O reflexo dessa transformação, de acordo com a pesquisa “O sonho brasileiro”, pode ser percebido na mentalidade da juventude, que por meio de pequenas ações coletivas está empreendendo “microrrevoluções” cotidianas.

O portal de tendências WGSN publicou, complementarmente, no início de abril, parte dos resultados apresentados por Carla Albertuni, diretora de inovação da *Box1824*, no Festival SXSW. Esses resultados podem ser vistos no vídeo “Sonho Brasileiro – Manifesto”⁶ e trazem inúmeras constatações sobre a “juventude-ponte”. Segundo o estudo, 76% dos jovens mencionados acreditam que o Brasil está mudando para melhor, assim como 89% deles têm orgulho de sua nacionalidade. O argumento em que se baseia a transformação é o da “hiperconexão”.

A geração que nasceu entre o fim da década de 70 e o começo dos anos 90 é a primeira 100% globalizada – a vida real dificilmente se desvincula hoje da virtual.

Apesar de não apresentar os pontos negativos dessa relação quase simbiótica entre homem e máquina, o estudo atesta que um número incontável de iniciativas surge por meio do compartilhamento de ideias possibilitado pela rede: “[...] a hiperconexão leva o jovem a acreditar no poder realizador de um novo tipo de pensamento coletivo, onde pensar no outro não exclui pensar em si mesmo”. Dos entrevistados pela *Box1824*, 50% afirmam se sentir mais ligados a raciocínios coletivos. Essa noção de coletividade origina toda uma nova interação social, onde um cidadão comum se sente capaz de empreender as mudanças em sua comunidade.

A força motriz dessa mudança na mentalidade da “geração-ponte” é, além da “hiperconexão”, a possibilidade de sonhar grande, mas em conexão com a realidade. Entre os jovens brasileiros na faixa de 18 a 24 anos, se concentram em 8% (cerca de dois milhões) as “cabeças” que lideram a transformação, mesmo que de forma silenciosa, e por isso são nomeados pelo estudo de “jovens-ponte”. Ao agir como um catalisador de ideias, esse “jovem-ponte” influencia mais pessoas e até instituições, possibilitando um diálogo entre mundos aparentemente paralelos.

Deixamos então alguns questionamentos: O sistema universitário está pronto e preparado para compreender esses novos conceitos? O corpo docente está disposto a deixar a sua “zona de conforto” para buscar entendê-los? Os dirigentes compartilham do desafio de vislumbrar o que desejam os jovens e de apoiar a elaboração de projetos institucionais e de cursos para atender às suas aspirações e sonhos?

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 04.08.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=9873
 2. www.towerswatson.com/pt-BR/Insights/IC-Types/Survey-Research-Results/2014/08/estudo-global-sobre-a-forca-de-trabalho-2014
 3. Geração Y é a geração das pessoas que nasceram após os anos 80. São as pessoas conhecidas também por serem chamadas de geração do milênio ou geração da Internet, que surgiu exatamente por essa época. Geração de jovens nascidos entre o fim da década de 1970 e a metade da década de 1990. Ela também faz parte da cultura Yuppie, que representa uma grande parte da geração Y.
 4. Pessoas com pensamento coletivo e poder realizador.
 5. <http://www.box1824.com.br/>
 6. <https://vimeo.com/30918170>



A crise brasileira, as instituições de ensino e a formação para a cidadania¹

Precisamos formar homens fortes. O indivíduo forte é aquele que resiste, que o faz exatamente como homem, palavra que precisa urgentemente voltar à moda. O indivíduo forte é aquele que, diante da iniquidade, do erro ou do vazio, se levanta, que diante do futuro é capaz de escolher por si mesmo, e que elabora a sua visão de mundo, de seu próprio país, de seu lugar, de sociedade, dele próprio como ser atuante. É essa a fortaleza do homem e da cidadania.

(Milton Santos)²

Na última reunião do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (Fórum) houve unanimidade em se considerar que a crise que atinge o país em todos os setores produtivos é a mais grave dos últimos trinta anos. Considerou-se ainda a importância de uma manifestação do Fórum visando informar à sociedade o pensamento de seus membros sobre o momento que o país atravessa.

Recomendou-se que especialistas em políticas públicas e desenvolvimento de nossas instituições de ensino superior (IES) fossem consultados para analisar as razões da crise e apontar soluções para os problemas, embora se soubesse de antemão que o resultado final dos estudos pretendidos iria guardar similaridades com tudo o que vimos analisando, discutindo e que, também, chega até nós pelos meios de comunicação de massa.

Numa tentativa de síntese, podemos dizer que a situação econômica brasileira não vai bem e que vem causando muita preocupação a toda a

população, especialmente aquela que depende do seu próprio trabalho para garantir seu sustento. Por sua vez, os empresários adiam seus investimentos e os novos empreendedores aguardam momentos menos incertos para implantar e desenvolver seus projetos.

As causas da atual situação são inúmeras. A primeira delas é a total falta de investimentos em infraestrutura, que impede o país de ser competitivo tanto no ambiente interno quanto no externo.

A segunda resulta da falta de planejamento estratégico de longo prazo para nossa economia. O governo trabalha com uma estratégia de reação aos fatos, uma verdadeira operação “tapa-buracos”, e adota medidas emergenciais para tratar de problemas pontuais.

A terceira – e talvez a mais grave de todas – é a submissão da pauta da política econômica à da política partidária. Isso tem levado a uma desestruturação da máquina pública em prejuízo de todos os setores da sociedade, como a educação, a saúde pública, a segurança e, obviamente, os setores econômicos produtivos.

A quarta é a falta de confiança no governo. Com os escândalos se acumulando e a sensação de impunidade aumentando, os governantes, ainda que bem-intencionados, não têm credibilidade suficiente para contar com o apoio dos diversos setores da economia nacional.

Que a economia brasileira vai mal, todo mundo reconhece, mas as perguntas que precisam ser respondidas são: De que forma e com quais instrumentos podemos contar e nos preparar para enfrentar e vencer o desafio de levar o país de volta ao eixo do crescimento? Quais são o papel e a lição de casa que cabe a cada um de nós executar para sair desse sufoco?

E, ao examinarmos essas quatro causas e/ou desafios, chegamos à conclusão de que o sistema particular de ensino só tem condições de atuar em uma delas, que é a de aprimorar a formação de seus estudantes, aperfeiçoando-os não só na aquisição de competências e habilidades em suas escolhas profissionais, como também – e principalmente – na formação para a cidadania.

Da mesma forma como nos empenhamos para que os sistemas empresarial e de serviços possam buscar os talentos de que necessitam para o desenvolvimento de suas organizações, precisamos formar cidadãos com valores e princípios e conscientes de seus deveres cívicos, que lhes proporcionem condições para que saibam escolher seus representantes políticos entre as pessoas mais qualificadas para resolver os problemas do país. E se fizermos uma autocrítica, verificaremos que as nossas práticas educativas ressentem-se muito de formação da consciência crítica, cívica e política e de formação para a cidadania. Em outras palavras, as nossas instituições precisam formar o cidadão consciente de seu lugar na sociedade e de seus direitos e deveres.

O ambiente político nos últimos anos, lamentavelmente, tem se pautado mais pelas disputas internas de poder do que pelo compromisso com as reformas que são indispensáveis para o desenvolvimento do país.

É imperioso reconhecer que os cargos eletivos ultrapassaram o simples, porém importante, *status* de uma função pública temporária para se tornarem fontes de influência, quando não de obtenção de vantagens financeiras. Essa situação acirrou os embates políticos numa demonstração clara da cobiça de indivíduos pela perpetuação no poder, apoiados no respaldo conferido pelas urnas.

Desse modo, tem-se observado a perpetuação da corrupção na máquina pública, que põe no lixo a ética e a moral, que faz uso indevido do poder, que concede cargos aos “apadrinhados políticos” e que manipula o processo legislativo para fins pessoais ou partidários.

De seu lado, o Estado mantém sua sina de gastar recursos financeiros com a remuneração de políticos, cuja maioria não possui as mínimas condições éticas e morais condizentes com as responsabilidades e a importância do cargo que ocupam.

Vivenciamos uma crise de legitimidade das instituições políticas e sentimos um profundo mal-estar com as diferentes concepções que seus membros têm da democracia no país. O problema central, portanto, parece ser o da

falta de confiança da população com os seus representantes, que acaba por abalar, e mesmo por não reconhecer, a legitimidade política das instituições.

Existe assim uma crise da própria democracia. Essencialmente, os cidadãos não se sentem mais representados nem pelos partidos políticos nem pelos governantes. Esta crise se mostra visível, especialmente entre os jovens brasileiros.

As pesquisas dos órgãos de opinião revelam um alto índice de desconfiança da população com os partidos políticos e com os seus representantes, constatando que:

1. A democracia dita representativa está abalada, em crise, e nada mais tem de representativa, nem mesmo estatisticamente. Esta verdadeira aberração ocorre nos âmbitos municipal, estadual federal;
2. Para ocupar qualquer cargo em empresas, exigem-se dos candidatos habilitação, qualificação e experiência. No que se refere ao exercício de um cargo político, nada disso é exigido ou cobrado – apenas que saiba ler e escrever. E eles concorrem usando os meios de que dispõem, entre os quais dinheiro, influências, mentiras, calúnias, sabotagens, boicotes, pressões, infidelidade, promessas mirabolantes e enganos, entre outros;
3. A cidadania implica e exige participação. Para tanto, é necessário um mínimo de consciência cívica e de conhecimento do que está acontecendo. Temos um viés muito forte em relação à realidade política e à estrutura e funcionamento das organizações da sociedade. As pessoas, descrentes, preferem manter distância dessa realidade cruel e, eximindo-se do envolvimento de qualquer comprometimento e participação social, ficam cada vez mais alienadas;
4. A falta de conhecimento e de prática do princípio do bem comum abre caminhos para a falta de cidadania e a prevalência de uma situação onde o importante é tirar proveito individual. Isso se

torna evidente quando aqueles que se elegem agem como se fossem proprietários e não construtores do bem comum.

Por tudo isso, saber votar é importante. No Brasil, a política e tudo o que a cerca tornou-se sinônimo de corrupção para um grande contingente de brasileiros. Como consequência, o eleitor, descrente e afastado do valor ético e político do sufrágio, vota apenas para cumprir um ato de caráter obrigatório e não de cidadania.

O desprezo à classe política confere também ao voto um caráter de protesto que resulta na eleição de artistas e cantores famosos despreparados, ao lado de figuras caricatas, com plataformas no mínimo jocosas que desvirtuam o espírito da democracia representativa. E o pior é que, pelas leis atuais, essas pessoas, com suas votações expressivas, carregam outras, muitas vezes desconhecidas, e que também não possuem as mínimas condições e qualificações para figurar no palco da representação política.

Para mudar essa situação, torna-se necessária uma ruptura com tal paradigma conceitual, ou seja, o cidadão deve acreditar e dar mais valor cívico a seu voto, adquirindo conhecimento dos candidatos e do processo eleitoral. Esse é o princípio da transformação social de que precisamos.

Parte dessa mudança comportamental está relacionada ao modo como os sistemas de ensino – do fundamental ao superior – enfocam a noção de cidadania, da importância do sistema político e, por consequência, do voto. Muitas instituições de ensino têm inserido noções de cidadania como tema transversal obrigatório a ser utilizado, de forma multidisciplinar, em espaços de aprendizagem, tais como aulas de história, geografia, filosofia, matemática e outras.

Já se pode notar uma mudança na escolha dos representantes de turma, que antes eram uma espécie de ratificação da popularidade de determinados estudantes mais articulados. Em muitas instituições, o processo passou a ser um ritual pragmático e importante, que leva em consideração o passado, a capacidade intelectual e as efetivas propostas

que o aluno candidato tem a oferecer a seus eleitores, num evidente exercício de cidadania que todos já começam a praticar e exigir.

É exatamente esse o papel que se espera dos sistemas de ensino para que se possa voltar a trilhar o caminho iniciado pelo Brasil, a passos tímidos, após o regime militar, em busca da consolidação de seu processo democrático. Caso contrário, assistiremos à perpetuação do sistema vigente, que se traduz na formação de alunos passivos, alienados e que se transformarão, no futuro, em eleitores não comprometidos e que apenas “depositarão” seus votos sem antes debater e conhecer as propostas ou o valor ético dos candidatos que se apresentam na disputa. Devemos formar homens fortes e cidadãos conscientes, como nos ensina Milton Santos.

Nesse cenário, a escola adquire importância fundamental na consolidação da cidadania, no envolvimento da sociedade quanto à atuação na vida política brasileira, participando nos debates de cunho social, nas abordagens das diferentes propostas e pautas de trabalho que mostram a importância da democracia e do voto já nas séries iniciais, fazendo desse comportamento o ponto seminal para um futuro promissor, de cidadãos conscientes do seu papel de protagonistas na construção de um Brasil mais justo e solidário.

Essa é a lição de casa que a educação deve ter como meta para consolidar e aperfeiçoar em suas práticas educacionais o verdadeiro sentido do processo democrático.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 11.08.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=9921
 2. *ABMES Cadernos*, n. 1. Brasília: ABMES Editora, 1988.



Economia colaborativa não é o futuro, é o agora!¹

Le cabe a cada uno dar el primer paso en dirección a una cultura en que empresas y personas puedan colaborar cada vez más unas con otras, iniciando una relación de interdependencia, cuidado y reciprocidad. Este nuevo patrón de interacción colaborativa demanda la formación de nuevos tipos de liderazgos que funcionen en una lógica más dinámica y basada en la participación. Solo así será posible formar empresas con propósito, que sean válidas y que generen real valor a la sociedad como un todo.

(Tomás de Lara)²

Há cerca de dez anos, li na revista *Carta Capital* uma matéria sobre pequena cidade italiana onde seus moradores trocavam serviços, usavam o tempo prestado como valor de moeda e, para disciplinar as transações, criaram o Banco do Tempo. Com essa referência, fui à *Wikipédia* e obtive informação mais exata sobre o “banco”:

(...) Consiste na ajuda mútua de pessoas, de uma cidade ou de um bairro, que fazem serviços comunitários em troca de outros serviços. A capitalização é de serviços, nunca de dinheiro, pois não se visa o lucro. É um sistema de troca de serviços por serviços ou de favores por favores. Propõe fomentar as relações sociais e a igualdade entre diferentes camadas econômicas. O uso desse tipo de economia pode resolver vários problemas presentes na economia de mercado. Atualmente, esses projetos são melhorados com o apoio da tecnologia da informação.

No entanto, atividades como compartilhar o carro, a furadeira e a casa; encontrar quem fique com o seu cachorro enquanto você viaja; trocar aulas de inglês por outras de guitarra e compartilhar tecnologia geram desconfiança natural, porém incômoda. Nessa hora, o papel das plataformas tecnológicas é decisivo, pois elas são capazes de desenvolver mecanismos de confiabilidade, seja verificando documentos, seja oferecendo fichas de avaliação dos serviços.

Rachel Botsman³ – líder do pensamento global sobre o poder da colaboração e do intercâmbio por meio das tecnologias digitais para transformar a forma de viver, trabalhar, financiar e consumir, além de autora do livro “O que é meu é seu” – afirma que “a reputação será a moeda de troca que diz que você pode confiar em mim”. Segundo Botsman, se o maquinário era o capital mais precioso da Era Industrial, a reputação é o ativo mais valioso da economia colaborativa.

A economia colaborativa ou compartilhada tem florescido pelo mundo todo, é bem ativa em Portugal⁴, e vem chegando, ainda que timidamente, ao Brasil. Esse tipo de economia representa uma forma de usar a tecnologia para várias finalidades, entre as quais fazer negócios entre pessoas (*peer-to-peer*), economizar, ganhar renda extra, promover a sustentabilidade e, até mesmo, renovar a fé na humanidade. Em outras palavras, a economia colaborativa permite repensar social e economicamente as formas de organização das pessoas e definir o que elas esperam dessas relações.

Esse tipo de economia se materializa em três modelos: prestadoras de serviços, fomentadoras de mercado e provedoras de plataformas. Trata-se de um movimento descrito como a principal tendência econômica do século XXI, considerando que conecta desconhecidos com interesses e necessidades comuns e utiliza, numa escala sem precedentes, redes sociais e aplicativos, facilitadores do compartilhamento e da troca de conhecimentos, serviços e objetos. Há quem atribua à economia colaborativa o poder de reduzir o desperdício, aumentar a eficiência

no uso dos recursos naturais, combater o consumismo e até reduzir a desigualdade social no mundo.

O consumo colaborativo sempre existiu, seja entre amigos ou famílias. Hoje, com a difusão tecnológica e modernos sistemas de reputação para gerar confiança, vemos diversos setores econômicos absorvendo o novo modelo e superando crises financeiras.

Além de transformar pessoas em microempreendedores, possibilitar que ganhem dinheiro e que economizem a partir de seus ativos, a economia colaborativa gera conexões entre estranhos, resgata o caráter humano das transações e deixa de tratar as pessoas apenas como consumidores.

Ao suplantar premissas como a competição e a posse de bens, a economia colaborativa se desdobra em um universo novo e vasto. Outra forma de sociedade emerge baseada na informação e no conhecimento, na qual o acesso é mais importante do que a posse. A esse respeito, Dora Kaufman, pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), citada por Diego Viana⁵, explica que:

alguns autores creem que o trabalho e a posse dos bens não são mais o centro da estrutura social, e que o contexto geral do intercâmbio social e econômico, que foi competitivo na era industrial, será colaborativo.

Apenas para se ter uma ideia de onde a coisa pode chegar, a plataforma *Airbnb* – oferta de cômodos vagos e imóveis para locação por temporada e segunda maior *startup* do mundo, só atrás do *Uber* – tem hoje um valor de mercado de US\$ 12 bilhões, superior ao de grandes grupos hoteleiros como o *Hyatt*, por exemplo. Só em 2014, segundo a revista *Forbes*, os empreendimentos colaborativos movimentaram mais de US\$ 110 bilhões em todo o mundo.

Se no século XX a invenção do crédito transformou o nosso sistema de consumo, no século XXI as novas redes de confiança e o capital de reputação vão reinventar as formas de pensar a riqueza, os mercados, o poder e a identidade pessoal de uma forma que ainda nem conseguimos

imaginar. Assim, as empresas existentes devem repensar seus negócios para evoluir com seus clientes e não serem atropeladas por eles.

Philip Kotler, professor de Marketing Internacional na *Kellogg School of Management*⁶ da *Northwestern University*⁷, explica a evolução ao longo do tempo dos modelos econômicos e estratégicos, classificando-os em “quatro ondas”: na primeira, a Era Agrícola, o capital mais importante era a terra; na segunda, a Era Industrial, o maquinário assumiu o papel principal; na terceira, a Era Informacional, a tecnologia e a informação se tornaram os bens principais do negócio; e na “quarta onda” – que se levanta agora – a criatividade, o meio ambiente e a cultura têm grande importância.

Com a transformação gerada pelo mundo digital e a conexão cada vez maior de informações e de pessoas, a partir da quarta onda, o consumidor/cliente deixou de ser uma abstração, tornou-se mais ativo e ganhou *status* definitivo de ser humano.

Nesse contexto, as instituições de ensino superior (IES) devem conhecer cada vez mais os princípios básicos que regem a economia colaborativa, não só como um caminho muito grande para inovar como também preparar os seus alunos para viverem em situação real a “quarta onda”, tornarem-se empreendedores e ganharem o mercado. Se a sociedade, o consumidor e o relacionamento com o cliente/consumidor estão mudando, as IES também precisarão mudar seus métodos de ensinar e suas interações com a tecnologia da informação, com o mercado e com o mundo, visando fomentar as relações sociais e a igualdade entre os diversos setores da economia.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 15.09.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=10088
 2. Empreendedor social e “netweaver” (tecelão de redes de negócios) por vocação, Tomás co-fundou a *Engage* (empresa de estratégia e tecnologia para projetos de inovação social que co-fundou o Catarse, maior plataforma de financiamento coletivo do Brasil). www.brasilpost.com.br/tomas-de-lara

3. Rachel Botsman escreve e fala sobre o poder da colaboração e compartilhamento através de tecnologias de rede, e em como ele irá transformar o negócio, o consumismo e o modo como vivemos. www.ted.com/speakers/rachel_botsman
4. www.bancodotempo.net/pt
5. www.envolverde.com.br/opiniao/artigos2015/o-furo-do-capitalismo
6. https://en.wikipedia.org/wiki/Kellogg_School_of_Management
7. https://en.wikipedia.org/wiki/Northwestern_University



Crowdfunding arrecada milhões na internet¹

Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade.

(Raul Seixas)

A jornalista Jéssica Nascimento noticiou no mês de julho, no site UOL, que a estudante baiana Geórgia Gabriela da Silva Sampaio, de 19 anos, fora aceita em nove faculdades dos Estados Unidos². Ela havia desenvolvido pesquisa para diagnosticar a endometriose e, por esse feito, foi premiada pela Universidade Stanford. Filha de cabeleireira e de pequeno comerciante, sem recursos para viajar, a jovem precisou fazer uma “vaquinha *online*” para arrecadar a quantia que lhe permitisse pagar a passagem para a universidade, comprar livros, adquirir roupas para o inverno e manter-se alguns meses até conseguir trabalho. No Brasil, não havia conseguido nenhum apoio para seu projeto e, por isso, precisou ir ao exterior para dar continuidade ao trabalho.

Tenho lido, cada vez mais, sobre jovens universitários que procuram formas alternativas para financiar seus projetos. São alunos que alimentam sonhos de ser empreendedores. Não querem mais simplesmente um emprego; querem, sim, ter seus próprios negócios, enfrentando todos os riscos que a opção lhes reserva. Querem ser protagonistas do desenvolvimento econômico. Intuem que são as empresas nascentes, e não as consolidadas, que conduzem o desenvolvimento de novas tecnologias.

A razão para isso é que as empresas consolidadas se mantêm “muito próximas” de seus clientes e consumidores, atendendo rotineiramente suas necessidades, sem inovar. Por isso as empresas nascentes – as *startups* – são fundamentais: ao ignorarem as necessidades imediatas

dos consumidores e ao desenvolverem tecnologias disruptivas, criam novas demandas e novos mercados.

Dessa forma, o comportamento das grandes empresas acaba por vir a ser autodestrutivo, uma vez que a tecnologia das entrantes ameaça os mercados consolidados.

No entanto, as pequenas empresas e os empreendedores iniciantes têm limitadas opções de financiamento, pois empréstimos bancários são, muitas vezes, negados devido à falta de garantias e de histórico comprovado. Por isso, o *crowdfunding* – uma das vertentes da economia colaborativa – tem sido a “bola da vez” para preencher essa lacuna na captação de recursos, pois conecta ao público em geral empresas/empreendedores marginalizados pelas fontes tradicionais de financiamento.

No *crowdfunding* há a participação coletiva voluntária de indivíduos por meio de pequenas contribuições individuais, não só para solução de problemas pessoais, como os da Geórgia e de centenas de outros, mas também – e principalmente – para empreendimentos comerciais.

Embora esse fenômeno seja relativamente novo, práticas similares já se empregavam há séculos: Mozart e Beethoven financiaram concertos e publicações de novas partituras por meio de adiantamentos de centenas de pessoas interessadas; a Estátua da Liberdade foi financiada por pequenas doações de americanos e franceses; e os recursos para a construção do nosso Cristo Redentor foram obtidos por meio de uma campanha de arrecadação de fundos.

A diferença fundamental é que o despontar recente do *crowdfunding*, sobretudo o de recompensas, está relacionado ao desenvolvimento da internet. Neste tipo, os criadores exibem sua ideia em um *website* voltado para a captação de doações coletivas, as chamadas plataformas. Informam a quantia necessária para que o projeto se realize e o prazo para concretizá-lo, e, se o objetivo for atingido, oferecem recompensas aos apoiadores. Trata-se, assim, de um tipo de capital empreendedor cujo

método de captação de recursos se dá através da internet pelo aporte de recursos advindos da coletividade dispersa.

Desses três elementos indispensáveis ao êxito de uma campanha de *crowdfunding* — o proponente do projeto, os apoiadores e a plataforma —, o papel desta última é crucial, pois, sem ela, os demandantes não seriam capazes de alcançar um elevado número de apoiadores para viabilizar o financiamento.

Existem atualmente no Brasil 64 plataformas de *crowdfunding* em atividade em diversas áreas, como entretenimento, cultura, projetos pessoais, meio ambiente, desenvolvimento de novos produtos, entre outros.

Reportagem de *O Estado de S.Paulo*, de 6 de setembro “Em meio à crise, plataformas de financiamento coletivo arrecadam mais”³, contabiliza números em relação a esses *websites*: US\$ 34,4 bi devem ser arrecadados por eles em 2015 no mundo; 42% dos *sites* de *crowdfunding* estão ativos no Brasil; R\$ 603 mil foram o maior apoio a um projeto conseguido na plataforma brasileira *Catarse*⁴. Lançado em 2011, esse *website* conta com mais de 235 mil apoiadores, que já injetaram R\$ 34 milhões em projetos.

Segundo o *The Crowdfunding Industry Report 2015*, maior pesquisa anual sobre a indústria do *crowdfunding*, conduzida pela *Massolution*, empresa norte-americana que pesquisa e presta assessoria ao setor, o faturamento global do *crowdfunding* cresceu 167% em 2014, atingindo US\$ 16,2 bilhões, com 1.250 plataformas pesquisadas. A previsão para 2015 é que o valor dobre novamente.

A possível explicação para o fenômeno do *crowdfunding* está na palavra de ordem do novo milênio: colaboração. O que incentiva apoiadores a financiarem as campanhas de *crowdfunding* é a possibilidade de participar da criação de um produto, do apoio a uma causa e do sentimento de pertencimento ao grupo — além, é claro, do interesse pela recompensa.

Popularizar a impressão em três dimensões no Brasil foi outro exemplo de três estudantes de engenharia da Universidade de São Paulo quando fundaram, em 2012, a *Metamáquina*, uma das empresas pioneiras na fabricação de impressoras 3D de baixo custo no Brasil. Os sócios inspiraram-se nas visitas a *hackerspaces* europeus – oficinas colaborativas que reúnem capital intelectual para o desenvolvimento de tecnologia em conjunto – permeados sempre pela ideologia do *software* livre e do *hardware* aberto, o que na prática significa que qualquer indivíduo com conhecimentos e material necessário pode fabricar e customizar aparelhos eletrônicos, inclusive impressoras 3D. Para viabilizar o projeto e iniciar um negócio, foi necessária a realização de uma campanha de *crowdfunding* de recompensas, e o site “Catarse” foi a solução. Foram arrecadados R\$ 30.036, quantia que superou em perto de 30% a meta pretendida pelos estudantes⁵.

O que se pediu a esses jovens, além de inteligência? Exigiram-se planejamento, disciplina, visão empreendedora e coragem para enfrentar desafios, coisas que podem ser promovidas/estimuladas nas nossas instituições de ensino superior. Em outras palavras, o dia a dia, a mesmice e a rotina matam a criatividade e a inovação e são barreiras para o desenvolvimento e o progresso.

Estivessem nossos estudantes universitários preocupados e/ou envolvidos com projetos reais para mostrar o que são capazes de fazer — o que tem tudo a ver com a abordagem do *design thinking* —, não se estaria perdendo tempo com cursos preparatórios para responder as questões do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que não levam a lugar algum. Cá entre nós, projetos reais não classificariam com mais objetividade do que as avaliações do MEC?

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 29.09.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=10109
 2. <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/07/17/jovem-passa-em-nove-universidades-dos-eua-e-arrecada-dinheiro-para-viagem.htm>
 3. <http://blogs.estadao.com.br/link/em-meio-a-criese-plataformas-de-financiamento-coletivo-arrecadam-mais>
 4. www.catarse.me/pt/start
 5. <http://classificados.folha.uol.com.br/negocios/2015/09/1686796-plataformas-de-financiamento-coletivo-ajudam-a-concretizar-negocios-veja-dicas.shtml>



Cidades criativas — importância no desenvolvimento urbano e regional¹

Muitas cidades têm projetos inovadores, mas isso não significa que elas sejam criativas. É preciso pensar a cidade como algo que faz parte da vida das pessoas.

(Charles Landry)²

As cidades, principalmente as grandes, em razão da sua geografia e do ambiente natural e cultural e humano, encontram na organização de seu espaço físico a vocação para o lazer e turismo. Todos conhecem a atração das cidades litorâneas não só pelas suas belas praias, mas também pelo polo de negócios de seus portos. Da mesma forma, há regiões que, por sua história, cultura e monumentos, atraem visitantes de todo o mundo, bem como outros lugares, que são conhecidos por serem polos industriais, comerciais, religiosos, tecnológicos ou esportivos.

Espaços recreativos e culturais são importantes para seus moradores e mais valiosos para visitantes estrangeiros como fonte de negócios e de desenvolvimento.

No artigo que escrevi para este blog “Indústrias Criativas — A Bola da Vez...”³, comentei sobre um grande evento — a *3ª Semana do Design do Rio* — em cujo conteúdo abordei a indústria criativa e pouco destaquei a divisão do Rio de Janeiro em distritos criativos, parte de uma política pública desenvolvimentista exitosa, aliada à transformação urbana extraordinária promovida pelo Programa Porto Maravilha, que tem como propósito oferecer à população da Região Portuária, ruas revitalizadas, equipamentos culturais modernos, além de promover maior integração entre meios de transporte, criar

espaços para o lazer e para o pedestre e promover o turismo em alta escala. Trata-se de um dos maiores projetos do Rio que, desde 2009, vem requalificando uma de suas mais importantes regiões. As transformações envolveram a demolição do Elevado da Perimetral — importante símbolo de uma cidade voltada para carros e que durante anos contribuiu para a degradação da região — a revitalização da Praça Mauá e a criação de novos pilares culturais, como o Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã e até a construção de um *boulevard* em plena Avenida Rodrigues Alves.

Tendo em vista esse grande projeto na cidade do Rio de Janeiro, é importante abordar o conceito de cidades criativas, que surge pela primeira vez nos anos 1980, na Europa, como solução para a crise industrial, econômica e cultural. Segundo Charles Landry, qualquer cidade possui mais recursos do que se imagina. Só é preciso criatividade para que as zonas urbanas se abram à cultura, desenvolvendo ações culturais singulares e gerando espaços de trocas solidárias. Assim, as cidades podem revitalizar sua economia e garantir o bem-estar a seus habitantes.

Quando pensamos em crise, como a que atravessamos atualmente, em geral nos referimos às indústrias fechadas, ao desemprego, ao mercado de ações, às manifestações de cidadãos encolerizados vivendo em casas abandonadas porque não conseguiram quitar suas dívidas com bancos e empreiteiras. Quase nunca pensamos nos novos modos de desenvolvimento e nos modelos econômicos que podem vir a ser gerados, tais como as cidades criativas.

Em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lançou a Rede de Cidades Criativas, cujo objetivo é promover a diversidade cultural e incentivar a valorização do potencial criativo, social e econômico de coletividades locais. Hoje, 69 cidades (duas no Brasil — Curitiba e Florianópolis), em 32 países, partilham suas experiências em sete setores das indústrias criativas: literatura, cinema, música, artesanato e arte popular, *design*, arte digital e gastronomia.

Segundo Ana Carla Fonseca Reis⁴, as cidades criativas apresentam três características. A primeira é a sua capacidade de produzir inovações que não se restringem às que ocorrem em laboratórios ou polos tecnológicos, mas envolvem também inovações sociais e soluções para problemas, os mais diversos. A segunda está representada por conexões de natureza profundamente variada entre: as áreas da cidade; a cidade e a sua história; a cidade e o mundo; o público/privado e a sociedade civil; e as chamadas áreas do saber. A terceira permite olhares diferenciados na busca de soluções para novos e velhos problemas.

A cultura, entendida como o conjunto de manifestações com conteúdo simbólico e intangível, tanto pode beber de raízes tradicionais como se alimentar de influências externas, ou, ainda, de ambas, dialogando com as especificidades da cidade, com o que lhe é peculiar e lhe confere caráter único.

Desse modo, para que as cidades possam desenvolver sua singularidade criativa, devem sensibilizar seus cidadãos a ultrapassar a simples reorganização econômica e social. Devem investir no “terceiro lugar”, um local partilhado e “neutro” que fica entre a moradia e o trabalho, um lugar onde o pensamento criativo possa ser liberado, onde pessoas possam se encontrar para se divertir, trocar ideias e relaxar. Investir em novas áreas que até o fim do século passado pareciam secundárias e, sobretudo, não produtivas do ponto de vista econômico, como a cultura, a arte, o esporte, o entretenimento, mas que no século XXI podem dar um novo impulso às cidades e gerar muitos empregos. (É o que está sendo feito no Rio para atração após as Olimpíadas).

A emergência das cidades criativas exige que sigamos uma lógica cada vez mais complementar – local e global, público e privado, dinheiro e satisfação, economia e cultura. De uma organização de saberes em silos – caixinhas impermeáveis, fechadas em si mesmas –, passamos para a era dos times, das equipes, das forças-tarefas, nas quais os olhares se somam e convergem. Das nanotecnologias ao reconhecimento de muitas práticas culturais, surgem novas profissões e carreiras.

A chave para essa nova geografia urbana é a educação. A questão é: que tipo de educação? Ken Robinson, em seu livro lançado em 1999 *“All our futures: creativity, culture and education”*,⁵ salienta que os nossos sistemas educacionais são responsáveis, em grande medida, pela criatividade dos estudantes. Em princípio, qualquer pessoa é criativa, embora em níveis diferenciados. Mas todos podem se tornar mais criativos.

Segundo Pierre Bourdieu⁶, além do capital financeiro importante para comprar coisas, há o capital social, cultural e simbólico. Dependendo da educação que se possui, do círculo de amigos e de suas referências, uma exposição de arte pode significar um monte de rabiscos sem sentido ou um enorme prazer. Boa parte da arte precisa ser aprendida e internalizada para ser apreciada. Dessa forma, as distinções entre classes não se dão somente “por quem tem dinheiro e por quem não tem”, mas também pelo modo como as diversas formas de capital estão disponíveis para cada um. Esse capital cultural intangível também pode ser um irradiador de demanda por pequenos empreendimentos, tais como bares, restaurantes, lojinhas, galerias, serviços especializados, gerando um dinamismo local.

Em um mundo pautado pela busca do diferencial, a valorização do que é intrínseco a uma comunidade ganha maior força. Mas é preciso ter “olho de lince” para perceber oportunidades e divisar onde está a “vocação única” de uma cidade.

Apesar das novas realidades e infinitas possibilidades, será que alguém já pensou em tomá-las como referências para orientar as diretrizes curriculares para o ensino superior brasileiro?

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 17.11.2015 — www.blog.abmes.org.br/?p=10323
 2. Charles Landry é uma autoridade internacional sobre o uso da imaginação e criatividade na mudança urbana. Ele inventou o conceito de Cidade Criativa no final de 1980. Isto se tornou um movimento global e mudou a forma como cidades pensadas sobre suas capacidades e recursos.

3. Publicado no Blog ABMESeduca em 10.11.2015 — www.blog.abmes.org.br/?p=10291
4. www.cultura.rs.gov.br/v2/2012/01/economia-da-cultura-entrevista-com-ana-carla-fonseca-reis
5. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ken_Robinson; <http://sirkenrobinson.com/pdf/allou-rfutures.pdf>
6. https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Bourdieu



Competências e lideranças — inatas ou aprendidas na escola e na vida¹

A sobrevivência e o sucesso da empresa dependem de todos os seus colaboradores, cada um atuando com responsabilidade, comprometimento, autonomia e liderança no espaço que lhe compete. Dependem ainda de pessoas capazes de colocar emoção no que fazem e de despertar emoção ainda maior naqueles que as cercam.

(Hilda Miranda Scarcella)²

Estudei no Colégio Santo Alberto do primário ao colegial e tive a oportunidade de conviver com os modelos de gestão dos diversos “freis” que, no correr dos anos 40, ocuparam o cargo de diretor. Frei Romualdo, professor de religião no primário, de português no ginásio e diretor no colegial, tinha bom trânsito entre os alunos e, mesmo sendo de baixa estatura, era respeitado pela postura de disciplinador. Ele era bom esportista, ótimo professor, excelente administrador, líder religioso entre seus pares e orador invejável nos sermões da Igreja Nossa Senhora do Carmo. Só não foi superior dos Carmelitas porque abandonou a Ordem para trabalhar na administração pública. Os pontos fortes do “frei baixinho” eram inteligência emocional, comunicação, colaboração, motivação, inspiração, carisma, resolução de conflitos, integridade, entre outros.

Lembro-me dele por causa do tema deste artigo, que suscita o seguinte questionamento: quais são as competências que formam líderes? Ou eles são portadores de competências inatas?

Sabe-se que a liderança é a condução de pessoas com o objetivo de transformá-las numa equipe que gera resultados. É, ainda, a habilidade de motivar e influenciar os liderados a contribuir, de forma ética e positiva

e com entusiasmo, para que os objetivos da equipe e da organização possam ser alcançados.

Assim, o líder se diferencia do chefe. Este é a pessoa encarregada das atividades de uma organização, comanda um grupo de pessoas, tendo autoridade de mandar e exigir obediência. Para os gestores atuais, são necessárias não só as competências de chefe, mas, principalmente, as de líder.

Nos últimos anos, parte da bibliografia especializada tem sido criticada por estar mais preocupada com a explicação dos comportamentos de líderes face aos seus colaboradores em vez de examinar os líderes no contexto maior de suas organizações, isto é, na área de abrangência de sua atuação.

Para os estudiosos existem alguns estilos de liderança, quais sejam:

*Liderança autocrática*³. Autoritária ou diretiva na qual o líder — focado apenas nas tarefas — toma decisões individuais, desconsidera a opinião dos liderados, determina as providências e as técnicas para a execução das tarefas de modo imprevisível, estabelece o que cada um deve fazer e determina a constituição *dos grupos*.

*Liderança democrática*⁴. Participativa ou consultiva, caracteriza-se pela colaboração dos liderados no processo decisório. Os próprios grupos debatem e escolhem as diretrizes, esboçam as providências para atingir as metas, sob estímulo, assistência e aconselhamento técnico do líder, que pode sugerir duas ou mais alternativas de atuação. A divisão das tarefas fica a critério dos grupos e cada membro pode escolher os seus próprios companheiros de trabalho. Neste modelo, o líder procura ser um componente normal dos grupos.

*Liderança liberal ou laissez faire*⁵. Significa, literalmente, “*deixai fazer*”⁶. Neste tipo de liderança as pessoas têm mais liberdade na execução dos seus projetos — característica que indica, possivelmente, uma equipe madura, autogerida e que não necessita de supervisão constante. Por outro lado, a liberalidade pode ser também indício de uma liderança negligente e fraca, na qual o líder deixa passarem falhas e erros sem corrigi-los.

*Liderança paternalista*⁷. O paternalismo é uma atrofia da liderança, na qual o líder e sua equipe têm relações interpessoais similares às de pai e filho. Esta liderança pode ser confortável para os liderados e servir para evitar conflitos, mas não é o modelo adequado no relacionamento profissional, considerando que, para o pai, o filho é incondicionalmente mais importante. Em uma relação profissional o equilíbrio deve preponderar e os resultados devem ser mais importantes do que o indivíduo.

*Liderança por ideal*⁸. Estilo de conduzir equipes sem desmerecer os objetivos individuais dos liderados. A cultura organizacional se sustenta nas convicções, valores, filosofia e nos modelos mentais do líder gerando um ambiente de participação e integração dentro dos grupos. O líder, de acordo com o seu ideal, cria um elo entre ele e colaboradores, clientes e cadeia de suprimentos. Neste modelo de liderança enquadram-se, entre outros, Walt Disney (1901-1966), Steve Jobs (1955-2011), Eiji Toyoda (1913-2013) e Sílvio Santos (1930).

No caso específico da liderança na área da educação, é preciso pensar com os olhos voltados para o futuro tal como um estrategista que pensa longe. Assim, conceitos como “colaboração”, “interatividade” e “criatividade” são hoje os mais requisitados.

A busca por novas ideias e soluções deve envolver toda a comunidade acadêmica — alunos, gestores, professores e funcionários — além de famílias, empreendedores e Estado. O resultado é o engajamento dos alunos em aulas mais contextualizadas com a realidade do mundo em que vivem.

Para liderar é preciso dominar competências que só a experiência ensina. Para desenvolver competências é também preciso mobilizar o conjunto de recursos cognitivos, tais como saberes, capacidades, recursos, aptidões e informações para solucionar, com pertinência e eficácia, uma série de situações. Isso porque os indivíduos são constituídos pelas dimensões cognitiva, afetiva e social. Eles desenvolvem competências diferentes, de acordo com as suas experiências de vida e com o contexto em que se situam.

Algumas dessas competências são adquiridas nos processos educacionais. Na escola aprende-se a ler, escrever, contar, raciocinar, explicar, resumir, observar, comparar, desenhar, entre outras habilidades, no contexto estrito das disciplinas, raramente integradas com as situações reais da vida.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aprovou, no relatório final da Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1996, os “quatro pilares da educação”, que envolvem conhecimento, comportamento, conceitos, procedimentos, valores e atitudes. São os seguintes (Educação – um tesouro a descobrir)⁹:

- *“Aprender a conhecer”*. Abrange as dimensões do conhecimento específico, especializado, adquirido pela educação formal;
- *“Aprender a fazer”*. Envolve as dimensões práticas, técnicas e científicas, adquiridas em cursos, treinamentos e/ou experiências profissionais;
- *“Aprender a ser”*. Inclui traços de personalidade e caráter, que ditam os comportamentos nas relações sociais de trabalho, como capacidade de iniciativa, comunicação, disponibilidade para inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade.
- *“Aprender a agir”*. Significa saber trabalhar em equipe, ser capaz de resolver problemas e realizar trabalhos novos, diversificados, que são as capacidades subjacentes à exigência de intervenção ou decisão diante de eventos.

Antoni Zabala e Laia Arnau¹⁰, estudiosos do uso educacional de competências, afirmam que:

A competência, no âmbito da educação escolar, deve identificar o que qualquer pessoa necessita para responder aos problemas aos quais será exposta ao longo da vida. Portanto, a competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida, mediante ações nas quais se mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira interrelacionada, os componentes atitudinais, procedimentais e conceituais.

Concluindo, todas estas questões impõem aos sistemas de ensino e às próprias instituições – por meio de uma liderança democrática orientada por princípios, objetivos e, sobretudo, pela observância dos “quatro pilares” definidos pela Unesco – a definição clara das competências que os estudantes necessitam para ter êxito no mercado do trabalho e na vida.

O mundo se transforma a cada instante e as pessoas precisarão estar preparadas para vencer os desafios cada vez mais complexos do mundo atual.

-
1. Publicado no Blog ABMESeduca em 01.12.2015 – www.blog.abmes.org.br/?p=10420
 2. Professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e da Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul).
 3. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lideran%C3%A7a_autocr%C3%A1tica
 4. https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lideran%C3%A7a_democr%C3%A1tica&action=edit&redlink=1
 5. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lideran%C3%A7a_liberal
 6. <http://knoow.net/cienceconempr/economia/laissez-faire/>
 7. https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lideran%C3%A7a_paternalista&action=edit&redlink=1
 8. https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lideran%C3%A7a_por_Ideal&action=edit&redlink=1
 9. <http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>
 10. Professores da Universidade e autores do livro *“Como aprender e ensinar competências”*, Editora Penso, 2010.
<http://matematicaef2.blogspot.com.br/2014/08/antoni-zabala-competencia-no-ambito-da.html>





Fotos



O homem Gabriel: articulista, criativo, inovador, inquieto, marqueteiro, simbólico, carismático, iluminado, amante do ensino virtual e das novas tecnologias. Político sagaz. Na sua existência, ele se pauta pelo que Thomas Alva Edison tantas vezes ensinou: “O caminho mais certo para vencer é tentar mais uma vez”. (Édson Franco)



1984



2000



2002



2007



2010



2012



2015

A ABMES em seus 30 anos tornou mais visível e notável a contribuição do Ensino Superior particular para o País. A semente de seus fundadores e dos empreendedores da educação contribuiu para trazer ao debate nacional esse trabalho, no qual o sonho e a realidade se fundiram em vida. (Lúcia Mária Teixeira Furlani)



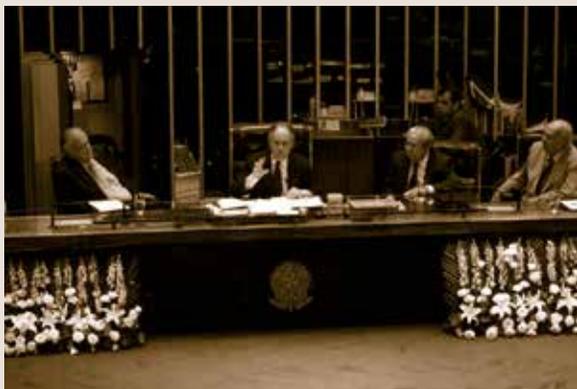
1982



1992



2002



2012

É preciso dar continuidade à luta pelos legítimos interesses das instituições mantenedoras e de suas respectivas mantidas, por meio de uma representação forte do setor privado. (Gabriel Mario Rodrigues)



Getúlio Américo Moreira
Lopes, José Janguê
Bezerra Diniz, Gabriel
Mario Rodrigues e
Carmen Luiza da Silva

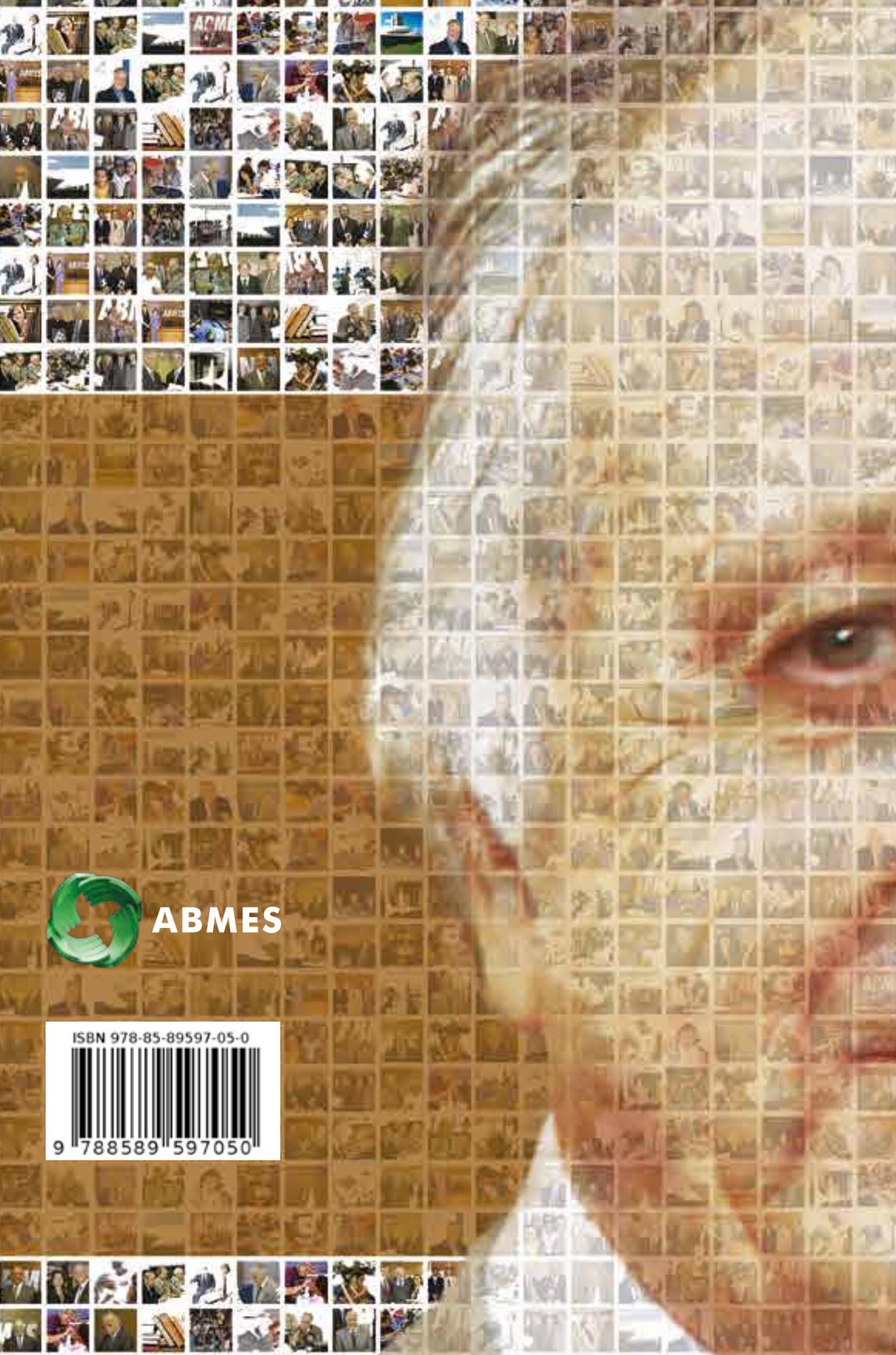


Getúlio Américo
Moreira Lopes, Gabriel
Mario Rodrigues, Édson
Raymundo Pinheiro de
Souza Franco e Antonio
Carbonari Netto



Vera Costa Gissoni,
Gabriel Mario
Rodrigues, Édson
Raymundo Pinheiro de
Souza Franco e Candido
Mendes de Almeida

Esta obra foi composta em Calibri light no miolo e em Univers Roman nos títulos. Impressa nas oficinas da Athalaia Gráfica e Editora Ltda, no sistema off-set sobre papel polém soft 80g/m² no miolo, com capa em papel Supremo 250g/m² para a ABMES, em maio de 2016.



ABMES

ISBN 978-85-89597-05-0



9 788589 597050